

**WENDEL EXPEDITO BATISTA MARTINS**

**O TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXOS NO BEM-ESTAR  
LABORAL, FAMILIAR E ADOECIMENTO FUNCIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria das Dores S. de Loreto

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M386t  
2021  
Martins, Wendel Expedito Batista, 1995-  
O trabalho de policiais militares: reflexos no bem-estar  
laboral, familiar e adoecimento funcional / Wendel Expedito  
Batista Martins. – Viçosa, MG, 2021.  
1 dissertação eletrônica (122 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.074>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Policiais militares. 2. Qualidade de vida no trabalho.  
3. Trabalho. 4. Famílias. 5. Doenças profissionais.  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia  
Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia  
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 306.361

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto CRB6 2523

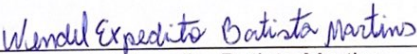
WENDEL EXPEDITO BATISTA MARTINS

O TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXOS NO BEM-ESTAR  
LABORAL, FAMILIAR E ADOECIMENTO FUNCIONAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2021.

Assentimento:

  
\_\_\_\_\_  
Wendel Expedito Batista Martins  
Autor

  
\_\_\_\_\_  
Maria das Dores Saraiva de Loreto  
Orientador

*Aos meus pais Alcione Aparecida Batista Martins  
e Sandro Luis Gomes Martins, minha maior motivação! **DEDICO.***

## **AGRADECIMENTOS**

Durante esse período cursando o mestrado, conheci muitas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que chegasse até o fim. Serei sempre grato a todos! Agradeço a Deus por mais essa conquista na minha vida.

Gostaria de prestar meus agradecimentos aqui, algumas pessoas que foram primordiais no desenvolvimento desse trabalho e também, pelo apoio que me foi dado durante esse período.

Agradeço aos meus pais, Sandro e Alcione e meus irmãos Rendel e Luiza por sempre acreditarem em mim e me oferecerem todo o apoio que eu precisava. Aos meus avós, Maria Aparecida, João Batista, Raimunda e Emitério por estarem sempre na torcida por mim e pelas orações.

Gratidão os meus amigos e familiares, que sempre me incentivaram e acreditaram que eu era capaz.

Uma imensa gratidão as minhas orientadoras Maria das Dores e Amélia Carla, por todo ensinamento, cuidado, atenção, paciência e carinho. Obrigado professoras! Me sinto orgulhoso de ter sido orientado por vocês. Agradeço também, a todos os professores que passaram na minha vida e contribuíram para o meu desenvolvimento.

Gratidão ao 3º Sargento PM Diogo, da Fundação de Visconde do Rio Branco por todo apoio concedido na coleta de dados.

Agradeço os membros da banca examinadora, os professores Dr. Bruno Cury e Dra. Simone Mafra, por avaliarem e contribuírem com o meu trabalho.

Agradeço a Universidade Federal de Viçosa, juntamente ao Departamento de Economia Doméstica, por todos os ensinamentos e experiências proporcionadas.

Aos meus companheiros de turma que estiveram ao meu lado nessa trajetória, em especial, a Deysy, Nathália e Theresa. Obrigado a todos! Vocês fizeram todo o processo ser mais leve, que nossa amizade prospere para além do campus universitário.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

**Gratidão!**

**“A gratidão é a memória do coração”**  
Antístenes

## RESUMO

MARTINS, Wendel Expedito Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **O Trabalho de Policiais Militares: Reflexos no Bem-estar Laboral, Familiar e Adoecimento Funcional.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

A Polícia Militar tem como função principal manter a ordem pública e tal tipo de atividade faz com que os profissionais enfrentem um ambiente de trabalho que compromete a saúde física e psicológica. Assim, ser um policial passou ser algo desanimador, pois a profissão, além de sofrer uma pressão muito grande, não é bem recompensada pelo esforço realizado, o que pode contribuir para o adoecimento funcional, com reflexos sobre a unidade familiar. Reconhece-se que se exige de um policial diversas características, como inteligência, rapidez, tranquilidade, autoritarismo, resistência e constante treinamento, que podem ocasionar situações estressantes, ansiedade e esgotamento emocional no exercício do trabalho. Nesse contexto, buscou-se examinar o cenário do trabalho do policial militar, visando verificar o bem-estar laboral e, ao mesmo tempo, os reflexos do trabalho na família e no adoecimento funcional. Pressupõe-se que o trabalho deveria ser um ambiente que proporcionasse bem-estar aos seus envolvidos; mas, com as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, questiona-se: Qual o cenário do trabalho de policiais militares? Quais são as representações sociais sobre o trabalho dos profissionais militares no discurso legal e midiático? O trabalho realizado pelos policiais militares tem gerado bem-estar? E, quais são os reflexos do trabalho policial sobre as famílias? Para alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, pela sua complementariedade, com um viés descritivo, que identificou mecanismos relacionados à representação social do policial militar, bem-estar no trabalho, adoecimento funcional e suas repercussões na família. A unidade de análise foi composta por policiais militares, que fazem parte da 111ª Companhia de Polícia, situada em Visconde do Rio Branco, MG. Os resultados evidenciaram, através da espacialização dos dados de mortes de policiais no Brasil que esses profissionais vivem em situação de inseguranças, perdas e insatisfações. A mídia tem um papel fundamental em disseminar representações sociais acerca do trabalho da polícia, sujeito a controvérsias: de combate à violência (como retratado no discurso legal) ou sujeito a reproduzi-la ou ser vítima. Exige-se estratégias favoráveis para que os profissionais consigam alcançar o bem-estar laboral, em termos de significado, sentimentos e desempenho; uma vida familiar mais equilibrada e com menor dano existencial e, conseqüentemente, com menos adoecimento funcional.

Palavras-chave: Polícia Militar. Trabalho. Bem-estar no Trabalho. Família. Adoecimento funcional.

## ABSTRACT

MARTINS, Wendel Expedito Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2021. **The Work of Military Police: Reflections on work welfare, Family and Functional Illness.** Advisor: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The Military Police's main function is to maintain public order and this type of activity makes professionals face a work environment that compromises physical and psychological health. Thus, being a police officer became something discouraging, as the profession, in addition to being under great pressure, is not well rewarded for the effort made, which can contribute to functional illness, with consequences for the family unit. It is recognized that a police officer is required to have several characteristics, such as intelligence, speed, tranquility, authoritarianism, endurance and constant training, which can lead to stressful situations, anxiety and emotional exhaustion during work. In this context, we sought to examine the scenario of the work of the military police, aiming to verify the well-being at work and, at the same time, the consequences of work on the family and on functional illness. It is assumed that the work should be an environment that provides well-being to those involved; but, with the changes that have been taking place in the world of work, the question is: What is the scenario of the work of military police officers? What are the social representations of the work of military professionals in legal and media discourse? Has the work done by the military police generated well-being? And, what are the effects of police work on families? To achieve the proposed objectives, a qualitative and quantitative research was carried out, due to its complementarity, with a descriptive bias, which identified mechanisms related to the social representation of the military police, well-being at work, functional illness and its repercussions on the family. The analysis unit was composed of military police officers, who are part of the 111th Police Company, located in Visconde do Rio Branco, MG. The results showed, through the spatialization of police death data in Brazil, that these professionals live in a situation of insecurity, loss and dissatisfaction. The media has a fundamental role in disseminating social representations about police work, which is subject to controversies: combating violence (as portrayed in the legal discourse) or subject to reproducing it or being a victim. Favorable strategies are required for professionals to achieve well-being at work, in terms of meaning, feelings and performance; a more balanced family life with less existential damage and, consequently, less functional illness.

Keywords: Military Police. Work. Welfare at Work. Family. Functional Illness.

## LISTA DE FIGURAS

Página

### ARTIGO 1

Gráfico 1	Gráfico da Evolução de Policiais Militares Vítimas de Homicídios, 2013 a 2017.....	39
Figura 1	Espacialização de Mortes de Policiais Militares no Brasil, por estados, 2016/2017.....	46
Figura 2	Espacialização de Mortes de Policiais Militares no Brasil, por estados, 2018.....	47

### ARTIGO 3

Figura 3	Nuvem de palavras sobre o significado do trabalho para os policiais militares, Visconde do Rio Branco/MG.....	82
----------	--	----

## LISTA DE QUADROS

Página

### METODOLOGIA

Quadro 1	Matriz Metodológica do Projeto de Pesquisa “O trabalho de Policiais Militares: Reflexos no Bem-estar Laboral, Familiar e Adoecimento Funcional ” .....	30
-------------	--	----

## LISTA DE TABELAS

Página

### ARTIGO 2

Tabela 1- Demarcação de conteúdo analisado no Estatuto do Policial Militar – MG  
.....58

Tabela 2- Matérias sobre a Polícia Militar exibida na mídia (Desvios de condutas)  
.....62

Tabela 3- Matérias sobre a Polícia Militar exibida na mídia (Ação Policial)  
.....63

### ARTIGO 3

Tabela 1- Perfil pessoal dos Policiais Militares, Visconde do Rio  
Branco/MG.....80

Tabela 2 - Sentimento dos Policiais Militares em relação ao trabalho realizado, Visconde do  
Rio Branco /MG  
.....85

Tabela 3 - Percepção dos Policiais Militares sobre o Desempenho de Trabalho realizado,  
Visconde do Rio Branco/  
MG.....87

## SUMÁRIO

<b>1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....</b>	<b>16</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
<b>3. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>4. FUNDAMENTAÇÃO TEORICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1. Bem-Estar no Trabalho.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2. Adoecimento Funcional.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3. Implicações do Trabalho do Policial Militar na Família: A questão do Dano Existencial .....</b>	<b>25</b>
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>28</b>
<b>5.1 Tipo de Pesquisa .....</b>	<b>28</b>
<b>5.2. Local de Estudo.....</b>	<b>28</b>
<b>5.3. Público Envolvido.....</b>	<b>29</b>
<b>5.5. Matriz Metodológica .....</b>	<b>30</b>
<b>5.6. Dos procedimentos para Análise dos dados .....</b>	<b>32</b>
<b>5.6.1. Análise Estatística Descritiva .....</b>	<b>32</b>
<b>5.6.2. Análise de Conteúdo.....</b>	<b>32</b>
<b>6. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>32</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>33</b>
<b>O CENÁRIO DO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR: UMA LEITURA TÉCNICA ESPECIALIZADA.....</b>	<b>37</b>
<b>RESUMO: .....</b>	<b>37</b>
<b>1. INTRODUÇÃO: PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>38</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>41</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1. Cenário sobre o Trabalho .....</b>	<b>42</b>

3.2. Realidade do Trabalho do Policial Militar.....	43
3.3 Condições de Trabalho de Policiais Militares: Espacialização de Mortes de Policiais no Brasil.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	48
<b>REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A PROFISSÃO DO POLICIAL MILITAR: DISCURSO LEGAL E MIDIÁTICO.....</b>	<b>50</b>
<b>RESUMO: .....</b>	<b>50</b>
1. INTRODUÇÃO.....	51
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	54
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	56
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	57
4.1. Estatuto dos Policiais Militares de Minas Gerais e as Implicações no Cotidiano do Profissional.....	57
4.2 Representação Social da Profissão do Policial Militar no Discurso Midiático.....	61
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	69
<b>O TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES: UMA ABORDAGEM DO BEM-ESTAR NO TRABALHO.....</b>	<b>73</b>
<b>RESUMO: .....</b>	<b>73</b>
1. INTRODUÇÃO.....	74
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	75
2.1 Bem-Estar no Trabalho e seus Enfoques Teóricos.....	75
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	78

<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	79
<b>4.1. Perfil Pessoal dos Policiais Militares</b> .....	<b>79</b>
<b>4.2 O Significado do Trabalho para os Policiais Militares</b> .....	<b>81</b>
<b>4.3 Os Sentimentos em Relação ao Trabalho e Suas Influências no Desempenho</b>	<b>84</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	89
<b>OS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NA FAMÍLIA E NO ADOECIMENTO FUNCIONAL</b> .....	92
<b>RESUMO:</b> .....	92
<b>1. INTRODUÇÃO:</b> .....	93
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	94
<b>2.1. Reflexos do Trabalho: Adoecimento Funcional</b> .....	<b>94</b>
<b>2.2. REFLEXOS NA FAMÍLIA, NA PERSPECTIVA DO DANO EXISTENCIAL</b> .....	98
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	99
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	100
<b>4.1 Perfil Familiar dos Policiais Militares</b> .....	<b>100</b>
<b>4.2 Condições de Trabalho e Reflexos na Família</b> .....	<b>102</b>
<b>4.3 Adoecimento Funcional dos Policiais Militares</b> .....	<b>106</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	109
<b>CONCLUSÃO GERAL</b> .....	113
<b>APÊNDICE</b> .....	115
<b>APÊNDICE 1- ROTEIRO DO PERFIL PESSOAL E FAMILIAR</b> .....	<b>115</b>
<b>ANEXOS</b> .....	117
<b>ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE BEM-ESTAR</b> .....	<b>117</b>
<b>ANEXO 2- QUESTIONÁRIO DE SAÚDE GERAL-QSG (Adaptação brasileira).</b> .....	<b>118</b>

<b>ANEXO 3 –ROTEIRO CONDIÇÕES DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA FAMÍLIA –QUESTIONÁRIO DE DANO EXISTENCIAL.....</b>	<b>121</b>
---	------------

## **1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

### **1.1. Contextualização do Problema e sua Justificativa**

O trabalho vem passando por expressivas mudanças, com reflexos sobre o modo de produção, as relações humanas, as formas de gestão e organização, que enfatizam a acumulação capitalista a partir da mais valia, passando o homem a ser visto como mais um fator dentre aqueles da produção; ou seja, uma objetificação do humano, não levando em consideração, portanto, os aspectos subjetivos, dentre eles, os psicológicos e emocionais, que podem ser um fator relevante para o aparecimento de distúrbios psicossomáticos, situações de inseguranças, riscos, estresse e, inclusive, mortes e suicídio.

Segundo dados Anuário de Segurança Pública de 2019 (BRASIL, 2018), o número de policiais civis e militares assassinados em, 2018, foi de 343, apresentando uma redução de 10,4% em comparação ao ano de 2017. Dessas vítimas 97,0% eram homens, 51,7% negros, 65,5% tinham entre 30 a 49 anos e 32,0% foram vítimas de latrocínio. O destaque do referido ano foi o aumento significativo de mortes de policiais fora do horário de trabalho, totalizando 256 vítimas; ou seja, 75,0% dos casos, sendo que 104 foram suicídios. De acordo com o Anuário, existem mais policiais mortos por suicídio do que em serviço.

Além dos dados expostos, que justifica a importância do estudo em questão, existe uma outra motivação, que surgiu após um estágio do pesquisador com os agentes de trânsito, que têm condições de trabalho semelhantes aos dos policiais, quando foi possível observar as situações estressantes vivenciadas, no exercício do trabalho, instigando uma reflexão mais fundamentada sobre a temática proposta.

Por outro lado, outra justificativa está pautada nos reflexos que as grandes mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho têm provocado na saúde física e mental dos trabalhadores, principalmente daqueles sujeitos a riscos e perdas, no seu cotidiano, como é a situação vivida pelos profissionais militares. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), saúde é um estado completo de bem-estar, físico, mental e social, e não somente, a ausência de doenças. Para a saúde do trabalhador é, portanto, necessário, uma série de ações de vigilância, assistência, com o objetivo de promover, proteger, recuperar e reabilitar a saúde dos trabalhadores, que estejam inseridos em um ambiente de risco.

Segundo Miranda (2016), tem sido comum as situações de suicídio entre os policiais militares, derivadas de perdas, fragilidades e insatisfações, dentre outros fatores, vivenciados no

âmbito das organizações. Um outro ponto de destaque é que o ambiente de trabalho vivenciado pelo trabalhador também reflete na família e vice-versa. Ou seja, como comentam Wayne et al (2017), para que o trabalhador tenha uma vida mais saudável no trabalho, deve buscar o equilíbrio entre a vida laboral e a vida familiar

Nesse contexto, esse ambiente de fragilidades de trabalho dos policiais militares tem gerado políticas, programas e ações direcionadas a esses profissionais, sejam no âmbito laboral ou de saúde pública. Conforme Brasil (2012), a política pública de saúde do trabalhador e da trabalhadora, que o Ministério da Saúde regulamenta pela portaria N° 1823, de 23 de agosto de 2012, responde às recomendações da Organização Mundial de Saúde, cujas diretrizes e estratégias proporcionam ao trabalhador prevenção de possíveis doenças vinda do trabalho, como reportado por Brasil (2012)

Art. 3º Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política.

Assim, no Brasil, a política pública de saúde do trabalhador e da trabalhadora tem como objetivo prevenir o adoecimento no trabalho para todas as classes trabalhadoras, o que é direito de qualquer trabalhador. O Sistema Único Saúde (SUS) é o órgão responsável por avaliar, aplicar e fiscalizar o desenvolvimento da política pública, sendo também de sua responsabilidade promover a prevenção da saúde do trabalhador, que se encontra muito associada às suas condições de trabalho no cotidiano.

Existe, também, o Estatuto dos Policiais Militares de Minas Gerais, que foi criado pela lei N° 5.301, de 16 de outubro de 1969, visando regular a profissão desses profissionais. Entretanto, como relatam Ferreira e Dutra (2017), existem muitas reclamações acerca das corporações da polícia militar, pelas condições precárias do ambiente laboral, com carga horária excessiva e mal remunerada, além de arriscada e estressante, que desencadeia uma série de doenças; ou seja, o discurso legal do estatuto, em termos de proteção dos direitos dos profissionais militares, não se efetiva integralmente na prática; além de existir toda uma cobrança por parte da sociedade para a melhoria de segurança pública

Nesse contexto, buscou-se examinar o cenário do trabalho do policial militar, visando verificar o bem-estar laboral e, ao mesmo tempo, os reflexos do trabalho na família e no adoecimento funcional. Pressupõe-se que o trabalho deveria ser um ambiente que proporcionasse bem-estar aos seus envolvidos; mas, se todas as mudanças no mundo do trabalho, que priorizam

basicamente os lucros e a qualidade de serviços prestados, sem levar em consideração que os trabalhadores são seres humanos e que precisam ter uma qualidade de vida, questiona-se:

Qual o cenário do trabalho de policiais militares? Quais são as representações sociais sobre o trabalho dos profissionais militares, no discurso legal e midiático? O trabalho realizado pelos policiais militares tem gerado bem-estar? Quais são os reflexos do trabalho policial sobre as famílias?

Para responder a esse questionamento, a pesquisa foi realizada em Visconde do Rio Branco MG, no período de 2020 a 2021. A cidade conta hoje com policiais militares em seus diferentes níveis hierárquicos, que estão incorporados na 111ª Companhia da Polícia Militar.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Analisar o cenário do trabalho de Policiais Militares e seus reflexos no bem-estar laboral e familiar, bem como no adoecimento funcional.

### **Objetivos Específicos**

- ✓ Realizar uma leitura técnica e especializada sobre o cenário do trabalho do policial militar;
- ✓ Examinar as representações sociais sobre o trabalho do policial militar, por meio da análise do discurso legal e midiático;
- ✓ Contextualizar o perfil pessoal do policial militar e as condições de bem-estar no trabalho, em termos de significados, sentimentos e desempenho;
- ✓ Identificar o perfil familiar dos policiais militares e os reflexos das condições de trabalho, sobre as famílias, bem como sobre o adoecimento funcional;

## **3. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

A partir da delimitação dos objetivos específicos, estruturou-se a dissertação em quatro artigos, sendo eles:

**ARTIGO 1 - O Cenário do Trabalho do Policial Militar: Uma Leitura Técnica Especializada (Artigo Teórico).**

**ARTIGO 2** – Representação Social sobre a Profissão do Policial Militar: Discurso Legal e Midiático (Artigo Teórico).

**ARTIGO 3** – O Trabalho de Policiais Militares: Uma Abordagem do Bem-Estar no Trabalho (Artigo Prático).

**ARTIGO 4** – Os Reflexos das Condições de Trabalho do Policial Militar na Família e no Adoecimento Funcional (Artigo Prático).

## **4. FUNDAMENTAÇÃO TEORICO-CONCEITUAL**

### **4.1. Bem-Estar no Trabalho**

Segundo Farsen et al (2018), o conceito de bem-estar tem sido estudado na área da Psicologia Positiva, a partir de distintas perspectivas de análise, como: bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico, bem-estar social e bem-estar no trabalho. Para eles, existe uma falta de consenso teórico e da utilização entre os termos “qualidade de vida e bem-estar” e “bem-estar e felicidade”, sendo compreendidos como constructos diferentes, mas complementares. Na visão dos autores, a qualidade de vida está mais voltada à saúde física e às questões objetivas que envolvem os seres humanos, enquanto que a promoção de bem-estar e da felicidade suprem as lacunas relativas às emoções e sentimentos dos trabalhadores. Especificamente, quanto ao bem-estar no trabalho, consideram que é uma área de estudo que tem emergido com grande interesse, uma vez que as pessoas passam a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho.

Na visão dos referidos autores, como o trabalho é uma parte muito significativa nas vidas dos indivíduos, se configura como categoria sociológica central na sociedade, sendo tão expressivo o seu impacto, que ele se caracteriza como elemento vital para a construção da identidade e, na perspectiva psicológica, é considerado um elemento central no desenvolvimento do autoconceito e da autoestima. Assim o foco do bem-estar no trabalho estaria nos sentimentos desenvolvidos pelo trabalhador ao estabelecer vínculos ou uma ligação afetiva com o trabalho desempenhado e com a organização.

Garcez et al (2018) realizaram uma revisão sistemática da produção científica brasileira sobre bem-estar no trabalho, no período de 2009 e 2016, nas bases de dados Periódicos Capes, com o descritor “bem-estar no trabalho”, concluindo que existe uma falta de consenso acerca da definição do construto, indicando a existência de várias conceituações sobre o tema e certa falta

de clareza, o que culmina na confusão do bem-estar no trabalho com outros construtos organizacionais.

Além disso, para os autores, a maioria das pesquisas empíricas faz uso de métodos quantitativos e procura investigar a relação do construto com variáveis que podem influenciá-lo de forma positiva ou negativa. A dificuldade de conceituação do construto acabou por envolver a proposição de diferentes perspectivas teóricas, sendo uma delas baseada na concepção do bem-estar psicológico. Nesta abordagem, o bem-estar no trabalho consiste na avaliação positiva das várias características do trabalho, incluindo aspectos afetivos, motivacionais, comportamentais, cognitivos e psicossomáticos. Assim, para a compreensão do construto, foram propostas cinco dimensões: dimensão afetiva, bem-estar profissional, bem-estar social, cansaço cognitivo e dimensão psicossomática. Dessa forma, o bem-estar no trabalho pode ser caracterizado como a prevalência de emoções positivas no trabalho e a percepção do indivíduo de que, no seu trabalho, ele pode expressar e desenvolver seus potenciais/habilidades para o alcance de suas metas de trabalho e de vida.

Essa concepção é compartilhada por Silva et al (2015), ao afirmarem que o bem-estar no trabalho estaria associado aos seguintes aspectos: recursos financeiros, segurança física, posição social valorizada em função do trabalho exercido, oportunidade e controle das atividades e para desenvolver competências, progresso social, variedade das tarefas desempenhadas, clareza e compreensão do ambiente de trabalho e condições para estabelecer relações sociais.

Para os autores Van Horn e Cols (2004), o bem-estar no trabalho é um elemento importante no ambiente organizacional, destacando que assume um papel motivacional e que proporciona ao sujeito um sentimento de autonomia, aspiração e competência profissional. Com a autonomia, o sujeito se sente livre para trabalhar e executar suas tarefas tomando suas próprias decisões; a aspiração proporciona um sentimento de querer buscar mais desafios, e por fim, o sentimento de competência profissional faz com que o trabalhador sinta que é capaz de exercer suas atividades de trabalho.

Nessa perspectiva, Siqueira et al (2014) consideram que o bem-estar no trabalho também pode ser compreendido como um estado mental positivo, que é composto por três vínculos: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. A satisfação no trabalho está associada à percepção que o indivíduo tem acerca de seu trabalho; enquanto o envolvimento com o trabalho pode ser compreendido como o grau de identificação psicológica do indivíduo com suas atividades de trabalho; enquanto o comprometimento organizacional afetivo diz respeito a uma condição em que o empregado se identifica com os valores da empresa e almeja permanecer na mesma, visando atingir suas metas e objetivos.

Assim, como ressaltam Siqueira e Pandovam (2008), é possível dimensionar o bem-estar no trabalho por meio da satisfação dos sujeitos com seu trabalho, do grau de envolvimento que sentem em relação à organização, bem como da manifestação de compromisso afetivo com a empresa.

Covacs (2016) analisou se os valores e suportes organizacionais, bem como a percepção de justiça (distributiva e de procedimentos) são condicionantes do bem-estar no trabalho, considerando também que o construto é composto das seguintes variáveis: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo, que abrange os vínculos positivos do empregado com o seu próprio trabalho e com a empresa onde trabalha. Sua amostra foi composta por 404 trabalhadores, pertencentes a dois agrupamentos de empresas (setor financeiro e não financeiro), na região da Grande São Paulo, concluindo que o bem estar é promovido, quando as organizações adotam políticas e práticas que propiciam suporte e tratamento digno aos empregados, reforçando valores organizacionais, que promovam um ambiente propício à inovação e criatividade, com maior autonomia; bem como, quando os gestores valorizam a competência e o sucesso dos trabalhadores, e onde haja predomínio da honestidade e sinceridade nas relações entre as pessoas e a organização.

Assim, diversos tipos de estudo realizados sobre bem-estar no trabalho procuraram adotar um construto de satisfação no trabalho de natureza afetiva, representando um estado emocional positivo ou de prazer, que pode ser decorrente de cinco componentes: relacionamentos com as chefias, com colegas de trabalho, com o salário e com oportunidades de promoção e pela satisfação com as tarefas realizadas. As dimensões referentes ao relacionamento com as chefias e com os colegas de trabalho estão relacionadas ao ambiente de trabalho; os salários e oportunidades de promoção dizem respeito à retribuição conferida aos empregados; enquanto a satisfação com as tarefas tem relação com as próprias tarefas do trabalho (COVACS, 2016).

Na visão do supracitado autor, a satisfação e, conseqüentemente, o envolvimento no trabalho dimensiona a orientação afetiva dos empregados em relação a um trabalho específico; enquanto o comprometimento organizacional afetivo faz uma avaliação mais ampla da extensão que o empregado se identifica e procura se envolver na empresa ou local de trabalho. Assim, o envolvimento e a satisfação com o trabalho são vínculos afetivos do indivíduo em relação a seu trabalho, enquanto que o comprometimento organizacional afetivo relaciona-se com a organização onde trabalha. A existência de sentimentos positivos no trabalhador resulta em empregados mais felizes e produtivos. Essa situação de bem-estar no trabalho pode ter efeitos que transcendem os limites da organização, afetando a própria família ou comunidade onde vivem.

Por outro lado, para Covacs (2016), o envolvimento com o trabalho está associado ao grau em que a autoestima de uma pessoa pode ser afetada pelo seu desempenho nas tarefas realizadas; ou seja, o grau em que o trabalho consegue ser importante e envolvente para o trabalhador, em que uma situação de trabalho é central à sua pessoa e identidade. Para o autor e outros estudiosos, o envolvimento no trabalho leva o indivíduo a superar as expectativas normais de seu desempenho no trabalho. Nesse sentido, as necessidades básicas de competência, de autonomia e de pertencer a um grupo precisam ser atendidas ao longo da vida das pessoas, para que possam vivenciar uma sensação de integridade e bem-estar. Siqueira e Pandovam (2008) afirmam que, para um indivíduo fortemente envolvido, o trabalho proporciona grandes satisfações, sendo importante em sua vida e com condições de absorvê-lo completamente durante a realização das atividades.

O referido autor, também, comenta sobre o comprometimento organizacional, como outro componente do bem-estar no trabalho, considerando-o como uma ligação psicológica entre a empresa e o empregado, pois este sente que os valores da organização se encontram internalizados, percebe um suporte organizacional e possui um envolvimento efetivo com os papéis a ele atribuídos. No caso do comprometimento organizacional afetivo, existe uma ligação afetiva aos objetivos e valores da organização por parte do empregado, por sua própria identificação e envolvimento. Nesse estado de comprometimento afetivo, em geral, são baixas as taxas de rotatividade e o absenteísmo, sendo os indivíduos que apresentam melhores desempenhos no trabalho (COVACS, 2016).

Uma outra perspectiva de análise sobre bem-estar no trabalho é apresentada por Paschoal e Tamayo (2008), que construíram e validaram uma escala de bem-estar no trabalho, partindo da hipótese que o bem-estar no trabalho estaria associado com as emoções e humores, assim como, com a expressividade e a realização no trabalho. O instrumento teve início com 9 itens relacionados com emoções e humores positivos, 13 itens de emoções e humores negativos e 9 itens de expressividade e realização no trabalho. No estudo de validação do instrumento, participaram 317 trabalhadores de organizações públicas e privadas. Através do estudo de validação foram encontrados 3 fatores: afeto positivo com 9 itens, afeto negativo com 12 itens e realização com 9 itens. No estudo, o instrumento apresentou bons parâmetros psicométricos, sendo utilizado para diagnóstico organizacional e pesquisa científica.

## **4.2. Adoecimento Funcional**

Segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2018), o adoecimento funcional consiste em toda alteração biológica ou funcional (física ou mental) acometida por um indivíduo em

decorrência do trabalho e/ou pelo próprio ambiente. No caso do trabalhador, significa perda de saúde, do convívio social e familiar, bem como de renda. Para a organização, compreende perda de produtividade, absenteísmo, ações judiciais, perdas financeiras e de imagem. E, para a sociedade como um todo, resulta em aumento dos gastos públicos e perda da competitividade internacional (BRASIL, 2018). Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), essas perdas se traduzem em mais de 4,0% do PIB mundial, ou seja, em torno de 200 bilhões de reais ao ano, para o país (BRASIL, 2018)

Na visão de Nobrega (2018), esse cenário é resultante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, derivadas das inúmeras transformações socioeconômicas, inovações tecnológicas, globalização e desenvolvimento das organizações, que podem influenciar o desempenho dos trabalhadores, em função do grau de satisfação no trabalho, entendida como um vínculo afetivo do trabalhador com o seu trabalho. Ou seja, a insatisfação com o trabalho pode ter consequências negativas não só no âmbito profissional, mas também influenciar na vida social, na saúde física e psíquica do trabalhador, associada ao adoecimento e mal-estar nos contextos laborais. Em seu estudo junto a 94 profissionais de enfermagem lotados no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), verificou a satisfação no trabalho e a incidência de transtornos mentais comuns (TMC), constatando que houve níveis moderados de satisfação com o trabalho, sendo o fator “Satisfação com as Relações Hierárquicas” o mais determinante para a insatisfação dos trabalhadores, com ocorrência de TMC em 92,47% dos profissionais. Desse modo, sugeriu ampliar a discussão sobre a organização do processo de trabalho, para melhorias no gerenciamento, maior participação e valorização dos profissionais da enfermagem, visando a redução do adoecimento, maior satisfação e bem-estar do trabalhador.

Para tratar do adoecimento no trabalho de policiais e todas as suas interfaces no contexto de trabalho, os autores Alves e Vieira (2018) publicaram o artigo “A influência da saúde mental e física do policial militar na qualidade de sua prestação de serviços à comunidade”. Neste artigo, discutem sobre as condições de trabalho do policial, destacando a importância do trabalho policial para a sociedade em geral, como fundamental para a segurança pública no Brasil. Pontuam, também, os riscos que o policial é submetido na sua profissão; sendo que tais riscos podem estar associados com os problemas de saúde psíquica dos agentes, pois, diariamente, é necessário um preparo físico e psicológico para a atuação. Contudo, tais riscos interferem na qualidade de vida dos policiais militares, configurando um desequilíbrio emocional que, na maioria dos casos, resulta no afastamento do policial. Além dos riscos, como citado acima, outras

questões, como a pressão social, pressão de trabalho, salário, a cultura rigorosa da instituição e a supervisão abusiva são discutidos como problemas que acarretam o adoecimento de policiais.

Já para tratar sobre a supervisão abusiva e suas implicações no contexto de trabalho, autores, como Wadman et al. (2018), em um artigo publicado na *Personnel Psychology*, trabalharam as questões referentes à supervisão abusiva e suas implicações no contexto do trabalho, destacando que através de uma perspectiva de autocontrole era possível observar a relação do comportamento abusivo, no ponto de vista psicológico e neurológico. Os pesquisadores encontraram uma relação positiva entre narcisismo e supervisão abusiva, mais especificamente, quando se tratava das habilidades políticas e, também, observaram que existia uma diminuição do narcisismo e supervisão abusiva, quando se tinha uma forte habilidade política no seu ambiente de trabalho. Em termos neurológicos, existe uma região do cérebro que há conectividade no controle executivo que a habilidade política se torna um importante fator na redução do comportamento abusivo; ou seja, a supervisão abusiva está relacionada tanto com questões psicológicas quanto neurológicas.

A autora Ferreira (2009) pesquisou sobre as condições de saúde e de trabalho do policial militar, em uma tese de doutorado em saúde pública, tendo como tema: “Condições de saúde de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade de Recife- PE”, associando que aqueles profissionais, que vivem uma complexa jornada de trabalho, apresentavam um desgaste em sua saúde. Este artigo analisou as condições de saúde dos policiais militares e chegou à conclusão de que o excesso na carga de trabalho, a falta de exercício físico e a frequência de envolvimento em conflitos deixavam a saúde do policial em total vulnerabilidade.

Sobre o estilo de vida saudável dos policiais militares, Ferreira (2009) compreendeu que a adoção de estilos de vida saudáveis é de suma importância para a prevenção de doenças, assim como, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida. Porém para a autora, ter um estilo de vida saudável não depende somente de uma escolha individual, pois, o sujeito precisa considerar determinantes sociais, culturais e econômicos, dados que o mundo do trabalho está configurado em um sistema complexo; desse modo, a saúde do trabalhador deve estar em destaque para que possa monitorar os impactos das grandes mudanças que tem ocorrido (FERREIRA, 2009).

Por sua vez, Campos e Sousa (2020) analisaram a relação entre o sistema prisional e o adoecimento psíquico do agente penitenciário, por meio de um estudo de caso com dezessete agentes penitenciários do Presídio de Sete Lagoas, Minas Gerais, A partir do referencial teórico de Dejours, Foucault e Goffman, examinaram aspectos do trabalho e a relação destes com o adoecimento, considerando que situações de estresse, desgaste, não reconhecimento,

desconhecimento, confusão afetam a subjetividade e, conseqüentemente, podem levar ao adoecimento. Os resultados indicaram que o trabalho é fundamental e fundante para a autorealização do sujeito, percebendo-se que o agente penitenciário ainda tem sua identidade associada à do antigo carcereiro, que oscila entre uma imagem de carrasco e redentor – um dos paradoxos desta função.

Conforme os autores supracitados, os agentes penitenciários ainda enfrentam outras contradições/paradoxos, como: “se sentirem desvalorizados x trabalho como sinônimo de utilidade pública; desgaste físico e mental x licenças e faltas atribuídas à falta de compromisso; trabalham com pessoas que não são confiáveis x identificarem se como ‘desacreditáveis’; dizer que o trabalho não influencia a vida pessoal x escolher lugares, companhias”. Além disso, é possível identificar uma série de transtornos a que são acometidos por esta prisionalização, como os sentimentos de inferioridade, empobrecimento psíquico, regressão, infantilização, perda de identidade, comprometimento da sua concepção sobre cidadania. Enfim, o agente penitenciário dispende muita energia ao tentar se equilibrar entre os dois mundos em que vive, intra e extra-muros, estando submetido durante todo o tempo a efeitos dessocializadores, por serem obrigados a uma outra socialização devido a sua escolha profissional. Daí a importância de considerar os aspectos ligados ao trabalho e seus reflexos na subjetividade, que pode levar ao adoecimento.

Delcor (2004) acredita que a organização e a gestão são as responsáveis pelo controle do processo saúde-doença, uma vez que é a partir deles que os trabalhadores são submetidos a situações de riscos e vulnerabilidade à saúde e, também, são quem criam o sentido de trabalho, proporcionando, assim, possibilidades ou contração, sofrimento ou crescimento.

### **4.3. Implicações do Trabalho do Policial Militar na Família: A questão do Dano Existencial**

No que se refere ao funcionamento da família e suas relações com trabalho, os autores Wayne et al. (2017) defendem em um artigo publicado na *Personnel Psychology* sobre a importância de a família estar em equilíbrio com suas relações familiares. Nesse sentido, outros autores, como: Barham e Vanalli (2012), bem como Zedeck e Mosier (1990) também apresentaram conceitos sobre família e trabalho mostrando a importância do equilíbrio familiar e o trabalho.

O equilíbrio familiar é de suma importância tanto no contexto de trabalho quanto no contexto familiar, Gasparoni (2007) destaca que as diferentes formas de homens e mulheres

conciliarem o trabalho com a vida familiar interferem diretamente na vida conjugal, podendo até resultar em divórcio, fazendo com que o ciclo de vida da família seja afetado.

Goulat Junior et al (2013), por meio de um ensaio teórico, procuraram refletir sobre os novos papéis desempenhados pelas pessoas nas famílias, no trabalho e na sociedade em geral. Abordam as mudanças no mundo do trabalho e nas relações familiares, com foco no desequilíbrio na relação família-trabalho, ressaltando sobre a necessidade de reconstrução de estereótipos ligados a gênero e de redução de desigualdade de oportunidades entre pessoas, considerados centrais para uma alteração do cenário atual, onde predomina a falta de equilíbrio entre exigências, com consequências negativas tanto para a saúde do indivíduo e de seus familiares como para a organização.

Para Teixeira (2004) o equilíbrio da família entre os papéis que os homens e as mulheres assumem, tanto no trabalho quanto na família, considerando também o cuidado com os filhos, são extremamente importantes para o bem-estar de todos que fazem parte desse núcleo familiar.

Torres et al (2011) analisaram as transformações no ambiente do trabalho e as repercussões do adoecimento funcional no contexto familiar, constatando que o adoecimento resultou em alterações psicoafetivas, levando ao comprometimento na relação familiar, perda da autoestima e isolamento social.

As autoras Barham e Vanalli (2012) consideram que na relação trabalho e família, devem ser registrados os seguintes aspectos: gênero, escolaridade, idade, crenças e capacidades, dentre outros, que estão ligados com os envolvimento assumidos. Frente a esses envolvimento e levando em consideração a capacidade de enfrentamento do indivíduo, a mudança ocorre, quando avaliados como importantes para o mesmo. O indivíduo procura adequar seus recursos pessoais e externos, de forma a atender às suas demandas profissionais e familiares, surgindo percepções, associadas à satisfação ou insatisfação com esses diferentes aspectos de suas vidas, o que influencia em seu estado psicológico em termos de: satisfação com a vida, autoestima, estresse, e qualidade de vida.

No estudo em questão, foi dado ênfase ao enfoque conceitual sobre Dano Existencial, buscando verificar se em razão da natureza do trabalho do policial militar haveria a possibilidade da existência de dano existencial no âmbito familiar.

Segundo Neto e Wesendonck (2012), conceitua-se dano existencial como uma espécie do gênero mais amplo dos danos imateriais ou extrapatrimoniais. Sabongi (2018) entende que o dano existencial está ligado com o dano que envolve toda complexidade das relações humanas, que vão possibilitar o desenvolvimento ordinário da personalidade do sujeito, tanto no âmbito

social, quanto no pessoal; a supracitada autora destaca que, é uma modalidade de dano imaterial capaz de atingir diversas situações na vida social humana.

Nesse sentido, Nascimento (2014) reconhece que, quando o trabalhador deixa de conviver com a família e passa a não ter tempo para as atividades de lazer e estudo, fica mais suscetível ao acometimento de doenças ocupacionais, entre outros prejuízos. Assim, quando o trabalhador perde sua capacidade de planejamento e de autodeterminação, é entendido como dano existencial.

Lorezen (2015) ressaltou que, o dano existencial surge para enfatizar a busca pelo equilíbrio entre a vida pessoal do trabalhador e seu trabalho, pois, quanto mais o trabalho prejudicar a saúde mental dos trabalhadores, maiores são as chances de danos no seu cotidiano, repercutindo, até mesmo, no sistema imunológico e aumentando a vulnerabilidade às doenças decorrentes de trabalho.

Em uma pesquisa desenvolvida por Eick et al (2015), foi analisado o dano existencial e sua implicação no direito de família, constatando-se que: o dano existencial não atinge a esfera econômica do sujeito, mas interfere no tempo, no cotidiano e representa o não poder fazer mais ou ter que fazer de forma diferente do que fazia antes. Além disso, o dano existencial configura uma renúncia a uma atividade concreta; ou seja, interfere e modifica o cotidiano do sujeito. Constatou-se, também, que o dano existencial não atinge só aquele que sofre o dano, mas também, aqueles que, indiretamente, sofrem as consequências do dano.

Em uma outra pesquisa realizada por Estenico (2021), observou-se que o dano existencial é reconhecido como uma violação ao direito à liberdade de escolha, no que refere ao projeto de vida e rotina do sujeito. O estudo também demonstrou que o ordenamento jurídico trata a responsabilidade civil como um instrumento de proteção calcado em cláusulas abertas e, devido a isso, não há argumentos de que o dano existencial seria incompatível com a legislação brasileira.

Nesse sentido, de acordo com a pesquisa realizada por Franco (2015), o dano existencial revela uma grande necessidade de proteção total do ser humano, principalmente no contexto laboral, que devido a estruturação e avanços que ocorrem no cenário do trabalho, podem levar o sujeito à exaustão física e psíquica.

## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **5.1 Tipo de Pesquisa**

Para alcance dos objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa quali-quantitativa, pela sua complementariedade, com um viés descritivo, que identificou mecanismos relacionados a representação social do policial militar, bem-estar no trabalho, adoecimento funcional e suas repercussões na família.

A unidade empírica de análise envolveu parte a 111ª Companhia de Polícia, situada em Visconde do Rio Branco, MG, composta por 30 policiais militares.

Anteriormente, a pesquisa estava prevista para ocorrer na 10ª cia da Polícia Militar de Viçosa/MG; entretanto, após uma espera de mais de 2 meses a pesquisa não foi autorizada alegando que, devido a pandemia e o volume de outras pesquisas que estavam sendo solicitadas na instituição, não seria possível a realização da pesquisa. Assim, recorremos a 111ª Companhia de Polícia de Visconde de Rio Branco, MG, onde foi aceita. Devido a pandemia da COVID 19, o acesso aos policiais militares foi parcialmente comprometido.

### **5.2. Local de Estudo**

A pesquisa foi realizada na cidade de Visconde do Rio Branco MG, que, de acordo com o IBGE, possui uma população estimada de 42.965 habitantes. Conforme site oficial da Prefeitura de Rio Branco, o município foi criado em 16 de março de 1839, pela Lei provincial de nº 134, com a denominação de São João Batista do Presídio, com sede no povoado de mesmo nome. Foi, no entanto, suprimido pela Lei provincial nº 654, de 17 de junho de 1853, passando a pertencer à povoação de São Januário de Ubá (atual Ubá), para onde a sede foi transferida. O município foi restaurado pela Lei 1 573, de 22 de julho de 1868, para ser novamente extinto pela Lei provincial nº 1 755, de 30 de março de 1871. Foi restabelecido com território desmembrado do de Ubá, por meio da Lei provincial nº 2 785, de 22 de setembro de 1881, ocorrendo a reinstalação em 22 de setembro de 1882.

Pelo disposto na Lei provincial nº 2 955, de 19 de outubro de 1882, a sede do município recebeu foros de cidade, sob a designação de Visconde do Rio Branco, sendo Gentílico de Riobranquense.

O município encontra-se situado na Microrregião de Ubá, na Mesorregião da Zona da Mata, com área de 240,5 Km<sup>2</sup>, limitando-se com os municípios de Divinésia, Guidoal, Guiricema, Paula Cândido, São Geraldo e Ubá.

### **5.3. Público Envolvido**

O público envolvido compreendeu os policiais militares pertencentes a 111<sup>a</sup> Companhia da Polícia Militar de Rio Branco, MG, localizada na mesorregião da Zona da Mata, a 267,2 km da capital mineira (Belo Horizonte).

Para o contato com esses policiais foi feito uso da técnica metodológica snowball, também divulgada como snowball sampling (BIERNACKI; WALDORF, 1981), conhecida, no Brasil, como “amostragem em Bola de Neve” (a “Bola de Neve”) ou, ainda, como “cadeia de informantes” que, segundo Baldin e Munhoz (2011), consiste em técnica de amostragem por cadeias de referência, uma espécie de rede, de natureza não probabilística, tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra.

Conforme Albuquerque (2009), na técnica metodológica snowball ou “Bola de Neve”, os indivíduos iniciais do estudo (denominados de “sementes”) indicam novos participantes da sua rede de conhecidos ou amigos, que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim, sucessivamente, até que seja alcançado o “ponto de saturação”, quando o conteúdo das respostas não acrescenta novas informações relevantes à pesquisa, comparativamente às entrevistas anteriores.

### **5.4. Fases da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada por etapas ou fases, sendo que, na primeira etapa, foi aplicado um roteiro para identificação do perfil pessoal e familiar do entrevistado e sobre o significado do trabalho (Apêndice 1), conjugado com um questionário, criado por Paschoal e Tamayo (2008), que possibilitou analisar o bem-estar no trabalho, contemplando as seguintes categorias de análise: afeto positivo, afeto negativo e realização (Anexo 1).

Considerando a realidade atual, que limita a aproximação física, as entrevistas foram explicadas e encaminhadas a um representante da Companhia, que disponibilizou os questionários para os demais policiais.

Na segunda etapa da pesquisa, realizado de forma presencial, foi aplicado um questionário de saúde geral (QSG), apresentado no Anexo 2, que permite avaliar o nível de distúrbios psiquiátricos não psicóticos e a identificação de casos potenciais destes distúrbios na população geral considerada não clínica. O questionário é de fácil aplicação, sendo autoaplicável, composto por 60 itens. Pasquali et al (1996) ressaltam que esse instrumento foi criado por Goldberg, em 1972, com o nome General Health Questionnaire (GHQ).

Os referidos autores apresentaram uma adaptação à realidade brasileira, o que resultou em 5 fatores: a) O fator 1, tensão e estresse psíquico, que estão relacionados com a tensão, irritação, cansaço, sobrecarga e impaciência; b) Fator 2, desejo de morte, que evidencia o desejo de acabar com a própria vida quando o sujeito sente que a vida é inútil e sem sentido; c) Fator 3, falta de confiança em sua capacidade de desempenho, que está relacionado com a auto eficácia, bem como com a capacidade do sujeito realizar as atividades do cotidiano de forma satisfatória; d) Fator 4, distúrbios do sono, que está associado ao indivíduo que tem problemas com insônia e pesadelos; e) fator 5, distúrbios psicossomáticos, relacionados a problemas orgânicos, tais como sentir dores de cabeça ou outro sintoma de origem orgânica.

Em seguida, para analisar os reflexos do trabalho do policial sobre as famílias, foi aplicado um questionário de Dano Existencial, com adaptação do questionário proposto por Faria (2017), que constou 15 tópicos (Anexo 3), que buscavam examinar as implicações das atividades realizadas pelos policiais militares sobre a unidade familiar.

## 5.5. Matriz Metodológica

Conforme Quadro 2, foi estruturada a matriz metodológica, que apresenta o desenho da pesquisa, considerando seu problema, hipóteses, variáveis e técnicas de coleta de dados, em função dos objetivos específicos propostos.

### **Quadro 2: O Trabalho de Policiais Militares: Reflexos no Bem-Estar Laboral, Familiar e Adoecimento Funcional.**

TEMA DE PESQUISA:	Bem-estar no trabalho de Policiais Militares, Adoecimento no trabalho e Reflexos na Família.
TÍTULO DA PROPOSTA:	O Trabalho de Policiais Militares: Reflexos no Bem-Estar Laboral, Familiar e Adoecimento Funcional.
PERSPECTIVA DE ABORDAGEM FILOSÓFICO-TEÓRICA:	Pesquisa quanti-qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial teórico- conceitual: Bem-Estar, Adoecimento Funcional e Funcionamento Familiar. Dentre as técnicas de coleta de

	dados, será feito uso da pesquisa por questionários, cujos dados serão analisados pela estatística descritiva e análise de conteúdo.
PÚBLICO DE INTERESSE DA PESQUISA:	Gestores administrativos da Polícia Militar, Policiais Militares, Familiares dos Policiais Militares e a sociedade da cidade de Rio Branco MG.
O PROBLEMA:	Qual o cenário do trabalho de policiais militares? Quais são as representações sociais sobre o trabalho dos profissionais militares no discurso legal e midiático? O trabalho gerado pelos policiais militares tem gerado bem-estar? Quais são os reflexos do trabalho policial sobre as famílias?
A RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA:	Há evidências de um aumento significativo de policiais adoecidos devido às condições de bem-estar no trabalho, com reflexos sobre as famílias, justificando, portanto, a realização do estudo, uma vez que suas respostas poderão contribuir para a atualização e geração de conhecimentos, que subsidiem uma melhor formulação e implementação das políticas públicas para essa classe trabalhadora.
PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE ANÁLISE:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem-Estar no Trabalho;</li> <li>• Adoecimento de Policiais no trabalho;</li> <li>• Reflexos na Unidade familiar;</li> <li>• Representação Social da Polícia Militar</li> </ul>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	VARIÁVEIS A SEREM IDENTIFICADAS	INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A COLETA DOS DADOS
Realizar uma leitura técnica e especializada sobre o cenário do trabalho do policial militar	a) Trabalho do policial militar b) Número de mortes de policiais militares. c) Estados que mais tem mortes de policiais militares.	Pesquisa bibliográfica, censitária e documental, considerando dados sobre trabalho do policial militar e informações do Anuário de Segurança Pública, sobre mortes de policiais militares por estados brasileiros.
Examinar as representações sociais sobre o trabalho do policial militar, por meio da análise do discurso legal e midiático	a) Divulgação dos fatos na mídia: positivo e negativo b) Estatuto da polícia militar: regimento, rigidez, impactos na saúde.	Pesquisa bibliográfica, censitária e documental, considerando os artigos acadêmicos, dissertações e teses, disponíveis em bases de dados, buscando entender a representação social da polícia militar na mídia e no discurso legal.
Contextualizar o perfil pessoal do policial militar e as condições de bem-estar no trabalho, em termos de significados, sentimentos e desempenho	a) Perfil pessoal e familiar do policial: sexo, idade, raça, nível de escolaridade, estado civil, rendimento, tamanho da família, número de filhos, ciclo de vida familiar. b) Significados, sentimentos e desempenho	-Roteiro sobre o Perfil Pessoal e Familiar de Policiais Militares (Apêndice 1); Questionário de Bem-Estar no Trabalho (Anexo 1)
Identificar o perfil familiar dos policiais militares e os reflexos das condições de trabalho, sobre as famílias, bem como sobre o adoecimento funcional	a) Equilíbrio entre trabalho e família: por meio do levantamento de possíveis danos existenciais. b) Análise do Adoecimento funcional, por meio de: Depressão, autoestima, ansiedade, auto eficácia percebida, esgotamento	a) Para avaliar a saúde mental dos policiais foi utilizado o Questionário de Saúde Geral (QSG), que avaliou o bem-estar psicológico dos policiais, Anexo 2. b) Para examinar a relação do adoecimento com o bem-estar e desempenho de trabalho, foi utilizado o Questionário de Bem-Estar, (Anexo 1).

	emocional e disfunção social.	c) Para analisar os reflexos na unidade familiar foi aplicado o Questionário de Dano Existencial (Anexo 3), que tem como objetivo avaliar os impactos do trabalho no contexto familiar.
--	-------------------------------	---

## 5.6. Dos procedimentos para Análise dos dados

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionários, que possibilitaram analisar o bem-estar no trabalho, atendendo aos objetivos propostos. Por sua vez, Dano Existencial e Bem-Estar Geral possibilitaram examinar os reflexos sobre as famílias e os efeitos do trabalho sobre o adoecimento funcional. Este conjunto de dados foram analisados pela estatística descritiva e pela análise de conteúdo.

### 5.6.1. Análise Estatística Descritiva

Os dados quantitativos sobre o perfil, bem-estar, adoecimento de policiais e de Dano Existencial foram submetidos ao software SPSS para fazer uma análise estatística descritiva.

Para os autores Fonseca e Faria (2011), o SPSS é um software que tem muita importância para as ciências sociais, pois, através dele é possível fazer análises estatísticas que marcam os trabalhos empiricamente e podem fornecer dados para uma nova política pública.

### 5.6.2. Análise de Conteúdo

Para a análise das falas dos policiais foi utilizada a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam em discursos totalmente diversificados, sendo uma interpretação controlada e baseada na dedução. A autora Salviati (2017), define esse método como uma análise de dados que trata estritamente da análise do material verbal, escrito em diferentes contextos, fazendo-se uso do Software Iramuteq Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, criado em 2009, por Pierre Ratinaud, que objetiva analisar um grande volume de textos, ao preparar os dados e escrever scripts que são, então, analisados pelo software estatístico.

## 6. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa foi submetido ao comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, como preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo aprovado sob o parecer nº 4.171.748. Antes da coleta de dados, o público participante foi orientado quanto aos objetivos da pesquisa e, estando de acordo,

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garante a integridade preservada e a confiabilidade dos dados.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** 2009, 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de Pesquisa Snowball (Bola De Neve). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 27, p. 46-60, julho a dezembro de 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARHAM. E.J; VANALLI. A.C.G. Trabalho e Família: Perspectivas Teóricas e Desafios Atuais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v.12, n.1, p 47-60, 2012.

BIERNACKI, P.;WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 2, p. 141-163. November., 1981.

BRASIL, FORUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2019. Disponível: <http://www.forumseguranca.org.br> Acessado: 05/04/2020.

BRASIL. **Adoecimento Ocupacional:** Um mal invisível e silencioso. Brasília: Ministério do Trabalho, 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde** (1953). Portaria de N° 1823, de 23 de agosto de 2012.

COVACS, Jorge Miguel Luiz de Macedo et al. **Bem-estar no trabalho:** o impacto dos valores organizacionais, percepção de suporte organizacional e percepções de justiça. 2006, 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.187-196, jan./fev. 2004.

FARIA, Carla Beatriz. **A possibilidade de existência de dano existencial na vida cotidiana da pessoa em razão da natureza do trabalho bancário. Um estudo de caso na comarca de Viçosa (MG).** Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, MG. 2017.

FARSEN, Thaís Cristine; BOEHS, Samantha de Toledo Martins; RIBEIRO, Andresa Darosci Silva; BIAVATI, Vanderléia de Paula, SILVA, Narbal. Qualidade de Vida, Bem-Estar e Felicidade no Trabalho: Sinônimos ou Conceitos que se diferenciam? **Interação em Psicologia**, v. 22, n.01, p.31-41, 2018.

FERREIRA, D. K; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3403-3412, 2011.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso Carlos Correa. Alinhando estratégia e competências. **Revista de administração de empresas**, v. 44, n. 1, p. 44-57, 2004.

FONSECA, A. R.; DE FARIA, R. G. O uso do software PSPP nas Ciências Sociais. In: **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**. v. 2, n. 2. 2011.

GARCEZ, Livia; ANTUNES, Christianne Bastos Leduc; ZARIFE, Pricila de Sousa. Bem-estar no trabalho: revisão sistemática da literatura brasileira. **Aletheia** v.51, n.1-2, p.143-155, jan./dez. 2018.

GASPARONI, M. M. **Família, redes sociais e empoderamento**: uma análise no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Ubá/MG. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.

GOLDBERG, D. P. **The detection of psychiatric illness by questionnaire: a technique for the identification and assessment of non-psychotic psychiatric illness**. London: Oxford University Press, 1972.

GOUVEIA, V.V. et al. Questionário de Saúde Geral (QSG-12): o efeito de itens negativos em sua estrutura fatorial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.375-384. Fev. 2012.

GREENHAUS, J. H., & Beutell, N. J. Sources of conflict between work and family roles. **Academy of Management Review**, v.10, n.1, p. 76 -88, 1985.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, História e Fotos: Cidades**, Viçosa MG. v4.3.45. 2017.

LORENZEN, Jamile. **Dano existencial: o excesso de jornada de trabalho e a saúde mental do trabalhador**. 2015. 47f. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2015.

MINAS GERAIS. **História de Visconde do Rio Branco**. [www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/historia/](http://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/historia/). Acessado em: 20/06/2021.

MIRANDA.D. **Por que policiais se matam?** Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar. Rio de Janeiro. RJ: Mórula Editorial, 2016.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Dano existencial nas relações de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, vol. 78, n. 08, p. 965/972, agosto 2014.

NETO, Eugenio Facchini; WESENDONCK, Tula. Danos existenciais: precificando lágrimas?. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 12, p. 229-268, 2012.

NETO, Eugenio Facchini; WESENDONCK, Tula. Danos existenciais: precificando lágrimas?. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 12, p. 229-268, 2012.

NÓBREGA, Ane Cele de Melo. **Satisfação no trabalho e adoecimento psíquico entre os profissionais de enfermagem de um hospital universitário**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Alvaro. Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. **Avaliação psicológica**, v. 7, n. 1, p. 11-22, 2008.

PASQUALI, L. et al. **Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG): adaptação brasileira**. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1996.

SALVIATI, M. E, **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Editora: Planaltina, 2017.

SILVA, S. S. da; BORGES, L. de O.; BARBOSA, S. da C. Bem-estar no trabalho. In: P. F. Bendassolli, & J. E. Borges Andrade (Orgs.). **Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

SIQUEIRA, M. M. M.; ORENGO, V.; PEIRÓ, J. M. Bem-estar no trabalho. In: M. M. M. Siqueira (Org.). **Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. p. 39-51

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquiria Aparecida Rossi. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

TEIXEIRA, K. M. D. Administrar ou conciliar diferentes papéis? Um estudo com professoras universitárias. Michigan, Estados Unidos. **Oikos**, Viçosa, MG. v.15, n. 2, p. 57-88, 2004.

TORRES, Amélia Romana Almeida; CHAGAS, Maristela Inês Osawa; MOREIRA, Andrea Carvalho; ARAÚJO, Ivana Cristina de. O Adoecimento no Trabalho: Repercussões na Vida do Trabalhador e de sua Família. **S A N A R E**, Sobral, v.10, n.1, p.42-48, jan./jun. 2011.

VAN HORN, J. E; TARIS, T. W; SCHAUFELI, W. B; SCHEURS, P. J. G. The structure of occupational well-being: a study among Dutch teachers. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 77, p. 365-375. 2004.

YOUNG, M.; DULEWICZ, V. A model of command, leadership and management competency in the British Royal Navy. **Leadership & Organization Development Journal**. v. 26, n. 3, p. 228-241, 2003.

ZARIFIAN, P. **Objectif compétence: Mythe, construction ou réalité?** Paris: Liaisons, 1999.

EICK, Luciana Gemelli et al. **Danos existenciais e sua dimensão afetivo-familiar: tutela da dignidade da pessoa humana ou precificação do afeto?**. 2015, 33f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Porto Alegre. 2015.

SABONGI, Camila Martinelli. **O dano existencial na jurisprudência trabalhista brasileira e a necessidade de harmonização de políticas públicas trabalhistas para o seu enfrentamento**.

2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais.), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2018.

ESTENICO, Rafael Ruling. **Dano existencial decorrente de violência doméstica**. 2021. 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FRANCO, Angela Barbosa. Dano Existencial: A Especificidade do Instituto Desvelado a Partir da Violação ao Direito de Desconexão do Emprego. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 72-88, 2015.

## ARTIGO 1

### O CENÁRIO DO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR: UMA LEITURA TÉCNICA ESPACIALIZADA<sup>1</sup>

#### RESUMO:

O presente artigo teve como objetivo caracterizar o cenário do trabalho do polícia militar, especificamente, a realidade vivenciada, examinando a espacialização das situações de mortes ocorridas no Brasil. Metodologicamente, foi feita uma leitura técnica e espacial, por meio da pesquisa bibliográfica, censitária e documental, sendo os dados analisados pelo Software Grass GIS 7.6.1, mostrados no formato de mapas. Resultados evidenciaram que a realidade de trabalho vivenciada pelo policial militar, em um ambiente de riscos, inseguranças e pressões, interfere em sua vida pessoal, com possibilidades de adoecimento e, inclusive, mortes, como reportadas pelos dados empíricos. Tal cenário demonstra a necessidade de políticas e programas voltados para essa classe profissional, como uma estratégia de mitigação dessas situações marcadas pela insatisfação, estresse, fragilidades e perdas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho, Policial Militar, Espacialização.

#### ABSTRACT:

This article aimed to characterize the scenario of the work of the military police, specifically, the reality experienced by examining the spatialization of situations of deaths that occurred in Brazil. Methodologically, a technical and spatial reading was carried out, through bibliographic, census and documentary research, with the data analyzed by the Grass GIS 7.6.1 Software, shown in map format. Results showed that the reality of work experienced by the military police, in an environment of risks, insecurities and pressures, interferes with their personal life, with the possibility of illness and even death, as reported by the empirical data. This scenario demonstrates the need for policies and programs aimed at this professional class, as a strategy to mitigate these situations marked by dissatisfaction, stress, weaknesses and losses.

**KEYWORDS:** Work, Military Police, Spatialization.

---

<sup>1</sup> Artigo aceito e publicado pela revista Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, p. 27771-27785, 2021.

## 1. INTRODUÇÃO: PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Durante todo o processo de industrialização, o trabalho vem passando por grandes transformações e, com elas, o adoecimento no trabalho tem sido cada vez mais recorrente no Brasil e no mundo. As empresas funcionam visando basicamente os lucros, que podem ser um fator relevante para o aparecimento de adoecimento funcional.

Essa situação não é diferente quando se pensa no trabalho realizado por policiais militares. Autores, como Ferreira (2009), Alves e Ferreira (2018), retratam como as condições de trabalho para essa classe profissional tem sido comprometida, no Brasil. A polícia tem atuado na base da força e do autoritarismo, aumentando as tensões e responsabilidades, além de ter que, muito das vezes, lidarem com chefes autoritários. Segundo os referidos autores, o ingresso à corporação é o momento mais difícil, pois, quanto menor a patente maior serão as pressões a que podem ser submetidos; o que pode levar, inclusive, a situações de suicídios.

Miranda (2016) destaca que as pressões do ambiente laboral dos policiais, tem provocado um grande aumento de suicídios no Brasil, enfatizando que esses profissionais pensam na própria morte, como saída de uma rotina marcada pelo estresse, riscos e afastamento familiar. Acrescenta que o policial tem que conviver com crimes sombrios e perdas de colegas de trabalho.

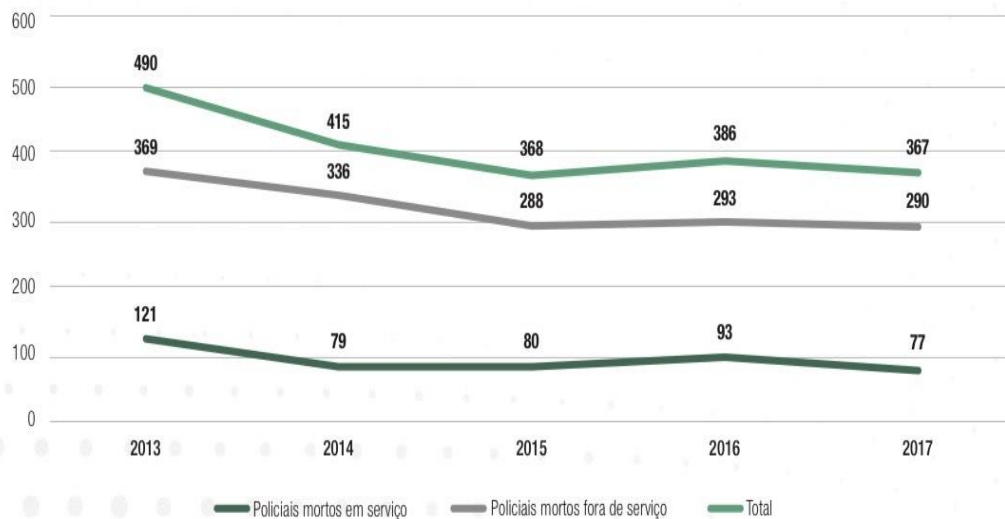
Dados baseados no levantamento feito pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, foram registradas 437 mortes de policiais civis e militares, em todo o país, em confrontos ou fora do serviço, constatando, assim, um aumento de 17% comparativamente ao ano anterior, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018 foi constatado 367 mortes de policiais civis e militares em todo o país, apresentando uma redução de 4,9%, o que ainda não deixa de ser um número alto, como pode ser visualizado no Gráfico 1, abaixo representado:

Já no primeiro semestre de 2020, o Anuário de Segurança Pública registrou um aumento de 19,6% de mortes de policiais militares, contabilizando 110 vítimas. Esta situação de perdas representa um fator estressante da profissão que, segundo Miranda (2016), se interage de forma direta com o comportamento suicida, cuja taxa entre policiais militares é equivalente a 3,25 da população masculina e 7,2 da população em geral. Como relata a referida autora, em uma pesquisa realizada pelo laboratório de análise da violência do Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foram entrevistados 224 policiais militares, sendo que 10% disseram ter tentado suicídio e 50% já pensaram em algum momento da vida. Tal cenário evidencia a

importância do estudo sobre a temática em questão, considerando ser o trabalho uma atividade do cotidiano do cidadão, com reflexos na sociedade.

### Gráfico 1- Evolução de Policiais e militares vítimas de homicídios, 2013 a 2017.

Policiais Civis e Militares vítimas de homicídio, em serviço e fora de serviço  
Brasil – 2013-2017



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para as autoras Miranda e Guimarães (2016), outros fatores estressantes da profissão policial em relação com sua vida privada são: uso de álcool, doença física e mental, idade elevada e aposentadoria iminente; sendo que tais fatores podem estar associados com o comportamento suicida nas organizações policiais.

Quando se trata dos fatores organizacionais, as referidas autoras acreditam que os comportamentos suicidas dos policiais estão ligados à insatisfação com a polícia, às relações de hierarquias com policiais de patentes mais altas, medos de investigações internas e pressões do seu ambiente social. Outro fato destacado diz respeito à relação entre os colegas de trabalho, que também está ligada diretamente com o comportamento suicida nas organizações policiais.

Considera-se, também, que as grandes mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho têm dificultado e gerado novos desafios para os trabalhadores e estudiosos que estão inseridos nesse sistema; considerando que todas essas transformações podem estar refletindo na saúde mental dos trabalhadores. Ou seja, tem sido mais comum pessoas adoecerem em função

do trabalho, pois os trabalhadores encontram-se cada vez mais pressionados com menos qualidade de vida.

Assim, a saúde mental dos trabalhadores tende a ficar ainda mais comprometida, principalmente, quando estes se deparam com chefes que apresentam comportamentos agressivos, que resultam em impactos negativos na vida do trabalhador; isto é, está cada vez mais comum supervisores apresentarem comportamentos abusivos com seus subordinados. Como destacado nos estudos de Waldman et al, entre outros.

Todas essas pressões vivenciadas pelo trabalho tendem a gerar um sentimento de insegurança no trabalhador trazendo prejuízos significativos para a vida do mesmo. Os autores Boswell, Olson-Buchanan e Brad Harris (2014) abordam, como o sentimento de insegurança no trabalho prejudica a saúde mental, elevando o nível de estresse.

Outros aspectos relevantes para a saúde do trabalhador é a carga horária extensa de trabalho e a produtividade. É muito comum trabalhadores estarem submetidos a uma carga horária extensa, relacionando-a com uma maior produtividade. Autores, como Okazaki et al (2018) afirmam que não existe uma associação entre as duas variáveis; ou seja, uma longa jornada de trabalho não está associada com ter uma maior produtividade.

Em contrapartida, os autores Laethem et al (2018) acreditam que trabalhos que apresentam uma perspectiva de desafios para os trabalhadores não trazem prejuízos para os mesmos, desde que, em seu tempo livre, eles saibam como aproveitar as oportunidades para restaurar todo estresse gerado pelo trabalho. Os supracitados autores afirmam que prejuízos no sono por acúmulo de trabalho estão associados com a falta de aproveitamento das oportunidades do cotidiano para uma restauração.

Um outro fator que se deve levar em consideração é a relação do trabalhador com a família. Pesquisadores, como Wayne et al (2017) defendem a ideia que o trabalhador deve estabelecer uma relação de equilíbrio com o trabalho e com a família. Outros autores, como Huang et al (2018) também estudam a relação de trabalho e família.

Nesse contexto, Neto, Sequeira e Cardoso (2019) abordam que as transformações na sociedade e reflexos nas famílias trouxeram impactos importantes, mudando assim, as configurações e relações familiares. Atualmente, homens e mulheres desempenham papéis que fogem dos estereótipos que antes eram estabelecidos.

Para Voydanoff (2004), a relação entre família e trabalho pode se desenvolver de forma negativa, uma vez que, pode haver um impacto na conciliação do contexto laboral com a dinâmica familiar. Os autores Greenhaus e Beutell (1985) ressaltam a dificuldade de conciliar o trabalho com as necessidades da família, quando se passa muito tempo se dedicando ao trabalho, uma vez que, se ambas não estiverem em equilíbrio, é comum entrarem em conflito.

Souza et al (2011) enfatizam que as relações familiares tem sido foco dos estudiosos da área de saúde mental. Estes pesquisadores buscam estudar os desdobramentos da família induzidos pela alteração no funcionamento familiar, quando um dos integrantes apresenta algum problema de saúde, sendo físico ou psicológico. Os referidos autores destacam que o processo de avaliação do sistema familiar é complexo, uma vez que, existem diversos constructos que devem ser levados em consideração, como: o funcionamento familiar, o dinamismo que essa família apresenta, a satisfação, práticas sociais, estilos parentais e o suporte familiar.

Assim, diante do exposto, objetivou-se realizar uma leitura técnica e especializada sobre o cenário do trabalho do policial militar.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa quantiquantitativa, com um viés descritivo, examinando os mecanismos relacionados às mortes dos Policiais Militares por estados brasileiros, de acordo com Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa qualitativa envolve abordar como está o cenário brasileiro a respeito dos policiais, por meio de pesquisa bibliográfica; enquanto a pesquisa quantitativa buscou identificar o registro de mortes de Policiais Militares, publicada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Assim, para obter os dados qualitativos, foi necessária uma pesquisa bibliográfica e documental, através de artigos, teses e dissertações, disponíveis em bases de dados, buscando entender como se encontrava o cenário brasileiro para a profissão de policial. Os dados quantitativos foram adquiridos, considerando os dados publicados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, nos anos de 2015 a 2018, que traz dados sobre o número de Policiais Militares mortos em confronto ou fora do trabalho.

Os procedimentos de análises dos dados passaram pelas seguintes etapas: Revisão Bibliográfica, censitária e documental. A análise dos dados foi feita pelo Software *Grass gis 7.6.1*, mostrando, em forma de mapas, o aumento de mortes de policiais militares no Brasil.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1. Cenário sobre o Trabalho**

Para entender melhor o cenário do trabalho, Dejourns (1987) perpassa pela história de fatos ocorridos na França, apontando alguns momentos importantes para o desenvolvimento dessa temática. Segundo o referido autor, o desenvolvimento do capitalismo industrial, com o crescimento da produção, ocasionou êxodo rural e também concentração de novas populações urbanas. As condições de trabalho eram muito precárias, os trabalhadores tinham que fazer cerca de 16 horas de trabalho por dia, além do trabalho infantil ser comum. As condições salariais dos trabalhadores também não eram boas e, em muitos casos, não era suficiente nem para cobrir as necessidades básicas dos mesmos.

Dejourns (1987) conta que a falta de higiene, promiscuidade, esgotamento físico, acidentes de trabalho, subalimentação constituíam outra situação problemática; pois, aumentava as condições de mortalidade. A gravidade da situação teve efeito no serviço militar em Amiens, por volta de 1830, onde existiam 153 inscritos das classes privilegiadas para selecionar 100 homens considerados aptos para o serviço militar, enquanto na classe pobre, eram 383 candidatos.

No que concerne à saúde em relação à classe operária do século XIX, Dejourns (1987) enfatizava que a luta pela saúde seria a luta pela sobrevivência, consentia-se em viver para não morrer. As condições de trabalho, a intensidade das exigências de trabalho e de vida colocava em risco a própria mão de obra, mostrando riscos de sofrimento específico. Somente ao final do século é que foram criadas leis que contemplava a saúde dos trabalhadores. Essa época ficou marcada, a partir do ano de 1890 até o ano de 1910, quando foram criadas as leis: delegados de segurança, nas minas; lei sobre a higiene e a segurança dos trabalhadores da indústria; lei sobre acidentes de trabalho e indenização; aposentadoria dos mineiros; aposentadoria para o conjunto de trabalhadores após 65 anos (segundo os sindicatos, a maioria dos franceses não chegava a essa fase de idade).

Já no final do século XX, na década de 1980, o mundo do trabalho começou a passar por grandes transformações. Antunes (2009) acreditava que as mudanças ocorreram nas formas de inserção na estrutura produtiva. Devido a isso, houveram impactos na classe-que-vive-do-trabalho. Para o referido autor, eram os homens e as mulheres, produtivos ou improdutivos, que se viam obrigados a vender sua força de trabalho, na cidade ou no campo, em troca de salário. Estas transformações fizeram com que os trabalhadores tivessem que se ajustar a um novo perfil

de trabalho. Houve, nessa época, um avanço significativo da tecnologia, automação, robótica e microeletrônica. Contudo, os trabalhadores se viram frente a novos processos de trabalho, que se caracterizava pela especialização produtiva e não mais a produção em série e de massa, sendo preciso buscar por novos padrões de busca de produtividade e novas formas de produção que se adequasse ao novo modelo de mercado.

Assim, o universo do trabalho encontra-se em constantes mudanças ao longo do tempo. Antunes (2006) ressalta que a classe operária industrial tradicional tem apresentado uma diminuição e, em contrapartida, houve um aumento considerável do trabalho assalariado. Com as transformações que vem acontecendo no mundo do trabalho, a tendência é que o mercado de trabalho elimine cada vez mais o número de trabalhadores centrais e abra espaço para uma mão de obra que possa entrar e sair facilmente sem que gere custos para a empresa.

Para compreender essa dinâmica no mundo do trabalho e como o ser humano é visto nesse universo, foi adotada a definição de trabalho criada por Dejours (2005, p.43), ao afirmar que o trabalho é uma “atividade útil coordenada”; isto é, “o trabalho é uma atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita”.

Para Dejours (2005), existem conceitos que caracterizam o trabalhar a partir da definição citada acima, como: a) o real: a tarefa não pode ser realizada por uma execução rigorosa prescrita; b) a dimensão humana do trabalho: o que precisa ser ajustado, rearranjado, imaginado, inventado, acrescentado, para considerar o real do trabalho, bem como, sem inovação, engajamento da inteligência humana, execução mecânica estrita das prescrições, que levam o trabalho ao que o autor nomeia como greve do zelo, sendo que, nessas condições, nenhum trabalho funciona como deveria.

### **3.2. Realidade do Trabalho do Policial Militar**

A polícia Militar no Brasil se originou de corporações modernas da Europa ocidental, entre o século XVIII e XIX, com o propósito de servir o estado mantendo a segurança pública, garantindo os direitos em um seguimento de autoridade e controlando na época pessoas escravocratas e elitistas. Devido ao processo de repressão, a sociedade criou uma visão negativa da polícia, materializada em preconceitos, que perpassaram para os dias atuais. Depois do regime militar, nos anos 1964 a 1965, a polícia passou a ser vista como importante para o processo da construção democrática e objeto de estudos das ciências sociais (FERREIRA, 2009).

No caso do trabalho do policial militar, é preciso entender sobre o trabalho no setor público, que, segundo Braverman (1975), é um setor que vive em função do capital tanto quanto o trabalho industrial, visto que, as relações de trabalho estão em um contexto que predominam a subordinação, autoridade, a submissão e a exploração. Os trabalhadores do setor público podem ter algumas vantagens, mas também podem sofrer com as desvantagens do proletariado; ou seja, o trabalhador desse serviço vende sua capacidade de trabalhar para o serviço público.

O trabalho no serviço público tem peculiaridades específicas. O autor Offe (1994) chama a atenção para a dificuldade de planejamento de custo e benefício, já que a resposta está relacionada às necessidades da população. Uma outra característica apresentada pelo autor é a incerteza ao que é necessário; ao que seria o melhor atendimento ao público e ao melhor momento para executar uma atividade frente a necessidade do cliente. Nesse sentido, ele destaca que o serviço de segurança pública conta com dados menos precisos que um empresário industrial para fazer os planejamentos de trabalho.

Além disso, é preciso conhecer como funciona a instituição militar, pois ela tem características próprias e com regras que precisam ser expressamente seguidas pelos policiais.

Ao que se refere à instituição militar, Ferreira (2009) enfatiza que a saúde dos policiais militares tem pouca visibilidade nas organizações internas em que trabalham; no entanto, a classe trabalhadora faz parte do serviço público estadual e são contemplados por legislações específicas. As suas atividades de trabalho são consideradas diferentes dos demais servidores públicos, uma vez que a profissão apresenta situações diversas, devido aos riscos que são expostos diariamente, comprometendo a saúde e a vida dos agentes.

De acordo com Alves e Vieira (2018), a profissão do Policial Militar tem como principal objetivo combater a criminalidade e, devido a isso, está inserida em um sistema de selvageria, que faz do trabalho um ambiente totalmente perigoso para a saúde física e psicológica. Pertence ao estado e tem como função principal manter a ordem pública. Conforme os referidos autores, ser um policial passou ser algo desanimador, pois a profissão tem um péssimo salário e uma pressão muito grande, contribuindo significativamente para o adoecimento profissional. As características de um policial são: inteligência, rapidez, tranquilidade, autoritarismo, resistência e devem estar sempre em treinamento.

Assim, a formação policial militar segue um padrão, pois encontra-se condicionado de forma inteiramente rigorosa e fechada em um modelo militar profissionalizante, das quais, as

regras são regidas em um regulamento que uniformiza todo o processo pedagógico da formação do policial militar (SA, 2002).

Dessa forma, durante a formação do policial militar, os alunos passam por uma fase chamada de “liminaridade”; ou seja, Turner (1974) diz que o policial em formação é submetido a uma “supressão temporária de hierarquia”, que tem como objetivo ensinar os alunos que é preciso sofrer para conseguir status superior. Nesse sentido, Silva (2002) destaca que é uma fase de “desculturamento”, quando as instituições da polícia militar são vistas em sua totalidade, assim, quando se há necessidades de cortar os vínculos sociais que antes tinham para se ter uma formação na polícia militar. Goffman (2007) vai chamar de “mortificação do eu”, o que implica que os mitos e as regras sejam adaptadores para uma nova cultura institucional.

Contudo, França e Gomes (2015) acreditam que as crenças formadas e institucionalizadas servem de bases para os policiais se organizarem de forma sistêmica e subjetiva. Entretanto, por repressão de suas ideias, o policial é forçado acreditar que o sofrimento físico e psicológico é necessário para a formação policial. Nesse sentido, para os autores citados, a pedagogia militarista reforça o sofrimento, como forma de conquista do universo masculino.

Dentro dessa linha de pensamento, Alves e Vieira (2018) ressaltam que o momento mais difícil e estressante na polícia é o ingresso, pois, é quando o policial é julgado e pressionado para obter resultados, fazendo com que seu emocional fique comprometido. É bem comum na profissão, profissionais apresentarem problemas psicológicos e, fruto desses, passarem a ter uso abusivo de álcool, depressão e, até mesmo, problemas de saúde física. O suicídio é um outro fator comum na profissão, que tende a ocorrer em pontos altos de tensões de trabalho.

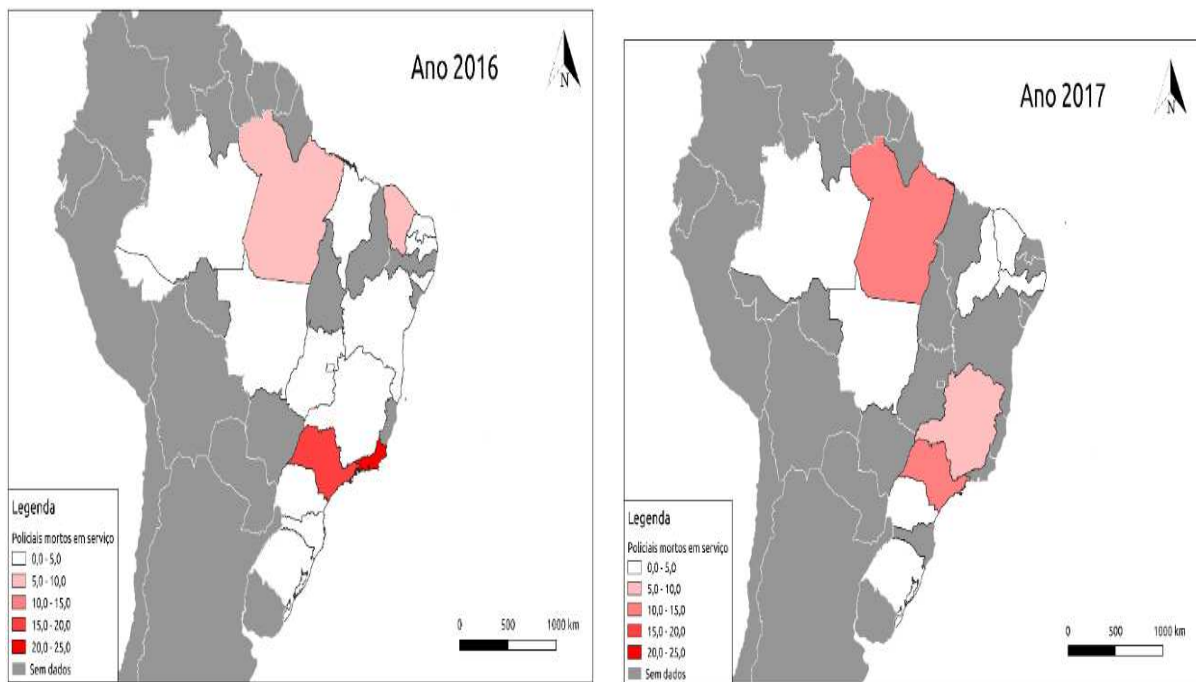
Além disso, ao empregar sua força de trabalho, o trabalhador submete-se, muitas vezes, à precarização de suas condições e trabalho, sofrendo flagelo de mente e corpo. A precarização manifesta-se através de baixos salários, intensificação da jornada de trabalho, além da exposição a perigos diversos, sejam eles químicos ou físicos. (BRASIL, 1943).

### **3.3 Condições de Trabalho de Policiais Militares: Especialização de Mortes de Policiais no Brasil**

De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foi possível observar a especialização de mortes de policiais no Brasil, por estado. No ano de 2016, é possível observar um aumento nos estados de São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Ceará; enquanto, no ano

de 2017, os estados Pará, São Paulo e Minas Gerais continuaram tendo um alto índice de mortes de Policiais, enquanto Ceará apresentou uma diminuição em comparação ao ano anterior. Tais dados podem ser observados nos mapas abaixo, conforme Figura 1:

**Figura 1-Espacialização de Mortes de policiais no Brasil, por estados, 2016/2017.**



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016/2017)

No ano de 2018, foi possível observar que o número de estados brasileiros que apresentaram dados ao Anuário de Segurança Pública é muito pequeno, o que dificultou ter resultados reais para o respectivo ano. Contudo, pode-se visualizar que o Estado de São Paulo está sempre apresentando números preocupantes em relação a mortes de policiais militares, como demonstram os dados da Figura 2, no mapa abaixo:

**Figura 2-Espacialização de Mortes de policiais no Brasil, por estados, 2018**



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018).

A espacialização dos dados, em termos de mortes de policiais militares, demonstrou que as condições de trabalho enfrentados por esses profissionais são inseguras, arriscadas, estressantes e exige cotidianamente um preparo físico e psicológico.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem concluir que a realidade do trabalho desempenhado e sua formação podem contribuir para que os policiais sofram constantes pressões em seu ambiente de trabalho, com reflexos sobre o adoecimento funcional. Além disso, a instituição militar apresenta características tradicionais muito rigorosas, o que interfere de forma direta na vida do policial.

A espacialização dos dados de mortes de policiais no Brasil demonstra a insegurança e as situações de risco vivenciadas pelos policiais em seu ambiente de trabalho, principalmente do Estado de São Paulo; embora haja uma limitação de informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, para uma análise mais apurada desse fenômeno no âmbito nacional.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES,L, VIEIRA. A. **A influência da saúde mental e física do policial militar na qualidade de sua prestação de serviço à comunidade.** Goiás: Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, Março 2018.

ANTUNES, R.L.C. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2º edição (10º reimpr.rev. e ampl). São Paulo, SP: Boitempo,2009.

ANTUNES, Ricardo (org) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho.** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 11º edição, São Paulo, SP: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BOSWELL. W, OLSON-BUCHANAN.J, BRAD HARRIS. I cannot afford to have a life: employee adaptation to feelings of job insecurity. **Personnel Psychology.** v.67, p. 887-915. 2014.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho** (1943). 45 edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde** (1953). Portaria de N° 1823, de 23 de agosto de 2012.

BRAVERMAN, H. **Labor and Monopoly Capital:** the degradation of work in the Twentieth Century. New York: Monthly Review Press, 1975.

Dejours, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez; Oboré. 1987.

DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.187-196, jan./fev. 2004.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. **Condições de saúde de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE.** 2009, 202f Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009.

FORUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **12º Anuário de Brasileiro de Segurança Pública.** 2018. Disponível: <http://www.forumseguranca.org.br> Acessado: 10/10/2019.

FRANÇA. F. G; GOMES. J.L.F. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Rev. bras. segur. pública** | São Paulo v. 9, n. 2, 142-159, Ago/Set 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

GREENHAUS, J. H., & Beutell, N. J. Sources of conflict between work and family roles. **Academy of Management Review,** v.10, n. 1, p. 76-88. 1985.

LAETHEM.M, BECKERS.D, BLOOM.J, SIANOJA.M, KINNUNEN.U; Challenge and hindrance demands in relation to self-reported job performance and the role of restoration, sleep

quality, and affective rumination. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**. v.92, p.225–254. 2019.

MIRANDA, D; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: O que sabemos?. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.9, n.1, p.1-18,2016.

NETO, Mário Jorge Batista; SEQUEIRA, Joana Orientadora; CARDOSO, Ilda Massano Orientadora. **Funcionamento Familiar e Conflito Trabalho–Família: estudo com enfermeiros, professores e outros profissionais**. 2019. 52f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). ISMT. 2019.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OKAZAKI E, NISHI D, SUSUKIDA R, INOUE A, SHIMAZU A, TSUTSUMI A. Association between working hours, work engagement, and work productivity in employees: A cross-sectional study of the Japanese Study of Health, Occupation, and Psychosocial Factors Relates Equity. **J Occup Health**.v.61, p.182–188, 2019.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SILVA, Agnaldo José da. Praça Velho: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002, 123f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia,2002.

SOUZA, Joseane de et al. Avaliação do funcionamento familiar no contexto da saúde mental. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 38, n. 6, p. 254-259, 2011.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VOYDANOFF, P. The effects of work demands and resources on work-family conflict and facilitation. **Journal of Marriage and the Family**, v. 66, p. 398-412. 2004.

WALDMAN D A; et al. Psychological and neurological predictors of abusive supervision. **Personnel Psychology**. v.71, p.399–421. 2018.

WAYNE. J; BUTTS. M; CASPER.W; ALLEN.T. in search of balance: a conceptual and empirical integration of multiple meanings of work–family balance. **Personnel psychology**. v.70, p.167–210. 2017.

YOUG, M.; DULEWICZ, V. A model of command, leadership and management competency in the British Royal Navy. **Leadership & Organization Development Journal**. v. 26, n. 3, p. 228-241, 2003.

## ARTIGO 2

### **REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A PROFISSÃO DO POLICIAL MILITAR: DISCURSO LEGAL E MIDIÁTICO.**

#### **RESUMO:**

Este artigo visou analisar as representações sociais sobre a profissão do policial militar, considerando o discurso midiático e legal. Metodologicamente, a pesquisa de natureza qualitativa, baseou-se na Teoria das Representações Sociais, analisando o conteúdo de materiais jornalísticos publicados em canais midiáticos e das normativas do Estatuto da Polícia Militar. Resultados evidenciaram que existe um número expressivo de reportagens na mídia sobre a má conduta de policiais militares, denunciando o despreparo para a profissão. O Estatuto da Polícia Militar norteia a profissão dos policiais frente as questões na sociedade; no entanto, ainda assim, os profissionais apresentam grandes desafios, sejam eles sociais, internos ou relacionados à saúde mental e física. Conclui-se que a mídia tem um papel fundamental na divulgação dos fatos sobre a polícia militar e circula uma diversidade de representações sociais da violência e do trabalho da polícia militar, apresentando diferentes facetas da imagem policial. Ademais, pode-se concluir que o Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais rege a profissão de forma rígida, podendo contribuir para o adoecimento físico e mental dos profissionais.

**Palavras-chaves:** Representações sociais, Profissão Policial Militar, Mídia, Discurso legal.

### **SOCIAL REPRESENTATION ABOUT THE PROFESSION OF MILITARY POLICE: LEGAL AND MEDIA DISCOURSE.**

#### **ABSTRACT:**

This article aimed to analyze the social representations of the military police profession, considering the media and legal discourse. Methodologically, the qualitative research was based on the Theory of Social Representations, analyzing the content of journalistic materials published in media channels and the regulations of the Military Police Statute. Results showed that there is an expressive number of reports in the media about the misconduct of military police officers, denouncing the lack of preparation for the profession. The Military Police Statute is a document that guides the profession of policemen in the face of issues in society, legitimizing their condition and legislating in favor of their rights and duties, even so, professionals present great

challenges, be they social, internal or related to mental and physical health. It is concluded that the media has a fundamental role in the dissemination of the facts about the military police, as well as, in the social context, a diversity of social representations about violence and the daily work of the military police circulates presenting different facets of the police image. Furthermore, it can be concluded that the Statute of the Military Police of Minas Gerais strictly governs the profession, which may contribute to the physical and mental illness of professionals

**Keywords:** Social representations, Military Police Profession, Media, Legal Discourse.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, é possível ver com frequência matérias jornalísticas a respeito do trabalho exercido pelo policial militar, no Brasil. Segundo Poncioni (2003), essa atividade profissional é exercida por um grupo específico, que compartilham o sentimento de pertencimento e identificação com seu trabalho. Ou seja, esses profissionais compartilham sentimentos, ideias, valores e crenças que são baseados numa concepção de que todos acreditam sobre o que é ser policial.

Para Consul (2005), na ação policial, é possível observar como essa categoria profissional se expressa, no seu cotidiano, através da sua cultura organizacional, seus valores e sua formação. Nesse sentido, o exercício do trabalho da polícia militar está atrelado aos parâmetros da dimensão simbólica, atribuída ao conceito de profissão. O autor explica que a profissão está caracterizada pela percepção, pelas expectativas e pela retórica que os policiais militares utilizam para legitimar o eu e o outro, nós e eles, afirmando um atributo relacionado a profissão policial sobre as atividades que desenvolvem no seu cotidiano laboral.

Acontece, que já é algo comum esses profissionais aparecerem na mídia e serem representados nacionalmente como corruptos ou que cometeram abuso de poder. Fraga (2006) relembra que a violência policial, representada como abuso de poder, está presente na memória e na percepção da população brasileira. São inúmeros noticiários em diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, artes e músicas, que exemplificam o comportamento violento do grupo policial. Segundo a referida autora, a ação policial é uma linha tênue que separa o uso da força cometida e moderada da violência como força cega e brutal. Essa situação é uma questão do cotidiano que assombra a intervenção da polícia militar no trabalho do policiamento ostensivo.

Ou seja, segundo Spode e Merlo (2006), é possível observar a atuação do profissional militar sendo retratada na mídia, ora como heróis, ora como vilões. Dessa forma, o trabalho da polícia ocupa uma posição de controvérsias, no qual está ligado a uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade. A categoria profissional tem como função combater a violência; porém, ao mesmo tempo, está sujeito a reproduzi-la ou ser vítima.

Os referidos autores dissertam que o trabalho da polícia está associado às categorias profissionais com mais exposição aos riscos, relacionados à integridade física, principalmente, quando se trata das atividades de trabalho relacionadas ao operacional, sendo o principal motivo de pressão a falta de condições de trabalho adequada, que eleva a precariedade da segurança pública, que está relacionada com variados agentes e corporações, sendo a polícia militar uma delas. No Brasil, a polícia militar é dividida em 27 eixos, com um representante em cada Estado, tornando-a uma força de segurança pública, subordinada ao Exército nacional (SESP, 2019).

Segundo dados de 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicados por Pontes Filho (2021), constata-se um cenário crítico de insegurança no Brasil, com aumento das vítimas de mortes violentas intencionais, crescendo mais de 7% em relação a 2019, significando que uma pessoa é assassinada a cada 10 minutos. E, dentre esses assassinatos, 3.181 pessoas foram vítimas de intervenções policiais (letalidade policial); sendo que o número de pessoas mortas pela polícia aumentou 6,0%, assim como houve um incremento de policiais assassinados, aproximadamente 19,6%.

O supracitado autor acrescenta, que, mesmo que tenham sido realizados significativos investimentos públicos na segurança pública, no Brasil (cerca de R\$ 95 bilhões em 2019), não tem ocorrido um controle eficaz e a reversão da tendência de crescimento da violência e da criminalidade, em função da má gestão e corrupção, bem como pelo modelo adotado, centrado apenas em políticas de controle social, repressão e encarceramento, com limitado “planejamento e integração da política de segurança pública às políticas sociais de assistência, de saúde coletiva e de educação” (PONTES FILHO, 2021).

Grisoski e Silva (2020), ao se referirem à segurança pública, corroboram com esse posicionamento, destacando que o nível de complexidade da segurança pública cresce a cada momento, pois interesses, valores, ideias, papéis sociais, entre outros, estão entrando em conflito na sociedade por divergências. Nesse sentido, para as referidas autoras, se faz necessário uma política administrativa para que haja um equilíbrio social. Esse equilíbrio pode ser encontrado

através das políticas públicas, procurando formular uma prevenção social e criminal, especialmente na segurança pública, para que seja possível uma ressocialização de indivíduos (GRISOSKI; SILVA, 2020).

Nesse processo de ressocialização, é necessário planejamento e uma boa capacidade de pensar, para que sejam elaboradas estratégias do cotidiano, que, como ressalta Bifano (2015), apesar do trabalho do policial militar parecer uma atividade repetida, é sempre uma atividade diferente em cada situação, pois, a pessoa em atividade abre espaço para obter tipos de experiências que são particulares.

Segundo Minayo, Souza e Constantino (2008), a gestão de produção e de planejamento dos policiais encontram-se restritas a um pequeno grupo, enquanto, um grupo maior fica condicionado a executar as tarefas, criando um ambiente de trabalho heterônomo, que, de acordo com Maggi (2006), é a regulação que os trabalhadores são submetidos. A regulação ajusta as regras e, ao mesmo tempo, as produz. É preciso seguir as ordens que são repassadas, em uma tentativa de controlar a autonomia dos subordinados nos espaços de trabalho.

A relação dos policiais militares com seu trabalho dos policiais vai além de planejamentos estratégicos. E os policiais militares precisam estar sempre em contato com as pessoas, o que torna necessário no trabalho lidar com a subjetividade e a imprevisibilidade dos sujeitos e da situação. De acordo com Minayo, Souza e Constantino (2008), é impossível planejar tudo, pois a profissão apresenta especificidades que devem ser levadas em consideração, como, por exemplo, a relação direta com a população nas ruas.

O cotidiano dos policiais militares pode criar uma gama de possibilidades e situações que saem do que foi planejado, levando-o a ter que tomar decisões que não estava no seu planejamento. Maggi (2006) vai chamar de “tarefa discricionária”, o que consiste na obrigação de decidir; porém, esse decidir não é autônomo, é controlado por superiores tornando ainda mais difícil tomar uma decisão. Sznelwar (2011) destaca que o processo de tomar decisões diferenciado do habitual, quando o sujeito é confrontado e necessita tomar uma decisão, o que pode levar à exaustão no final do dia de trabalho.

De acordo com Faria (2014), no âmbito do cotidiano, é que se constrói e ajusta os saberes, representações e práticas de trabalho; ou seja, é no cotidiano que se aprende, conquista, realiza e adquire reconhecimento social. Por outro lado, é nele que surgem os conflitos, fracassos, deméritos e preconceitos.

Por sua vez, Sznelwar (2011) ressalta que as atividades que são realizadas no cotidiano pelos trabalhadores, normalmente, não são reconhecidas pela organização e as consequências disso são os sintomas que o sujeito sente no corpo e na mente, que se encontram relacionados ao prazer e ao sofrimento.

Quando o trabalhador está realizando uma atividade que se sente identificado e está cumprindo com o fim do seu trabalho, este estará experimentando sensações de prazer, que repercute no seu estado de saúde; enquanto o trabalhador que está realizando uma atividade que não se sente identificado e, com isso, seu trabalho não está sendo reconhecido, o trabalhador começa a sofrer, levando-o a um estado de adoecimento.

A saúde mental dos policiais está em constante destaque em estudos na atualidade, os autores Araújo et al. (2020) avaliam que a saúde mental dos policiais é inerente à profissão; ou seja, exige que esses profissionais estejam em constante avaliação, sendo o estresse o sintoma mais evidente na categoria profissional.

Diante do exposto, o presente artigo buscou analisar como a profissão do policial militar é representada por diferentes canais midiáticos; ou seja, como a mídia representa o trabalho da polícia em diferentes situações do cotidiano. Além disso, buscou cruzar essas informações do senso comum com o discurso legal, apresentado pelo Estatuto do Policial Militar, que dispõe sobre as normativas da profissão esperadas pela sociedade.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Para que fosse possível entender como os policiais militares são representados na mídia, foi feito uso da teoria das representações sociais, que, de acordo com Moscovici (2003), constituem formas de entender e explicar o que nós já sabemos de maneira muito específica. As representações têm efeitos diretos provocando curiosidades, tendo como objetivo abstrair sentidos e introduzir ordens e percepções, fazendo reproduções de forma significativa.

Moscovici (2003) considera que as representações só podem existir a partir do momento que existe o indivíduo, e o indivíduo só passa existir quando está ligado ao social. Assim, a partir dos grupos criados nessa interação é que passam a surgir as representações.

Jodelet (1989) apropria do conceito de representações, como fenômenos diretamente observáveis; isto é, as representações sociais têm o poder de expandir discursos e palavras que estão ligadas em mensagens e ou imagens do momento, estruturada nas condutas e

agenciamentos materiais ou espaciais. Para a autora, as representações geralmente são reconhecidas por um modelo de interpretação, que vai mediar as relações com o mundo, em um processo de orientação e organização das condutas e da comunicação social, visando conhecimento, desenvolvimento individual e coletivo, definindo identidades pessoais e individuais e transformando grupos sociais.

Pereira e Teixeira (2013) afirmam que a teoria das representações sociais tem sido utilizada como referencial para pesquisa em diversos campos do conhecimento, como saúde pública e educação, dentre outros. Para tratar da saúde pública, a importância dos estudos está com foco em ações e condutas, tanto dos profissionais de saúde como dos usuários desses serviços, ambos modificados por suas representações sociais.

Os referidos autores acreditam que as representações sociais, além de estarem ligadas às noções gerais das ideias dominantes, estão sempre em mudança, conforme a experiência social do indivíduo. Isso porque elementos, como idade, profissão, gênero e classe social fazem com que as representações tenham ideias e crenças particulares. Estes conteúdos sociais dominantes com elementos subjetivos particularizados fazem surgir as condutas e práticas profissionais. Assim, as representações sociais não são apenas ideias abstratas; constituem um mundo teórico e valorativo que sustenta as ações e comportamentos.

Segundo Ramos e Novo (2003), as representações sociais são formas de conhecimento elaborado e partilhados socialmente, com o objetivo de transformar o que não é familiar (desconhecido) no que é familiar (conhecido)

Especificamente, no que tange à representação do policial na mídia escrita, de acordo com Njaine, et al (2009), as teorias que embasam a comunicação e a ação jornalística não é limitada somente à construção de notícias intrínsecas dos profissionais que trabalham na mídia. Para alguns teóricos, determinados temas permanecem na mídia pelo próprio interesse do setor em fazê-lo entrar para um debate público. Nesse sentido, as matérias publicadas em sites jornalísticos são mais que um simples registro, passam por um interesse público ou são apenas de interesse jornalístico, visando provocar emoções, dramas e ou a comercialização de produto.

Por outro lado, os autores enfatizam que às matérias jornalísticas escritas de cunho policial têm evoluído, embora ressaltem que ainda existe um jornalismo ambíguo, que coloca o sujeito à mercê da mídia, sendo pré-julgado e exposto, como um menu de coisas negativas; sendo, nesses casos, os direitos humanos ignorados. A Polícia Militar, geralmente está em destaque nas

matérias dos jornais, principalmente quando estão associadas a violência urbana. É possível observar um avanço na mídia escrita, tendo as matérias publicadas uma relação com a violação dos direitos, devido a uma melhor qualificação do jornalismo na área policial.

Porto (2001) enfatiza que a representação da violência, a nível inconsciente, simboliza e organiza as relações sociais alimentando e conduzindo diferentes tipos de atores, gerando reciprocidade perversa entre a sociedade e a polícia. Assim, a polícia tende a manifestar condutas violentas, visando o que a sociedade espera dela, como responsável de manter a ordem social. Nesse sentido, a sociedade que sente medo e insegurança cobra sempre mais habilidades dos policiais, espera-se que sejam mais rápidos, eficientes e com maior agilidade na atuação, fazendo do policial um herói, quando suas operações são bem-sucedidas (PORTO, 2001).

Assim, no contexto social, circulam diversas representações sociais a respeito da violência, sendo que o medo e a insegurança dominam a vida das pessoas no seu cotidiano, principalmente nos grandes centros urbanos, o que reflete tanto no trabalho desempenhado pelo policial militar, quanto na imagem construída pela sociedade sobre essa profissão. Moura (2015) destaca que a forma como a polícia militar desempenha o seu trabalho na sociedade, em seu cotidiano, constroem duas imagens, aquela que é vista pela sociedade e a outra que é vista por ele mesmo referente ao seu próprio trabalho<sup>2</sup>. Dessa forma, essa visão contribui para a construção da sua identidade social, podendo gerar sofrimento ou prazer no seu trabalho. É interessante observar algumas definições referente ao trabalho policial, sendo que tais definições se originam das atividades realizadas por esses agentes (MOURA, 2015).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O objetivo desse estudo é compreender as representações sociais de policiais militares através das matérias jornalísticas veiculadas na mídia em diferentes canais de comunicação; bem como analisar o Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais, afim de descrever e associa-lo com o cotidiano dos profissionais.

Neste estudo, optou-se metodologicamente por uma abordagem qualitativa e pela estratégia exploratório-descritiva, baseando-se na Teoria das Representações Sociais, debatida por Serge Moscovici (2003) e Denise Jodelet (2001).

---

<sup>2</sup> Bayley (2001) relaciona o trabalho da polícia com três parâmetros, o primeiro, às suas atribuições ou o que ele precisa fazer; o segundo, às coisas que necessariamente precisa fazer, como, por exemplo, crimes em andamento, brigas domésticas, buscas por objetos ilícitos, etc; o terceiro, às ações, que envolvem as práticas de prender, multar, advertir, etc.

Para análise dos dados, foi utilizado o método proposto por Bardin (2011), que busca fazer uma pré-análise, de acordo com o material organizado para análise, explorando o material, tratando os resultados, inferência e interpretação. Tanto o material do Estatuto da Polícia da Militar de Minas Gerais quanto o material midiático foram apresentados separadamente, seguindo os critérios selecionados metodologicamente.

#### **4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS**

##### **4.1. Estatuto dos Policiais Militares de Minas Gerais e as Implicações no Cotidiano do Profissional.**

O Estatuto dos Policiais Militares de Minas Gerais foi criado pela lei N° 5.301, de 16 de outubro de 1969, visando assegurar os direitos e regular a profissão. O documento possui 9 títulos e 242 artigos, objetivando registrar os direitos, prerrogativas, deveres e responsabilidades da categoria profissional.

Após a leitura foi possível fazer a demarcação, de acordo com a proposta do estudo, optando pelo título, capítulos e artigos, que dispõem sobre a função, os deveres e direitos da Polícia Militar no combate à criminalidade, afim de esclarecer e informar sobre as normas que regem a profissão, além de possibilitar uma análise das repercussões do mesmo no cotidiano do Policial. Na Tabela 1, abaixo especificada, são apresentadas algumas disposições do referido documento, com posterior discussão sobre seus reflexos no cotidiano dos profissionais.

Considerando os Deveres, Responsabilidades, Direitos e Prerrogativas, previstos no Estatuto do Policial Militar (Tabela 1), estudo realizado por Moreira et al (1999) relata que os policiais militares apresentam uma constante reclamação acerca da corporação da polícia militar, destacando que: o trabalhador é mal remunerado; possui uma carga horária excessiva e conta com equipamentos utilizados em condições precárias, sendo a hierarquia considerada abusiva.

Dessa forma, a carga horária extensa dos policiais militares pode ser um fator relevante para o comprometimento de sua saúde mental. Estar à disposição para qualquer que seja a demanda está regido no Estatuto da Polícia militar conforme apresentado na Tabela 1, regido pelo Art 15, ao que diz respeito das funções de profissional. Os autores Ferreira e Dutra (2017) ressaltam que a carga horária excessiva em conjunto ao regime de escalas e a inflexibilidade de horários são os principais fatores contribuintes para o trabalho da polícia ser estressante; além

disso, desencadeia uma série de doenças, bem como problemas digestivos, musculares e no sistema nervoso.

Viver em um ambiente de trabalho que esteja associado com altas exigências, violência, falta de preparo ou de condições de trabalho pode levar o policial a situações extremas. O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem ser os principais fatores relacionados as atitudes irracionais, levando-o a uma crise diante de uma situação caótica, expondo-o, também, ao risco de morte (OLIVEIRA; QUEMELO, 2014). Tal situação relatada pelos referidos autores poderia levar os policiais militares a se enquadrarem no Art 28 (Tabela 1), que dispõe da penalidade de serem presos.

**Tabela 1- Demarcação de conteúdo analisado no Estatuto do Policial Militar- MG**

TÍTULOS/CAPÍTULOS <sup>3</sup>	CONTEÚDO
<p>Título I - Do pessoal da Polícia Militar</p> <p>Capítulo III - Da Função Policial-Militar.</p>	<p>Art. 14. Função policial-militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado.</p> <p>Art. 15. A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial-militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostas pelas leis e regulamentos.</p>

<sup>3</sup> A escolha pelo título I e os capítulos III e IV foi devido ao fato de já serem o suficiente para trazerem informações sobre o que lei rege a respeito dos direitos e obrigações do profissional da polícia militar; já que o conteúdo restante trata de outras formalidades, consideradas não relevantes nesse estudo.

<p>Título I - Do pessoal da Polícia Militar</p> <p>Capítulo IV- Dos Deveres, Responsabilidades, Direitos e Prerrogativas.</p>	<p>Art. 16. O Oficial somente perderá o posto ou patente nos seguintes casos:</p> <p>II - quando declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, em face de incapacidade moral ou profissional, pelo Tribunal de Justiça Militar, em tempo de paz, ou por tribunal especial, em tempo de guerra;</p> <p>III - quando demitido, nos termos da lei.</p> <p>♣ A hipótese de que trata este inciso, para não se confundir com aquela decorrente da aplicação do inciso II, deve ser entendida como de demissão voluntária.</p> <p>§ 1º A declaração de indignidade ou incompatibilidade referida no item II do artigo proceder-se-á através de processo especial, iniciando-se pelo Conselho de Justificação, nos termos da legislação própria.</p> <p>§ 2º O tribunal referido no item II do artigo poderá determinar a reforma do oficial no posto por ele ocupado, com os vencimentos proporcionais ao seu tempo de serviço, nos termos da legislação própria.</p> <p>Art. 22. Aos militares da ativa é vedado fazer parte de firmas comerciais, empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado.</p> <p>Art. 23. Cabe aos militares a responsabilidade integral das decisões que tomam ou dos atos que praticam, inclusive na execução de missões por eles taxativamente determinadas.</p> <p>Art. 27. A praça perde a condição de servidor público e o conseqüente direito à inatividade remunerada, nos casos previstos nos itens I e III do artigo 16, deste Estatuto, quando</p>
---	---

	<p>excluída disciplinarmente ou por incapacidade profissional, de acordo com o Regulamento Disciplinar da Corporação.</p> <p>Art. 28. Só em caso de flagrante delito o militar poderá ser preso por autoridade policial civil.</p>
--	--

Fonte: Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1969)

Diante do exposto, discutir sobre a instituição militar passou a ser uma questão social, mesmo que ainda em construção. A profissão possui singularidades evidentes que a diferencie das demais categorias profissionais, uma vez que a profissão é estruturada a partir de uma organização militarista, criada com base em regras rígidas e hierarquias bem formalizadas. Tal feito faz referência ao formato de Império que é observável nos seus rituais, bem como continência, marchas, fardas e etc. Por outro lado, a polícia militar tem se modernizados em alguns aspectos, as punições, por exemplo (prisões), estão associadas com o moderno modelo de produção capitalista. Além disso, a polícia vem modernizando suas técnicas administrativas no intuito de uma melhoria na inserção social, promovendo um órgão estatal menos opressor que possibilite se tornar uma empresa pública de prestação de serviços (MOREIRA et al, 1999).

Os autores Moreira et al (1999) acreditam que existam contradições nas funções e na identidade da polícia militar, com alerta para riscos psíquicos. Ou seja, assim como a corporação, a sociedade também exige que os policiais tenham uma postura frente ao social, sendo que tal exigência se refere a uma postura que frequentemente se diverge na prática. Dessa forma, é exigido que os policiais respeitem os direitos dos cidadãos e somente utilizem a repressão quando for necessário; porém, para os autores, a situação não acontece dessa forma, a polícia utiliza sua força diversas vezes, de uma forma que reprime, atendendo os interesses do capital em prol da estratificação social.

Ao que se refere à saúde dos policiais militares, o ministério da saúde recomenda que, para haver uma melhora nas condições de vida dos policiais militares, reduzindo as vulnerabilidades e os riscos à saúde acometidos pelo ambiente de trabalho. Sendo assim, é necessário que faça uma avaliação das situações que comprometem a qualidade de vida desses profissionais, para que sejam realizadas intervenções e tomadas decisões que promovam a saúde e a qualidade de vida da categoria profissional (BRASIL, 2014).

## **4.2 Representação Social da Profissão do Policial Militar no Discurso Midiático.**

A polícia militar se tornou alvo frequente nas mídias, seja por seus grandes feitos ou pelos seus erros. Os jornais locais e a grande mídia estão sempre interessados em noticiar casos associados à polícia militar. De acordo com Moreira (1999) a categoria profissional nunca ocupou tanto os espaços de comunicação, existindo programas específicos com matérias vinculadas diretamente com a profissão.

O conceito de midiaticização está relacionado com a influência da mídia na cultura e na sociedade. O termo tem sido utilizado em diversos contextos para formalizar a interação direta da mídia sobre os fenômenos sociais. O termo midiaticização foi utilizado pela primeira vez em uma relação de impactos entre os meios de comunicação na política e outros efeitos da política. Além disso, outros subcampos de estudos da mídia, o conceito foi utilizado para caracterizar a influência dos meios sobre a pesquisa (HJARVARD, 2012).

Para Porto (2009), os noticiários apresentam diversas facetas de impunidade no cotidiano, entre elas, a que mais chama atenção está relacionada com a polícia militar que midiaticamente repercute através de narrativas, acontecimentos e versões que, após uma seleção, são noticiados, em contrapartida, algumas são esquecidas. De um lado, nós temos os policiais que são apontados como violentos, com condutas que ferem os direitos humanos, do outro, temos uma polícia que é cobrada cotidianamente para exercer a profissão com eficiência e, inclusive, com violência (PORTO, 2009).

Para entender como a polícia militar está sendo veiculada a mídia, é possível selecionar diferentes canais midiáticos para verificar como representam a categoria profissional em suas matérias jornalísticas mais especificamente os desvios de condutas dos policiais militares, como apresentado na Tabela 2.

Conforme dados da Tabela 2, a polícia militar é noticiada em diversos meios de comunicação e a forma como são expostas as matérias relacionadas à categoria profissional tem sempre um impacto ao leitor e, na maioria das vezes, estão associadas à violência. Ou seja, pode-se observar que a mídia representa a polícia e denuncia através de suas matérias comportamentos que ferem o Estatuto da Polícia Militar, como retratado na Tabela 1.

**Tabela 2 – Matérias sobre a Polícia Militar exibida na mídia (Desvios de condutas)**

<b>Matérias</b>	<b>Veículo de imprensa</b>
Greve da polícia militar e o caos no Espírito Santo	Fantástico
Como anda a saúde mental dos policiais militares?	Fantástico
PM é expulso por comentários em rede social	SBT
Polícia militar agride mulher que foi confundida com assaltante.	CidadeAlertaRecord
Policial agride pedagoga durante abordagem.	SBT Jornalismo
Paraisópolis: como 9 jovens morreram durante ação da PM em baile funk?	Jornal o Globo
PMs forjam flagrantes em carro e colocam inocente na cadeia.	Jornal da Record

Fonte: YouTube (2021)

De acordo com Cruz (2018), o tema de segurança pública tem estado no cotidiano da mídia, pautando os assuntos relacionados aos crimes e violência que afetam a sociedade. Para a referida autora, o papel da mídia vai além da cobertura de divulgação das notícias sobre segurança pública, estando associada diretamente com a sociedade, influenciando-a a agir sobre os fatos que são noticiados.

Nesse sentido, Porto (2009) chama atenção para possíveis divergências no que tange à mídia e segurança pública. Segundo a autora, é uma relação que, por sua vez, é complexa, tensa e contraditória, mas que em um determinado momento pode ser consensual e cúmplice. Tais relações com diferentes formações discursivas criam um campo de tensão e crise; isto é, a mídia e segurança pública têm afinidades, mas também se divergem.

Pode-se acompanhar as diferentes formas de representação acerca da polícia militar na Tabela, 3 abaixo apresentada, a polícia militar foi representada de forma diferente, comparativamente aos dados da Tabela 2, por meio de matérias jornalísticas, que enfatizaram a ação policial.

**Tabela 3 Matérias sobre a Polícia Militar exibida na mídia (Ação Policial)**

<b>Matérias</b>	<b>Veículo de imprensa</b>
Polícia resgata menino de 11 anos trancado dentro de um barril pelo pai	SBT- Jornalismo
Policial morre tentando impedir assalto no RJ	BAND – Jornalismo
Vídeo mostra policiais salvando bebê engasgado	BAND- Jornalismo
Mesmo ferido policial salva amigos após acidente grave e se torna herói	Balanço Geral
Polícia captura 9 suspeitos de assalto ao banco	SBT-Jornalismo
Polícia desativa 4 explosivos deixados por criminosos após assalto.	CNN – Brasil
Tentaram roubar e foram mortos: bandidos dão de cara com a polícia.	Record TV – Goiás

Fonte: YouTube (2021)

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 3, pode-se verificar uma nova forma de representar o trabalho da polícia militar, através de matérias jornalísticas que trazem a ação policial, como ela deveria ser feita, considerando o disposto no Estatuto, conforme dados da Tabela 1. Para Porto (2009), apesar da mídia ser tendenciosa em suas reportagens, ora crítica, ora cúmplice, a autora ressalva que a mídia não só apresenta os fatos, mas ela também faz um papel de representar a realidade que está sendo tratada. Nesse sentido, os telespectadores

precisam ser críticos diante dos fatos que são apresentados na mídia, para que não sejam influenciados de tal modo.

Não se pode negar que, quando se trata de assuntos relacionados ao crime, a população tem grande interesse. Freire e Nunes (2020) explicam que, na sociedade contemporânea, a mídia voltada para assuntos relacionados ao crime já faz parte do cotidiano, matérias jornalísticas que envolvem tais assuntos tem um especial destaque. Além disso, os autores acrescentam que o crime é um fenômeno social e está incorporado aos interesses e fascínios das pessoas.

Em contraste com a comunicação, os meios utilizados pela mídia para levar informações, permitem uma comunicação instantânea com as pessoas em qualquer lugar do mundo. Ademais, os meios de comunicação têm a capacidade de alterar a forma como as pessoas definem a situação social apresentada, controlando o uso da comunicação verbal, não verbal e dos acessórios, além da capacidade de definir os limites da interação (HJARVARD, 2012).

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Após a categorização e apresentação dos dados, procurou-se discutir os resultados referente ao Estatuto da Polícia Militar e a representação social da categoria profissional na mídia, com posterior comparação entre eles.

Entende-se o Estatuto da Polícia Militar como um dispositivo legal por ser um conjunto de resoluções e regras que norteiam a profissão dos policiais frente as questões na sociedade, legitimando sua condição e legislando em prol de seus direitos e deveres. Destacou-se dentro do Estatuto dois capítulos que para esse estudo são mais relevantes, sendo o Capítulo III - Da Função Policial-Militar e o Capítulo IV- Dos Deveres, Responsabilidades, Direitos e Prerrogativas.

De acordo com o capítulo III, que dispõe da função do Policial Militar:

Art. 14. Função policial-militar é exercida por oficiais e praças da Polícia Militar, com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado (BRASIL, 1969, p. 5).

Nesse sentido, para Barcellos (1999), a função da polícia é uma atividade que envolve uma série de riscos à vida e à saúde dos profissionais, pois, eles envolvem diretamente com o crime colocando-os sujeitos ao desgaste físico e psicológico, que, por fim, geram estresse.

Além do estresse gerado pelas atividades de trabalho da polícia militar, que, por si só, já é um ambiente ríspido, a polícia sofre com a falta de reconhecimento da sociedade, que, segundo Amador (2000), o trabalho da polícia militar não tem o reconhecimento da sociedade, ocasionando sentimento de frustração, inutilidade e improdutividade.

No entanto, além do estatuto, a polícia militar tem regido pelo Texto Constitucional Brasileiro de 1988, estabelecido pelo artigo 144, em termos da divisão de suas funções. O texto estabelece que a função da polícia militar é de operar na opressão e dos delitos, denominando-a em Polícia administrativa e Judiciária.

Diante do exposto até aqui, pode-se observar que manter a ordem e a segurança da sociedade é a principal função da polícia militar. Para os autores Menandro e Souza (1996), a polícia militar é o setor da administração pública oficialmente responsável pelo controle social e garantia de segurança pública e ressaltam que, por trás dos objetivos, nas práticas cotidianas, existem inúmeras contradições, vistas principalmente pela população externa, que mostra que o policial age a partir da sua própria lógica.

Não se pode negar que a polícia militar, em muitos casos, precisa fazer uso da força para manter a ordem e a segurança pública. No entanto, Loche (2010) ressalta que há uma permanente tensão entre manter a ordem e o exercício legítimo do uso da força, pois, a força pode estar associada a um controle mais efetivo, mais especificamente quando se tem a necessidade de fazer o controle da violência urbana. Acontece, que se vê por aí, na grande mídia, que nem sempre as coisas acontecem dessa forma, sendo comum observar o uso da força policial ser empregada de forma incorreta.

Assim, o policial militar que age a seu próprio modo pode ferir o Estatuto que no capítulo IV, Art 16, inciso II rege:

Art. 16. O Oficial somente perderá o posto ou patente nos seguintes casos:

II - Quando declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, em face de incapacidade moral ou profissional, pelo Tribunal de Justiça Militar, em tempo de paz, ou por tribunal especial, em tempo de guerra (BRASIL, 1969, p.6).

Em um estudo realizado por Brodeur (2004), o autor destaca que cada vez mais os policiais estão violando os direitos dos cidadãos, o que denuncia a forma como a polícia está conduzindo suas atividades de trabalho.

Para tanto, um outro ponto importante para ser discutido aqui é a carga horária extensa de trabalho da polícia militar, de acordo com o que rege o Estatuto no capítulo III, Art 15 o policial deve:

Art. 15. A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial-militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostas pelas leis e regulamentos (BRASIL,1969, p. 5).

Ferreira, Bonfim e Augusto (2011) comentam acerca dos fatores associados ao estilo de vida de policiais militares, destacando a carga horária extensa e ressaltando que a média semanal de horas de trabalho e horas extras corroboram negativamente para a saúde e o desempenho profissional. Além disso, ressaltam que a cada dez policiais entrevistados pelo menos quatro dizem não ter um dia sequer de folga.

Observa-se até aqui alguns dos problemas relacionados com a função da polícia militar, que, apesar de ter grande importância para a segurança social, não deixam dúvidas de que se faz necessário rever e atualizar as questões referente a profissão. Hoje, pode-se ver na mídia o quanto a polícia comete erros, o quanto ela mata e também o quanto ela sofre diante de um contexto de tanta pressão, seja ela pela profissão ou pela sociedade.

Como representado nas Tabelas 2 e 3, a polícia vem sendo representada em diversos canais midiáticos, com enfoques divergentes. Existem duas matérias jornalísticas diferentes: em uma os destaques são os desvios de condutas dos policiais militares e, na outra, é o policial exercendo sua função, como rege o discurso oficial e como a sociedade também espera.

A ideia desse estudo não é verificar se os fatos são verdades ou não, mas de trazer a reflexão sobre os conteúdos policiais que são exibidos na mídia. Para Porto (2009), o imaginário popular vai se construindo através das repetições, vai tomando força que acabam sendo construídas como verdades que conduzem comportamentos e atores sociais. Desse modo, a referida autora acrescenta que os ditados, valores, e crenças que são inseridas nesses conteúdos podem ser chamados de representações sociais.

Para Sêga (2000) as representações sociais podem ser interpretadas pela maneira como as pessoas pensam a realidade cotidiana, é o conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos grupos e indivíduos na intenção de construir suas posições em relação as situações, eventos, objetos e comunicações que são convenientes.

O autor Alexandre (2001) propõe que para que se entenda a inter-relação entre os sistemas de pensamentos e as práticas sociais, é preciso compreender os fenômenos complexos do senso comum e tal complexidade dá pelo processo de comunicação de massa. Assim, recomenda o enfoque em três fatores:

1. Compreender o impacto que as correntes de pensamento, veiculadas na mídia, têm nas representações sociais de grupos sociais diferentes;
2. Entender os processos constitutivos das representações sociais e a eficácia destas representações para o funcionamento social, isto é, entender por um lado o papel das representações sociais na orientação dos comportamentos e na comunicação e, por outro, entender a representação social como um sistema de recepção de novas informações sociais, através dos *mass media*;
3. Entender o papel das representações sociais nas mudanças sociais no que diz respeito à constituição de um pensamento social compartilhado, indivíduos e mídia (ALEXANDRE, 2001, p. 117).

Ao que se refere à imagem da polícia militar na mídia, os autores Gomes e Silveira (2018) acreditam que a mídia tem um papel fundamental na desvalorização da polícia militar; por outro lado, para Maciel (2009), a violência policial tem estado com frequência nos jornais e noticiários televisivos e que, assim como a sociedade civil e os movimentos dos direitos humanos, a mídia tem um papel crucial em levantar críticas ao comportamento da polícia, principalmente, em relação à força física utilizada pelos profissionais.

Os autores ainda ressaltam a polícia vive o dilema da insegurança por não saber ao certo se está agindo conforme manda a lei, destacando que, em muitos casos, a polícia não tem certezas sobre sua função nas atividades de trabalho. Na concepção dos autores, pode-se questionar a formação policial, considerando que existe uma fragilidade na formação da categoria profissional. Dessa forma, sem a devida formação, o profissional fica mais vulnerável aos riscos da profissão, além de ficar ainda mais sujeito aos erros ou desvios de condutas, representados em diversos tempos e lugares pelo imaginário social.

Além disso, os autores Muniz e Silva (2010) consideram que há uma expectativa social em relação as decisões do policial militar, principalmente por vivermos em uma sociedade democrática que produz obediências consentidas, como recurso potencial para a força sob a vigência da lei. A subestimação e a superestimação do decidir e agir do policial em consonância com a ambição do que é e de como deve ser o policial, em alguns casos, ultrapassam os limites do que seria o mandato público em termos do que seria legal, legítimo, politicamente autorizado e aceito socialmente.

Além do Estatuto da Polícia Militar, a ação policial no Brasil foi regulamentada e regida pelo Código Processo Penal- Decreto-lei 3689/41 / Decreto-lei nº3.689, de 3 de outubro 1941. O artigo 244 apresenta-se da seguinte forma:

**Art. 244.** A busca pessoal independará de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

Para os autores Costa et al (2017), a fundada suspeita não pode ser fundamentada apenas em critérios subjetivos. Em um estudo realizado pelos supracitados autores, os agentes de segurança pública e os policiais ressaltaram que, apesar de receberem treinamentos constantes a categoria profissional, também tem profissionais ruins. Acrescentaram também, que devido aos riscos da profissão, a força bruta se faz necessária para manter a própria segurança.

Nesse sentido, o autor Misse (1999) destaca que existe a expectativa negativa da ação policial e judicial, quando se encaixa com uma situação de classe, sendo que os recursos que poderiam ser utilizados para minimizar são mínimos, o que automaticamente produz um duplo resultado histórico: as classes sociais que não conseguem acesso aos recursos, são as que menos recorrem à polícia e ou justiça; por outro lado, é a classe que mais sofre com a desconfiança e repressão da polícia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível concluir que a mídia tem um papel fundamental na divulgação dos fatos acerca da polícia militar, assim como, no contexto social, circula uma diversidade de representações sociais a respeito da violência e o cotidiano do trabalho da polícia militar. A mídia consegue desenvolver através de suas matérias jornalísticas, sejam elas tendenciosas ou não o imaginário social, contudo, colabora diretamente para a construção da identidade social que pode ser positivo ou negativo, a depender do imaginário popular.

Assim, a imagem a polícia militar na mídia vai aparecer com facetas diferentes nas reportagens, a forma como ela vai ser divulgada vai depender do propósito que o canal midiático tem e qual público ele quer atingir, desse modo, podemos verificar no cotidiano várias representações da imagem da polícia militar no país, forçando a sociedade civil ser mais crítica com os conteúdos divulgados.

A polícia militar tem como função principal manter a ordem e a segurança da sociedade, mas o que pode ser observado é que a categoria profissional enfrenta grandes desafios no

cotidiano, em muitos casos, vemos uma polícia militar despreparada e fazendo o contrário da sua função. Tais feitos tem aumentando a resistência social com a profissão, contribuindo ainda mais para as pressões internas e sociais.

O Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais rege a profissão com muita precisão, demonstrando claramente a rigidez da instituição militar. Essa rigidez, no cotidiano da profissão abre pressupostos para que os profissionais apresentem sintomas físicos e psicológicos que chamam a atenção para a saúde dos mesmos.

Além disso, ao que tudo indica na literatura revista para esse estudo, a formação policial é um outro ponto que precisa ser revisto, talvez atualizado para uma sociedade mais moderna. Os policiais militares têm aparecido na mídia recorrentemente demonstrando despreparo para a realização do seu trabalho nas atividades do cotidiano.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.

Amador, S.F. Trabalho, sofrimento e violência: O caso dos policiais militares. In: J. C. Sarriera, **Psicologia comunitária: Estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina. 2000.

ARAÚJO, Felipe Mendonça et al. Nível de atividade física, percepção de qualidade de vida e saúde mental em policiais militares. **Motricidade**, v. 16, n. S1, p. 113-123, 2020.

BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco de. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS**. 1999. f. 97. Dissertação de Mestrado da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, f 97. 1999.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa Vol. 1**. São Paulo. Edusp, 2001.

BIFANO, A.C.S. Uso cotidiano de produtos no âmbito doméstico: interface empresa e economia familiar. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 26, n. 1, p. 174-204, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR), **Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. Política Nacional de Promoção da Saúde: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF; 2014.

BRASIL. Art. 244 da Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. **Dispõe sobre abordagem policial no Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/10/1941, Página 19699.

BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH**, v. 17, n. 42, 2004.

CONSUL, Júlio Cezar D. P. **Brigada Militar: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade**. 2005. f. 276. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

COSTA, Valeria et al. ABORDAGEM POLICIAL DIFERENÇA TEORICA E PRATICA. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2, 2017.

DA CRUZ, Tércia Maria Ferreira. Mídia e Segurança pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, v. 2, n. 2, 2008.

FARIAS, R.C.P. Vida cotidiana: entre trivialidades e complexidades. In: Amélia Carla Sobrinho Bifano, Flávia Leão Almeida Silva. **Incursões sobre o estudo do cotidiano**. Viçosa: Ed. UFV. 138p. 2014.

FERREIRA MO, DUTRA FCMS. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. **Rev Psicologia: Saúde Mental e Seg Pública**. v. 3. n. 6, p. 133-51. 2017.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3403-3412, 2011.

FRAGA, Cristina Kologeski. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2006.

FREIRE, Phablo; DE OLIVEIRA NUNES, Gustavo. Representações sociais de jornalistas sobre o papel da mídia e sua relação com o processo penal. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 9, n. 1, p. 20-40, 2020.

GOMES, Bruna Almeida; DA SILVEIRA, Gabriel Corrêa. A desvalorização da polícia e a manipulação da mídia para que isso ocorra. **Projeto**, v. 28, p. 54- 67. 2018.

GRISOSKI, Daniela Cecilia; DA SILVA, Paula Marques. Processos de subjetivação de policiais militares: Uma Análise da Saúde no Trabalho. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 1, p. 92-114, 2020.

HJARVARD, Stig. Mdiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

JODELET, Denise et al. Représentations sociales: un domaine en expansion. **Les représentations sociales**, v. 5, p. 45-78, 1989.

LOCHE, Adriana. A letalidade da ação policial: parâmetros para análise. **Revista Tomo**, n. 17, p. 39-56, 2010.

MACIEL, Wélliton Caixeta. Representações sociais da violência e da identidade policiais militares por seus agentes. **Revista Habitus**, v. 7, n. 2, p. 1-19 2009.

MAGGI, B. **Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem.** São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual 5.301 de 16 de outubro de 1969. Contém O Estatuto dos Militares de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1969.

MINAYO, M.C.S., SOUZA, E.R., CONSTANTINO, P., coords. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MISSE, Michel et al. Sobre a construção social do crime no Brasil. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações.** Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MOREIRA, Fernanda Haikal et al. De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 2, p. 25-38, 1999.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOURA, T. M. S. **Percepções sobre adoecimento e risco no trabalho dos Policiais Militares do Ceará.** 2015, f. 132. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, f.132. 2015.

NJAINE, Kathie et al. A imagem do policial na mídia escrita: estudo comparativo de quatro capitais brasileiras. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 2, n. 1, p. 15- 56. 2009.

OLIVEIRA LCN, QUEMELO PRV. Qualidade de vida de policiais militares. **Arq Ciên Saúde**. v-21-3, p. 72-75. 2014.

PEREIRA, A.C; TEIXEIRA, E.S. Representações sociais sobre saúde mental: crenças e teorias que determinam condutas. II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE Francisco Beltrão/PR, 02, 03 e 04 de outubro de 2013.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro.** 2003. f. 292 Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

PONTES FILHO, Desafios à segurança pública – parte 80: Anuário 2020: aumento da criminalidade no Brasil. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/desafios-a-seguranca-publica-parte-80-anuario-2020-aumento-da-criminalidade-no-brasil/> Acesso em: 09/02/2021

PORTO, Maria SG. O novo endereço da violência. **UnB Revista**, v. 3, n. 7, 2003.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social**, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

RAMOS, Fabiana Pinheiro; NOVO, Helerina Aparecida. Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 491-497, 2003.

SESP. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SESP). **Governo do Estado do Paraná**, 2019. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em 25/jan/2021.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, p. 128-133, 2000.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

SZNELWAR, Laerte I. **Saúde dos bancários**. 1 ed. – São Paulo: Publisher Brasil: Editora Gráfica Atitude Ltda, 2011.

### **ARTIGO 3**

#### **O TRABALHO DE POLICIAIS MILITARES: UMA ABORDAGEM DO BEM-ESTAR NO TRABALHO.**

##### **RESUMO:**

Esse artigo visou analisar o trabalho dos policiais militares, com o foco na abordagem do bem-estar no trabalho. Metodologicamente foi feito o uso de questionários, cujos dados foram analisados, por meio da estatística descritiva e de uma análise textual (Nuvem de palavras). Os resultados apontaram que para o policial militar, preferencialmente, do sexo masculino, na faixa etária de 30 a 39 anos, solteiros e com curso superior, o trabalho significava dignidade e contribuição. Predominou um sentimento positivo com respeito ao trabalho, que refletiu no seu desempenho, em termos da realização das atividades, conforme suas capacidades e alcance das potencialidades. Conclui-se que, na percepção dos policiais militares, o trabalho realizado alcançou o bem-estar, não somente pelo significado representativo em suas vidas, mas também por gerar sentimentos positivos e, conseqüentemente, um desempenho adequado às habilidades desenvolvidas.

Palavras-chave: Trabalho, Policiais Militares, Bem-estar.

##### **ABSTRACT:**

This article aimed to analyze the work of military police, focusing on the approach to well-being at work. Methodologically, questionnaires were used, whose data were analyzed through descriptive statistics and textual analysis (Word Cloud). The results showed that for the military police officer, preferably, male, in the age group of 30 to 39 years old, single and with a college degree, work meant dignity and contribution. A positive feeling about work predominated, which reflected in their performance, in terms of carrying out activities, according to their capabilities and reach of potential. It is concluded that, in the perception of military police officers, the work performed achieved well-being, not only for the representative meaning in their lives, but also for generating positive feelings and, consequently, an adequate performance for the skills developed.

**Keywords:** Work, Military Police, Welfare.

## 1. INTRODUÇÃO

As crescentes mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho têm feito com que o ambiente de trabalho passe por transformações importantes, que refletem no bem-estar dos seus trabalhadores. Segundo Santos e Ceballos (2013), a saúde física e mental tem passado cada vez mais a ser a preocupação dos recursos humanos; ou seja, as organizações vêm entendendo a necessidade de avaliarem e considerarem as repercussões negativas que a falta do bem-estar no ambiente de trabalho pode interferir tanto na saúde física quanto psíquica dos trabalhadores.

Os referidos autores acrescentam que tais mudanças ao movimento de crescimento têm o propósito de compreender melhor o cenário do trabalho, com o objetivo de transformar e desenvolver potencialidades humanas, adequando o ambiente organizacional, de forma a se tornar mais humanizado e refutando a ideia de um ambiente de trabalho reducionista, que impacta o bem-estar individual e coletivo.

Com o passar do tempo o conceito de bem-estar no trabalho foi ampliado para diferentes setores dentro da sociedade; contudo, foi incorporado pelo ambiente organizacional para que pudesse ter uma maior compreensão das relações trabalhador e seu ambiente laboral. No entanto, mesmo que o trabalho constitua um fator fundamental para a sobrevivência e também para a subjetividade humana, nem sempre é possível que os trabalhadores tenham satisfação, realização e felicidade, com possibilidades de refletir significativamente na saúde, em termos da exaustão física e psíquica (TRIGO; TENG; HALLAK, 2017).

De acordo com Tuomi et al (2004), o ambiente organizacional que proporciona melhorias nas práticas de trabalho evidencia melhoras significativas ao bem-estar dos trabalhadores, além de despertar o comprometimento organizacional e o bem-estar mental. Para os mencionados autores, tais práticas têm a capacidade de proporcionar bem-estar ao trabalhador e, conseqüentemente, melhorias para a organização, promovendo assim, o seu desenvolvimento.

É importante destacar que cada categoria profissional possui uma formação específica. E, no caso dos policiais militares, é exigida toda uma formação para que esses profissionais aprofundem no combate à criminalidade, por meio de um processo que reafirme a necessidade de construção da força, hostilidade, virilidade, superação e coragem (FRANÇA; GOMES, 2015).

Nesse sentido, é possível pressupor que a carreira da polícia militar vai na contramão ao conceito de qualidade de vida no trabalho, que está intimamente ligado ao bem-estar no trabalho

como comenta a autora Asfora (2004), ao afirmar que a qualidade de vida no trabalho está fortemente entrelaçada com bem-estar e desempenho de trabalho.

Na perspectiva de Ferreira (2012), tal conceito se integra em duas perspectivas: uma com a visão de gestão organizacional, que, juntamente com suas normas, diretrizes e práticas organizacionais, busca promover o bem-estar coletivo e individual no ambiente de trabalho; enquanto, que a outra, para a referida autora, o conceito está associado com os trabalhadores, considerando as situações de trabalho e o ambiente organizacional, ou seja, são os próprios trabalhadores que devem indicar a predominância positiva quanto ao reconhecimento institucional e coletivo, além do crescimento profissional e valorização das características individuais, que influenciam o bem-estar do trabalhador.

Diante do exposto, objetivou-se examinar as condições de bem-estar do trabalho do policial militar, considerando o seu perfil, seus sentimentos em relação às atividades realizadas, significado e desempenho.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Bem-Estar no Trabalho e seus Enfoques Teóricos**

Quando se trata do âmbito organizacional, o tema bem-estar no trabalho passou a ser um debate comum, no âmbito da mídia televisiva, revistas, jornais profissionais e revistas científicas. No entanto, é importante destacar que os conceitos e processos relacionados com o bem-estar no trabalho é amplo e discutido por diferentes percepções pela comunidade científica. As situações que as pessoas vivenciam no seu cotidiano de trabalho devem ser consideradas tanto pelo enfoque físico, quanto emocional, mental ou social, pois existem repercussões diretas no indivíduo dentro e fora do contexto de trabalho (GONÇALVES, 2011).

Promover o bem-estar e, portanto, a qualidade de vida no trabalho, também, tem se tornado preocupação das instituições públicas. Segundo Carneiro e Santos (2019), as instituições públicas vêm demonstrando interesse na implementação da Qualidade de Vida no Trabalho, visando melhorias na saúde dos colaboradores e aumento da produtividade nas instituições. Assim, políticas públicas acerca de Qualidade de Vida no trabalho passam ser imprescindíveis, uma vez que elas poderiam proporcionar maior aperfeiçoamento pessoal e profissional dos profissionais, que prestam serviços de segurança pública, proporcionado um serviço de qualidade para a sociedade (CARNEIRO; SANTOS, 2019).

De acordo com Chiavenato (1999), a Qualidade de Vida no Trabalho pode proporcionar uma gama de possibilidades para o trabalhador quanto também para a empresa, estando inclusa no engajamento com a empresa e na possibilidade de crescimento na carreira; com o salário; bem como com o reconhecimento; além de estar associada com o ambiente físico, propício à realização do trabalho e responsabilidades frente às tomadas de decisões. Todos esses são componentes que devem ser considerados no contexto da Qualidade de Vida do Trabalho, além das questões físicas e psicológicas, que proporcionam ao trabalhador bem-estar no ambiente de trabalho.

Em um estudo realizado por Santos (2019), que teve como objetivo demonstrar o nível de satisfação de policiais militares com o seu trabalho, com o foco no bem-estar, constatou-se que 16 profissionais responderam a entrevista, tendo uma faixa de idade de 23 anos a 35 anos; sendo 62,5% dos participantes eram solteiros e 31% casados. Os resultados indicaram que 75% dos participantes estavam satisfeitos com o seu trabalho, enquanto 25% disseram não estar satisfeitos. O referido autor ressaltou que, apesar de ser um número pequeno, é necessária atenção, pois a longo prazo pode ter efeitos negativos com impactos diretos no ambiente de trabalho, visto que a produtividade está associada à satisfação com as atividades laborais.

No mesmo estudo, no que se refere aos sentimentos em relação ao trabalho, o autor constatou que 25% se consideravam estressados, 31,3% disseram ser ansiosos, 25% apontaram estar desmotivados; em contrapartida, 25% disseram se sentir motivados, 50% se sentiam bem ao desenvolver as tarefas e 37,5% eram indiferentes.

Em um outro estudo realizado por Winter e Alf (2019), os referidos autores constaram pontos importantes acerca da profissão militar, bem como o prazer e o sofrimento. Nesse sentido, iniciaram um estudo com os policiais militares da Brigada Militar, em um município no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, constatando que 90% dos profissionais eram do sexo masculino, estando a faixa etária concentrada entre 28 e 59 anos de idade. No que refere ao estado civil, 90% eram casados e 100% possuíam filhos. O grau de escolaridade concentrou em 30%, com ensino superior completo, 20% em ensino superior incompleto, enquanto 50% possuíam o ensino médio completo. Em relação ao tempo de serviço, 20% tinham até 10 anos de serviços; 40% estavam com 20 anos e 30% possuíam até 30 anos, sendo que 10% tinham até 32 anos de contribuição de trabalho com a polícia militar.

Nesse estudo realizado, os supracitados autores observaram que a instituição militar oferecia um espaço de fala formal, onde os profissionais podiam falar e refletir sobre as dificuldades de trabalho, mas ressaltaram que, nesse espaço de fala, os policiais se mantinham retraídos e, normalmente, optavam por falarem dos assuntos em espaços informais. Observaram, também, através das narrativas, que os policiais canalizavam seus impulsos para cumprirem todas as exigências que a realidade da profissão exigia; sendo identificada certa resiliência, como uma estratégia do ego e que se manifestava, quando os profissionais discutiam sobre as adversidades do trabalho.

Conforme Winter e Alf (2019), os policiais militares descreveram a profissão como “enrizada em sua identidade”; pois, para esses profissionais, ser policial é estar preparado e disponível 24 horas para servir. Entendiam que o trabalho exigia comprometimento, independentemente de estar no horário ou folga. Os autores também destacaram que, mesmo depois que o policial tirava a farda, ele continuava sendo policial militar, permanecendo à deriva de responsabilidades da função, demonstrando o quanto a profissão tende a exigir preparo físico e psicológico.

Nesse sentido, pode-se pressupor que a instituição militar não se preocupa com o bem-estar no trabalho de seus colaboradores, considerando a proposição de Chiavenato (1999), ao afirmar que a Qualidade de Vida no Trabalho envolve uma série de fatores, tais como: satisfação no trabalho, possibilidade de futuro, reconhecimento do trabalho, salário, benefícios, relacionamentos humanos dentro do grupo e da organização; bem como um ambiente de trabalho que proporcione condições favoráveis físicas e psicológicas, liberdade para tomar decisões e possibilidades de participação.

É importante salientar que o conceito de bem-estar pode ser visto de diferentes formas, encontrando-se, na literatura, vertentes diversas acerca do tema. Para Klugman (2009), o bem-estar objetivo é aquele que faz referência aos parâmetros socioeconômicos, por exemplo: escolaridade, rendimentos, possibilidade de ter uma vida longa e saudável, oportunidade de adquirir conhecimento e formas de levar uma vida digna.

Entretanto, Klugman (2009) define um outro conceito de bem-estar, sendo ele o bem-estar subjetivo, que se posiciona com base nos modelos clínicos tradicionais, visando observar as disfunções físicas e psicológicas do indivíduo. Nessa perspectiva, o bem-estar subjetivo

envolveria estudar e entender os principais fatores associados ao funcionamento ajustado e positivo dos indivíduos em avaliação; ou seja, os fatores associados ao prazer e a felicidade.

Um outro conceito de bem-estar é o bem-estar psicológico, que, por sua vez, vem passando por alguns estudos sobre suas formulações teóricas. Segundo Ryff e Keyes (1995), o conceito mais pertinente para entender o trabalho da polícia militar deve se basear em alguns fatores, como: a) auto aceitação, que é entendida como ponto chave para a saúde mental, pois traz características que demonstram os níveis de conhecimentos, ótimo funcionamento e maturidade; b) o relacionamento positivo com outras pessoas, entendido pelos autores, como a capacidade de desenvolver sentimentos, empatia, afeição, amar e manter amizade e identificação com outro; c) a autonomia, que traz indicadores internos de auto avaliação, sem a necessidade de aprovações externas; d) o domínio do ambiente, que proporciona ao indivíduo um ambiente propício para escolher, criar e adequar suas características psíquicas; e) o propósito de vida, que possibilita que o indivíduo consiga manter a direção perante a vida, pensando sempre no seu significado e, por último, que o indivíduo tenha crescimento pessoal e abertura para novas experiências.

Assim, para esse estudo, em especial, baseando-se em Daniels (2000), entende-se que o bem-estar no trabalho se define a partir das respostas do trabalhador, das experiências e interações no ambiente de trabalho; ou seja, o bem-estar no trabalho está ligado ao bem-estar afetivo ou às emoções positivas ou negativas. Nesse mesmo âmbito, Warr (2007) considera que o bem-estar no trabalho é composto pelas emoções do trabalhador e pela experiência de auto validação, que podem ser consideradas em qualquer momento da vida do indivíduo. Nesse sentido, para o autor, o bem-estar no trabalho está associado às experiências individuais no contexto laboral.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, foi realizada na 111ª Companhia da Polícia Militar, situada na cidade de Rio Branco, Minas Gerais. A companhia tem em média 30 policiais militares, mas, somente 13 participantes aceitaram contribuir para esse estudo, equivalente a 43,3% do total populacional. Fez uso de questionário, como instrumento de coleta de dados, que, por sua vez, foi explicado e encaminhado para um membro da instituição, que deixou à disposição dos demais profissionais.

O conjunto de dados gerados foram analisados pela estatística descritiva e pela análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011, com o auxílio do Software Iramuteq. Conforme Salviati (2017), esse método envolve análise do material verbal, escrito em diferentes contextos, fazendo-se uso do Software Iramuteq Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, criado em 2009, por Pierre Ratinaud, objetivando analisar um grande volume de textos, preparar os dados e escrever scripts que são, então, analisados pelo software estatístico. No estudo em questão foi feito o uso da nuvem de palavra, que contabiliza a frequência da evocação das palavras emitidas pelo público entrevistado.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1. Perfil Pessoal dos Policiais Militares**

Em termos do perfil pessoal dos policiais militares, apresentado na Tabela 1, os resultados indicaram que todos os participantes eram do sexo masculino, sendo a faixa etária predominante de 30 a 39 anos (50%). O fato de só homens participarem da pesquisa pode ser um dado importante que revela a vulnerabilidade da autonomia feminina dentro da corporação da polícia militar. Segundo Cappelle e Melo (2010), o trabalho das policiais é marcado pelas relações de gênero, presente no cotidiano, nos relacionamentos, nas relações de trabalho e sua vida pessoal, além das dificuldades na execução das atividades de trabalho.

Com relação à presença de alguma deficiência a maioria não apresentava qualquer deficiência, totalizando 70% da amostra. Lopes (2014) ressalta que a deficiência pode apresentar um impacto importante na vida das pessoas e faz com que elas tenham que passar por uma grande transformação, principalmente ao que se refere ao trabalho. Assim, a autora acrescenta que, apesar da polícia militar fazer um processo de seleção criterioso em relação à integridade corporal, os traumas físicos estão presentes em muitos membros da organização.

Com respeito ao nível de escolaridade, a metade dos respondentes afirmou possuir o ensino superior completo e, além disso, 30% contava com a pós-graduação, demonstrando ser expressivo o número de anos de estudos dos profissionais estudados. Aqueles que tinham escolaridade inferior ao ensino superior completo eram policiais mais antigos na corporação, pois, conforme Abreu e Zogahib (2018), existe a Lei nº 4.044, que dispõe sobre a exigência no processo de seleção de que os candidatos tenham nível superior; mas, o reconhecimento de títulos só aconteceu mais tarde, quando o policial militar já havia alcançado o nível para 1º sargento ou

de subtenente; ou seja, depois de, no mínimo, 17 anos de contribuição. Antes disso o policial não recebia nenhum incentivo para melhorar seu nível de escolaridade.

**Tabela 1- Perfil Pessoal dos Policiais Militares, Visconde do Rio Branco/MG**

Variável	Respostas	F	%
Idade	20 a 29 anos	2	20,0
	30 a 39 anos	5	50,0
	40 a 49 anos	1	10,0
	NSNR	2	20,0
Sexo	Masculino	10	100,0
	Feminino	0	0,0
Portador de deficiência	Não	7	70,0
	Sim	1	10,0
	NSNR	2	20,0
Qual deficiência	MSE	1	10,0
	NSNR	9	90,0
Escolaridade	Ensino Médio Completo	1	10,0
	Ensino Médio Incompleto	1	10,0
	Ensino Superior Completo	5	50,0
	Pós Graduação	3	30,0
N de anos de estudo	15	1	10,0
	18	1	10,0
	20	1	10,0
	NSNR	7	70,0
Estado civil	Amasiado	1	10,0
	Divorciado	1	10,0
	Casado	3	30,0
	Solteiro	4	40,0
	NSNR	1	10,0
Raça	Branca	5	50,0
	Negra	2	20,0
	Parda	2	20,0
	NSNR	1	10,0
Religião	Católico	8	80,0
	Outra	1	10,0
	NSNR	1	10,0
Mora em casa própria	Não	5	50,0
	Sim	5	50,0
Valor do aluguel	R\$ 1100,00	2	20,0
	R\$ 500,00 + condomínio	1	10,0
	NSNR	7	70,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No que concerne à raça, 50% se considerava branca, 20% negra, 20% parda e 10% não respondeu à questão. Reconhece-se que essa questão é importante no âmbito na instituição militar, como reportado pelo estudo de Pires (2010), que pesquisou sobre as relações raciais da polícia militar de Sergipe. O autor trouxe um posicionamento importante sobre a temática, debatendo sobre as discussões críticas a respeito da democracia racial, que sempre está vinculada à desigualdade de direitos ou, ao contrário, associadas à igualdade de direitos,

independentemente da cor, de modo geral. Ou seja, mesmo a instituição militar vivendo tensões sociais e também distante de uma realidade em que o racismo entra em colapso na sociedade, dentro da instituição é uma questão que se mantém viva.

No que se refere ao estado civil, houve predomínio dos policiais solteiros (40%), seguidos pelos casados (30%). No caso das crenças religiosas dos policiais militares, a quase totalidade se declarou católico (80%). Considerando aspectos do “habitat” dos policiais, foi indagado sobre sua moradia, constatando-se que 50% possuíam casas próprias, enquanto outros 50% pagavam aluguel, gastando em média de 500,00 a 1.100,00 por mês, mais o condomínio (valor não informado).

As autoras Barham e Vanalli (2012) entendem que o trabalho e a família devem estar em equilíbrio com as questões pessoais do indivíduo, sejam elas, gênero, escolaridade, crenças, idade, capacidades, entre outras. Quando desenvolvido esse equilíbrio, o indivíduo procura adequar seus recursos pessoais e externos, de forma a atender às suas demandas profissionais e familiares, surgindo percepções, associadas à satisfação ou insatisfação com esses diferentes aspectos de suas vidas, o que influencia em seu estado psicológico de forma geral e, conseqüentemente, seu bem-estar.

## **4.2 O Significado do Trabalho para os Policiais Militares**

Para melhor entendimento das condições de bem-estar no trabalho, foi indagado aos entrevistados qual era o significado que o trabalho tinha para a vida deles. Para análise das respostas, foi feito o uso de uma técnica do Iramuteq, especificamente, a nuvem de palavras, apresentada abaixo, na Figura 1. Segundo Surveygizmo (2012), a nuvem de palavra aponta, de acordo com o tamanho das palavras, qual é a frequência de evocação; destacando a importância de determinadas palavras em um conjunto de texto.

Assim foi possível observar que as palavras que mais se destacaram foram: contribuição, dignidade, dar e função. O significado do trabalho traduz-se em dignidade, conforme Fernandes et al (2017), uma vez que o trabalho pode gerar danos psíquicos, mas também pode contribuir com experiências positivas e reabilitadoras, no sentido em que potencializa e dignifica o homem. Foi também informado que o trabalho exerce uma função, que se deriva em “dar”, em “contribuir” para “algo” e para “alguém”, tanto para si próprio, quanto aqueles mais próximos, nesse caso, a família dos policiais. Nesse sentido, pode-se afirmar que predominou o lado

positivo do trabalho, que possibilita realizações e crescimento. Em contrapartida, pode-se pontuar alguns pontos negativos, como a falta do bem-estar no trabalho na instituição, frustração e tristeza.

**Figura 1 – Nuvem de palavras sobre o significado do trabalho para os policiais militares, Visconde do Rio Branco/MG**

Significados de Trabalho		F
	Função	2
	Dignidade	2
	Dar	2
	Contribuição	2
	Tornar	1
	Sustento	1
	Sociedade	1
	Sobreviver	1
	Sinônimo de tristeza	1
	Sinônimo de raiva	1
	Sinônimo de frustração	1
	Significar	1
	Satisfação	1
	Renda familiar	1
	Reconhecer	1
	Pessoal	1
	Papel	1
	Natural da vida	1
	Melhor	1
	Justiça	1
Importância	1	
Ganha pão	1	
Exercer	1	
Embora	1	
Cumprir	1	
Condição	1	
Como	1	
Cidadão	1	
Ciclo	1	
Atualmente	1	
Atribuir	1	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com Ribeiro e Léda (2004), o trabalho apresenta dois lados distintos. Para alguns trabalhadores, o trabalho pode surgir de forma negativa e pode ser visto como castigo divino, punição, fardo, incômodo, carga ou algo que traz um esgotamento. Por sua vez, há aqueles que veem o trabalho de forma positiva, como um espaço que proporciona a oportunidade de criação, crescimento pessoal e a possibilidade do homem construir sua marca no mundo.

Considerando as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, os estudos referentes à saúde do trabalhador e levantamentos acerca da reestruturação produtiva sobre a qualidade de vida no trabalho devem ser pautas urgentes, uma vez que se faz necessário contribuir com alternativas, possibilitando as entidades representativas um maior respaldo e força nas lutas para implementação de políticas públicas em defesa da saúde do trabalhador (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Na perspectiva de Djours (2005), o trabalho se define como uma “atividade útil coordenada”; isto é, “o trabalho é uma atividade coordenada desenvolvida por homens e mulheres para enfrentar aquilo que, uma tarefa utilitária, não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita”. Visto essa definição, o autor salienta que o trabalho é composto por alguns conceitos, bem como: a) o real: a tarefa não pode ser realizada por uma execução rigorosa prescrita; b) a dimensão humana do trabalho: o que precisa ser ajustado, rearranjado, imaginado, inventado, acrescentado, para considerar o real do trabalho, bem como, sem inovação, engajamento da inteligência humana, execução mecânica estrita das prescrições, que levam o trabalho ao que o autor nomeia como greve do zelo, sendo que, nessas condições, nenhum trabalho funciona como deveria.

Em um estudo realizado por Benevides et al (2014), que também teve como foco central o estudo do significado do trabalho para policiais militares, os autores perceberam que, de modo geral, o trabalho era atribuído ao significado de sobrevivência, sustento, independência e estabilidade. Assim, os autores também identificaram que o trabalho policial recebe uma influência dos valores militares, que, por sua vez, traz o sentimento de servir à sociedade, cumprimento do dever policial, devotamento, civismo e respeito às tradições históricas, fé na missão da polícia militar, orgulho do policial militar pela instituição e aprimoramento técnico-profissional (BENEVIDES et al, 2014).

Outro ponto a ser destacado é que o significado do trabalho para os policiais militares entrevistados também está atrelado ao funcionamento familiar, em função da evocação das

seguintes palavras: renda familiar, sustento e ganha pão. Essa constatação nos remete à economia familiar, pois como comenta Coelho (2009), a economia familiar são os determinantes econômicos, que estão ligados ao núcleo familiar de natureza conjugal relacionada à produção doméstica, oferta de trabalho, consumo diferentes entre homens e mulheres e, até mesmo, a violência doméstica; como também pode ser intergeracional, referentes às despesas com educação, saúde e nutrição das crianças, investimentos desiguais nos filhos e apoio econômico dos filhos aos pais

### **4.3 Os Sentimentos em Relação ao Trabalho e Suas Influências no Desempenho**

Outro aspecto para analisar o bem-estar dos profissionais foi verificar seus sentimentos com respeito ao trabalho realizado. Ou seja, procurou-se entender como os policiais se sentiam com relação ao seu trabalho, buscando debater sobre alguns aspectos relativos ao bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo. O bem-estar psicológico é um modelo que teve destaque no final da década de 1980 e teve sua origem no trabalho de Ryff em 1989, entendendo o funcionamento psicológico de forma geral (MACHADO; BANDEIRA, 2012). Já o bem-estar subjetivo, de acordo com Robbins (2015), está relacionado com as emoções de prazer, que vão possibilitar uma maior satisfação com a vida e, conseqüentemente, o aumento dos níveis de bem-estar.

Para tanto, os dados foram separados em pontos negativos e pontos positivos de acordo com as respostas dos policiais militares estudados, considerando, como pontuam Ribeiro e Léda (2004), que o trabalho apresenta as duas dimensões: a do positivo e a do negativo. Assim, conforme Tabela 2, quando perguntado aos policiais como se sentiam nos últimos meses, em relação ao seu trabalho, 20% dos respondentes disseram se sentir pouco alegre e 30% disseram se sentir moderadamente alegre. Em relação à disposição com o trabalho, 30% relataram se sentir bastante disposto e outros 30% disseram se sentir extremamente disposto, enquanto somente 10% afirmou não se sentir disposto. Ao mesmo tempo, observou-se que 30% só se sentia um pouco contente e outros 30% se sentia moderadamente contente.

Por outro lado, quanto a se sentir animado com o trabalho, 30% disseram se sentir bastante animado, existindo 30% que se sentiam extremamente animado. No que diz respeito ao sentir feliz com o trabalho 30% e 20% relataram se sentir felizes e extremamente, respectivamente; embora, 40% assinalaram se sentir moderadamente feliz. No quesito

tranquilidade, 40% estavam bastante tranquilos e 10% extremamente, existindo, apenas 10% e 20% que relataram não se sentir tranquilo ou pouco/moderadamente, respectivamente. Sobre se sentir orgulhoso, 40% e 20% estavam extremamente e bastante.

Em relação à preocupação com o trabalho a maioria afirmou estar pouco (30%) ou moderadamente preocupado (40%) com o trabalho. Quando ao se sentir irritado no trabalho predominou a situação de pouco irritado (40%) e não irritado (20%). No caso da sensação de depressão, a metade dos respondentes afirmou não sentir deprimido, sendo que somente 20% relatou um pouco de depressão. Sobre se sentirem entediados, 60% afirmou que não estava nem um pouco e 20% um pouco. Essa situação se manteve quanto ao fato de se sentir chateado, pois em torno de 60% não demonstravam esse sentimento

**Tabela 2 – Sentimentos dos policiais militares em relação ao trabalho realizado, Visconde do Rio Branco/MG**

	Nem Um pouco		Um pouco		Moderadamente		Bastante		Extremamente	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Alegre	0	0	2	20,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0
Preocupado	0	0	3	30,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0
Disposto	1	10,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	3	30,0
Contente	0	0	3	30,0	3	30,0	2	20,0	2	20,0
Irritado	2	20,0	4	40,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0
Deprimido	5	50,0	2	20,0	2	20,0	1	10,0	0	0
Entediado	1	60,0	2	20,0	1	10,0	1	10,0	0	0
Animado	1	10,0	0	0	3	30,0	3	30,0	3	30,0
Chateado	3	30,0	3	30,0	2	20,0	2	20,0	0	0
Impaciente	3	30,0	3	30,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0
Entusiasmado	1	10,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	3	30,0
Ansioso	3	30,0	0	0	3	30,0	3	30,0	1	10,0
Feliz	0	0	1	10,0	4	40,0	2	20,0	3	30,0
Frustrado	6	60,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0
Incomodado	6	60,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	0	0
Nervoso	1	10,0	4	40,0	3	30,0	1	10,0	1	10,0
Empolgado	1	10,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	3	30,0
Tenso	2	20,0	3	30,0	2	20,0	2	20,0	1	10,0
Orgulhoso	1	10,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0
Com raiva	5	50,0	2	20,0	1	10,0	2	20,0	0	0
Tranquilo	1	10,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0	1	10,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

. No que se refere a impaciência, a realidade também foi semelhante, pois 30% e 30% estavam nem um pouco e um pouco, respectivamente; o que foi diferente para a sensação de entusiasmo, uma vez que 60% relataram estar bastante/extremamente entusiasmado, o que é um ponto positivo do trabalho. Na questão da ansiedade, constatou-se que 30% eram bastante ansiosos e 10% eram extremamente ansiosos. O sentimento de frustração não é frequente para a mais da metade dos policiais, pois 60% declarou estar nem um pouco, ocorrendo o mesmo com respeito ao se sentir incomodado. O nervosismo estava presente na metade dos policiais, sendo que 40% afirmou se sentir um pouco nervoso e 30% moderadamente. No que se refere ao de se sentir tenso, pode-se afirmar que esse sentimento variou entre um pouco (30%), moderadamente (20%) e bastante (20%). O sentimento de raiva praticamente não esteve presente, uma vez que 70% responderam nem um pouco e um pouco.

Assim, como apresentado, os sentimentos dos policiais militares acerca do trabalho foram variados, perpassando por sentimentos bons e ruins. Tais sentimentos podem trazer impactos significativos no bem-estar psicológico e subjetivo desses profissionais. De acordo com Machado e Bandeira (2012), o bem-estar psicológico é construído na teoria psicológica a respeito do funcionamento positivo ou ótimo; ou seja, o bem-estar psicológico está associado aos processos positivos que envolvem a saúde. Os avanços na teoria são relacionados com pesquisas na área do desenvolvimento humano, psicologia humanista-existencial e saúde mental.

Os supracitados autores examinaram algumas associações de bem-estar psicológico com diversos processos positivos envolvendo a saúde, sendo elas, no campo comportamental e cognitivo ou também neuroendócrino. Assim, os autores ressaltam que tais achados possibilitam que a discussão tenha uma ótica biopsicossocial, abrindo espaço para além da psicologia, bem como para as ciências sociais e saúde em geral.

Já na perspectiva do bem-estar subjetivo, de acordo com Snyder (2001), os sentimentos são construídos pelos afetos desenvolvidos em meio às vivências emocionais positivas ou negativas. Os sentimentos positivos podem ser considerados o amor, alegria, contentamento, interesse e outros. Entretanto, os sentimentos negativos podem ser considerados o medo, tristeza, raiva, frustração, entre outros. Tais sentimentos, de acordo com Taylor, Lyubomirsky e Stein (2017), mantém o sujeito em um estado de alerta, como se estivesse o tempo todo em perigo ou perda.

Reconhece-se que os sentimentos dos policiais militares sobre o seu trabalho podem ter significados importantes na sua saúde mental. Em continuação com o estudo sobre as percepções dos mesmo em relação ao trabalho, os profissionais de segurança pública tiveram a oportunidade de avaliarem o seu desempenho frente às atividades de trabalho do cotidiano, conforme dados apresentados na Tabela 3.

As percepções dos policiais sobre seu desempenho, evidenciaram que, em sua maioria, esses profissionais consideram que alcançam todo o seu potencial, realizando as habilidades vistas como mais importantes, fazendo o que gostam de fazer e conseguindo superar desafios. Existem, entretanto, casos que consideram não conseguir recompensas pelos esforços realizados (30%); além de não conseguirem avançar nas metas propostas (40%), conforme Tabela 3.

**Tabela 3- Percepção dos policiais militares sobre o Desempenho do trabalho realizado, Visconde do Rio Branco/MG**

	Discordo totalmente		Discordo		Concordo em parte		Concordo		Concordo totalmente		NSNR	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Realizo o meu potencial	0	0	0	0	1	10,0	4	40,0	3	30,0	2	20,0
Desenvolvo habilidades que considero importantes	0	0	0	0	1	10,0	3	30,0	4	40,0	2	20,0
Realizo atividades que expressam minhas capacidades	0	0	0	0	0	0	5	50,0	3	30,0	2	20,0
Consigo recompensas importantes para mim	0	0	2	20,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	2	20,0
Supero desafios	0	0	0	0	2	20,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0
Atinjo resultados que valorizo	0	0	0	0	2	20,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0
Avanço nas metas que estabeleci na minha vida	0	0	2	20,0	1	20,0	2	20,0	3	30,0	2	20,0
Faço o que realmente gosto de fazer	1	10,0	0	0	1	10,0	2	20,0	4	40,0	2	20,0
Expresso o que há de melhor em mim	0	0	2	20,0	0	0	1	10,0	5	50,0	2	20,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

O fato de uma boa parcela não se sentir recompensado com o trabalho exercido, faz pensar que esses profissionais se sentem desmotivados com as suas atividades de trabalho. Assim, Lopes (1980) ressalta que a motivação está envolvida com o reconhecimento e realização profissional, sendo manifestadas através da realização de atividades e tarefas.

Bendassolli (2012) ressalta que ao definir desempenho como resultado e eficiência, é preciso entender que os resultados não são o desempenho e sim estados, condições humanas ou coisas modificadas pelo desempenho, que contribuem ou distanciam as instituições alcançarem suas metas; ou seja, os resultados aparecem como consequências de todo um processo. De acordo com o autor, essa relação do desempenho com a eficiência pode ser vista como algo interessante, uma vez que demonstra uma área crítica, aponta colocações de ações por parte do indivíduo, das quais podem gerar mudanças no sujeito, ambiente e nas coisas, modificando, conseqüentemente o resultado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho da polícia militar é um trabalho que exige dos profissionais, no âmbito de diversas esferas, seja pela própria instituição militar que, por si só, é extremamente tradicional e rígida, como também pela sociedade, que, de alguma forma, já possui alguma expectativa sobre a atuação dos profissionais. Além disso, precisam também lidar com os dramas familiares, que envolvem tanto os aspectos econômicos quanto relacionais

O policial militar, mesmo em seus horários de folga ou mesmo estando de férias, ele sempre levar consigo o fardo da profissão, tendo que estar sempre à disposição para exercer sua profissão em situações adversas. Ao contrário de outros trabalhadores que, ao se ausentarem do trabalho, podem ter o privilégio de descansar, o mesmo não acontece com o policial militar. A não possibilidade de descanso e sensação de ter que ficar em alerta o tempo todo ou, até mesmo, à disposição, caso surja alguma emergência, pode, de alguma forma, comprometer seu bem-estar.

Observa-se que existem alguns sentimentos que são recorrentes devido ao trabalho realizado, que afetam a saúde mental do policial e também o seu desempenho dentro da organização. Considerando as definições de bem-estar no trabalho, bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo é mister que a categoria profissional precisa de cuidados, tornando-se indispensável uma reavaliação da estrutura das organizações militares, pautando o desenvolvimento de seus colaboradores na perspectiva de qualidade de vida no trabalho.

O significado do trabalho para os policiais militares entrevistados traduz-se em dignidade, expressando a função de sempre contribuir para algo ou alguém; ou seja, predominando o lado positivo do trabalho. Ao que se refere aos sentimentos em relação ao trabalho, os resultados apontaram uma variação entre bons e ruins, mas que de todo modo, têm impactos significativos na saúde mental dos profissionais. Entretanto, ao que se diz respeito ao desempenho, a grande

maioria considera alcançar todo seu potencial, realizando habilidades importantes e fazendo o que gostam; em contrapartida, alguns relataram não conseguirem recompensas pelos esforços realizados, fazendo-os se sentirem desmotivados com o trabalho.

Devido à pandemia do novo corona vírus (COVID-19), a coleta de dados foi comprometida, visto que o contato presencial e a organização dos horários de trabalhos dos policiais militares teve que ser readequada, dificultando o contato com um maior número de profissionais. Nesse sentido, sugere-se novas pesquisas com uma amostra mais significativa e em ambientes diferenciados, como municípios de pequeno e grande porte.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Daniel Maciel de; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. O Nível de Escolaridade dos Integrantes das Agências Policiais e um Paralelo com a Polícia Militar do Estado do Amazonas. **Nova Hileia | Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia. ISSN: 2525 – 4537**, [S.l.], v. 3, n. 1, dez. 2018. ISSN 2525-4537. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/novahileia/article/view/1288>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ASFORA, Silvia Canás. **Qualidade de vida no trabalho de policiais militares da região metropolitana do Recife**. 2004. 187f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARHAM. E.J; VANALLI. A.C.G. Trabalho e Família: Perspectivas Teóricas e Desafios Atuais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v.12, n.1, p 47-60, 2012.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Desempenho no trabalho: Revisão da literatura. **Psicologia argumento**, v. 30, n. 68, p 171-184, 2017.

BENEVIDES, Tânia Moura et al. Os sentidos do trabalho para os policiais militares do estado da Bahia: uma primeira análise. **Revista Gestão & Conexões**, v. 3, n. 2, p. 181-197, 2014.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COELHO, Lina. **Economia da família. Dicionário internacional da outra economia**, p. 114-119, 2009.

DANIELS, K. Measures of five aspects of affective well-being at work. **Human relations**, v. 53, p. 275-294. 2000

DE ANDRADE CARNEIRO, Leonardo; DOS SANTOS, Leandro Caitano. JIU-JÍTSU: bem-estar emocional e físico dos militares praticantes um estudo no 1º Batalhão de Polícia Militar do Tocantins. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 2, p. 235-243, 2019.

DEJOURS, C. **O Fator Humano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DOS SANTOS RIBEIRO, Carla Vaz; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 4, n. 2, p. 76-83, 2004.

FERNANDES, Márcia Astrês et al. A relação saúde mental e trabalho: estudo em um ambulatório integrado de saúde mental. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 4191-4198, 2017.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012.

FRANÇA, Fábio Gomes; DE FARIAS GOMES, Janaína Letícia. "Se não aguentar, corra!": um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, p. 142- 159, 2015.

GONÇALVES, Sónia Marisa Pedroso. Bem-estar no trabalho em contexto policial: O contributo dos valores e das práticas organizacionais. 2011. 400f. Tese. (Doutorado em Psicologia) Instituto Universitário de Lisboa. 2011.

KLUGMAN, Jeni. **Human development report 2009**. Overcoming barriers: Human mobility and development. Overcoming Barriers: Human Mobility and Development (October 5, 2009). UNDP-HDRO Human Development Reports, 2009.

LOPES, Eliza Maura de Castilho. **Significados e sentidos da deficiência adquirida em policiais militares**. 2014. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110920>>.

LOPES, Tomas de Vilanova Monteiro. **Motivação no trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MACHADO, Wagner de Lara; BANDEIRA, Denise Ruschel. Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, n. 4, p. 587-595, 2012.

PIRES, George Luiz et al. A cor da farda: as relações raciais na polícia militar de Sergipe. 2010. f. 134. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe. 2010.

ROBBINS, Brent Dean. Building bridges between humanistic and positive psychology. **Positive psychology in practice: Promoting human flourishing in work, health, education, and everyday life**, v. 2, p. 31-45, 2015.

RYFF, Carol D.; KEYES, Corey Lee M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of personality and social psychology**, v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995.

SALVIATI, M. E, **Manual do Aplicativo Iramuteq** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Editora: Planaltina, 2017

SANTOS, Breno Francisco Freitas. **Qualidade de vida no trabalho dos Policiais Militares de Sergipe ingressos em 2014**. 2018. 64f. Monografia (Graduação em Administração), Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Gustavo Barreto; CEBALLOS, Albanita Gomes da Costa de. Bem-estar no trabalho: Estudo de revisão. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 2, p. 247-255, 2013.

SNYDER, Charles Richard; LOPEZ, Shane J. (Ed.). **Handbook of positive psychology**. Oxford university press, 2001.

SURVEYGIZMO. **Using Word Clouds To Present Your Qualitative Data**. Sandy McKee. Disponível em: <<https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>>. Acessado em: 01 de jun de 2021.

TAYLOR, Charles T.; LYUBOMIRSKY, Sonja; STEIN, Murray B. Upregulating the positive affect system in anxiety and depression: Outcomes of a positive activity intervention. **Depression and anxiety**, v. 34, n. 3, p. 267-280, 2017.

TRIGO, Telma Ramos; TENG, Chei Tung; HALLAK, Jaime Eduardo Cecílio. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), v. 34, n. 5, p. 223-233, 2007.

TUOMI, Kaija et al. Organizational practices, work demands and the well-being of employees: a follow-up study in the metal industry and retail trade. **Occupational Medicine**, v. 54, n. 2, p. 115-121, 2004.b

WARR, P. **Work, happiness and unhappiness**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 2007

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019.

## ARTIGO 4

### OS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NA FAMÍLIA E NO ADOECIMENTO FUNCIONAL

#### RESUMO:

Esse artigo visou avaliar as condições de trabalho dos policiais militares e seus reflexos na família e no adoecimento funcional dos profissionais. Metodologicamente foi feito o uso de questionários, cujos dados foram analisados através da estatística descritiva. Os resultados apontaram que condições de trabalho precárias tem impactos significativos na saúde dos policiais militares e, conseqüentemente, reflete na família, sendo, o distúrbio do sono o fator mais recorrente nos participantes. Conclui-se que os profissionais não sentem que o trabalho interfira na sua participação na família, embora esta perceba as alterações negativas, em decorrência do seu trabalho. Foi possível observar certo adoecimento psíquico, sendo o fator mais recorrente o distúrbio do sono, que infere nas condições de trabalho e, portanto, na família.

**Palavras-chave:** Condições de trabalho, Polícia Militar, Família, Adoecimento Funcional.

#### ABSTRACT:

This article aimed to evaluate the working conditions of military police officers and their effects on the family and on the functional illness of professionals. Methodologically, questionnaires were used, whose data were analyzed using descriptive statistics. The results showed that precarious working conditions have significant impacts on the health of military police officers and, consequently, reflect on the family, being, the sleep disturbance the most recurrent factor in the participants. It is concluded that professionals do not feel that work interferes with their participation in the family, although the latter perceives the negative changes as a result of their work. It was possible to observe a certain mental illness, with the most recurrent recurrent factor being the sleep disorder, which infers in the working conditions and, therefore, in the family.

**KEYWORDS:** Working Conditions, Military Police, Family, Functional Illness.

## 1. INTRODUÇÃO:

As condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento das atividades laborais garantem ao trabalhador um ambiente de trabalho saudável. Por outro lado, o trabalho desprovido de significado, sem amparo social, que não demonstra reconhecimento e oferece más condições para o trabalhador, pode ser fonte de adoecimento funcional (BRASIL, 2001).

Marçal et al (2020) ressaltam que a segurança pública se tornou alvo de discussões, seja pelo agravamento da criminalidade ou pelas atuais mudanças que vem ocorrendo no setor político e econômico do país. Os autores reforçam a emergência de reformas no âmbito de segurança pública, com mudanças concretas que garantam segurança à população e melhores condições de trabalho para os policiais militares, como forma de amenizar os danos físicos e psíquicos que a profissão pode gerar.

De acordo com Plegrini et al (2018) é de suma importância que o Estado olhe para a categoria profissional com investimentos e melhorias nas condições de trabalho, especialmente no que se refere à remuneração, benefícios, melhoria nas condições do ambiente de trabalho e investimento em equipamentos de trabalho. Dessa forma, em função desses incentivos, os reflexos podem ser positivos ou negativos nas condições de saúde e na prestação de serviços.

Um ponto importante que precisa ser visto, principalmente, considerando que as atividades de trabalho são realizadas por seres humanos e, caso sejam submetidos a condições de trabalho insalubres ou irregulares, podem acarretar problemas na saúde física e mental dos profissionais, motivo que hoje desperta muito interesse de pesquisadores do ramo da saúde e trabalho, buscando entender as peculiaridades do trabalho e quais são os reflexos no adoecimento funcional, especificamente no funcionamento psíquico do sujeito (BARCELLOS,1999).

Para Barcellos (1999), as pressões que surgem através do trabalho são capazes de colocar o equilíbrio psíquico e a saúde mental das pessoas e isso é resultado do modelo de como o trabalho está organizado. Assim, a organização do trabalho se coloca em evidência para as discussões do sofrimento e do prazer no cotidiano dos trabalhadores, considerando o insatisfatório, o satisfatório e como pode refletir na saúde mental. Considerando três pontos importantes: o sofrimento, o papel da organização do trabalho e as estratégias defensivas, os autores Spode e Merlo (2006) constataram que a carga excessiva de trabalho e as condições de trabalho precárias podem ser um componente importante para o aumento das pressões e desgastes dos profissionais.

A hierarquia presente no ambiente de trabalho é também outro fator importante, quando se trata de pressão e desgaste do ambiente de trabalho dos policiais militares. Segundo Ferreira, Bonfim e Augusto (2012), os superiores não se preocupam com o bem-estar ou não dão a devida atenção às necessidades dos seus subordinados; além disso, não se preocupam em ajudar no trabalho, não promovem com êxito o trabalho em equipe, expondo os subordinados a conflitos e hostilidade.

Diante de um contexto de trabalho, nos quais os conflitos e hostilidades estão presentes no cotidiano, família pode ser a válvula de escape para que o equilíbrio se estabeleça. De acordo com Barham e Vanalli (2012), o indivíduo procura adequar seus recursos pessoais e externos, de forma a atender às suas demandas profissionais e familiares, surgindo percepções, associadas à satisfação ou insatisfação com esses diferentes aspectos de suas vidas, o que influencia, em seu estado de saúde em geral.

Nesse sentido, é importante alguns cuidados para que a família não sofra com os impactos da sobrecarga de trabalho, é importante, segundo Wayne et al (2017), que cada membro familiar se responsabilize por seu papel no funcionamento dentro da família. Quando os membros familiares estão em equilíbrio com seus papéis representativos dentro da família tendem a ter uma vida com mais oportunidades, aproveitam a vida com experiências positivas, senso de controle, criatividade e uma melhor visão das situações emergenciais. Por outro lado, quando a família não está em equilíbrio, os membros são mais propensos à depressão, baixa autoestima e desempenho limitado no trabalho

Em função do exposto, o objetivo desse estudo foi examinar o perfil familiar dos policiais militares, suas condições de trabalho e os reflexos na família; além de avaliar a situação do adoecimento funcional

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. Reflexos do Trabalho: Adoecimento Funcional**

Para tratar do adoecimento no trabalho de policiais e todas as suas interfaces no contexto de trabalho, os autores Alves e Vieira (2018) publicaram o artigo “A influência da saúde mental e física do policial militar na qualidade de sua prestação de serviços à comunidade”. Neste artigo foi pesquisado as condições de trabalho do policial, sendo que os autores destacaram a importância do trabalho policial para a sociedade em geral, como fundamental para a segurança

pública no Brasil, assim como, os riscos que o policial é submetido na sua profissão; considerando que tais riscos podem estar associados com os problemas de saúde psíquica dos agentes, pois, diariamente, é necessário um preparo físico e psicológico para a atuação. Além disso, tais riscos interferem na qualidade de vida dos policiais militares, configurando um desequilíbrio emocional que, na maioria dos casos, resulta no afastamento do policial. Além dos riscos, outras questões, como a pressão social, pressão de trabalho, salário e a cultura rigorosa da instituição, são discutidos como problemas que acarretam o adoecimento de policiais.

Por sua vez, a autora Ferreira (2009) pesquisou sobre as condições de saúde e de trabalho do policial militar, em uma tese de doutorado em saúde pública, tendo como tema: “Condições de saúde de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade de Recife-PE”, associando que aqueles profissionais, que vivem uma complexa jornada de trabalho, apresentavam um desgaste em sua saúde. Este artigo analisou também, as condições de saúde dos policiais militares e chegou à conclusão de que o excesso na carga de trabalho, a falta de exercício físico e a frequência de envolvimento em conflitos deixavam a saúde do policial em total vulnerabilidade.

Por outro lado, sobre o estilo de vida saudável dos policiais militares, Ferreira (2009) compreendeu que a adoção de estilos de vida saudáveis é de suma importância para a prevenção de doenças, assim como, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida. Porém para a autora, ter um estilo de vida saudável não depende somente de uma escolha individual, pois, o sujeito precisa considerar determinantes sociais, culturais e econômicos e como o mundo do trabalho está configurado em um sistema complexo, a saúde do trabalhador deveria estar em destaque, de forma que fosse possível monitorar os impactos das grandes mudanças que tem ocorrido (FERREIRA, 2009).

Nesse aspecto da saúde do trabalhador, Delcor (2004) acredita que a organização e a gestão são as responsáveis pelo controle do processo saúde-doença, uma vez que é a partir deles que os trabalhadores são submetidos a situações de vulnerabilidade à saúde, riscos e até mortes, bem como são quem criam o sentido de trabalho, proporcionando, assim, possibilidades ou contração, sofrimento ou crescimento.

Para uma possível explicação das causas que levam ao processo de adoecimento no trabalho, foi realizada uma varredura teórica, com o objetivo de identificar abordagens que melhor explicassem a temática, pressupondo-se quatro linhas de seguimento, com base nos

autores pesquisados: **a)** *Supervisão abusiva relacionada ao narcisismo*, pois, de acordo com os autores Waldman et al (2018), as características que antecedem a supervisão abusiva são inteligência emocional, senso de poder e comportamentos maquiavélicos, relacionados com o narcisismo, porque apresenta um comportamento extremamente grosseiro e irrealista, fazendo conexões com a hostilidade; **b)** *Insegurança no trabalho e respostas adaptativas*, destacadas por Boswell (2014), Olson-Buchanan (2014) e Brad Harris (2014), que percebem a insegurança no trabalho como uma condição negativa, que provoca nos trabalhadores respostas adaptativas que estão inteiramente relacionadas com o estresse; **c)** *Demandas de desafios e exigências*, que, de acordo com os pesquisadores Laethem et al (2018), fazem com que as demandas de trabalho sejam desafiadoras quando associadas a uma recompensa. Já as exigências referem-se a fatores estressantes, como estar submetido por muito tempo em uma situação de insegurança no trabalho.

Em um estudo realizado pelas autoras Oliveira e Bardagi (2009) sobre estresse e comprometimento com a carreira de policiais militares foi constatado que 57,3% dos participantes apresentaram sintomologia do estresse; 46,7% estavam na fase de resistência; 8% na fase de quase exaustão e 2,7% na fase de exaustão. Além disso, o estudo apontou que, na classificação geral do estresse, considerando a área de atuação e gênero, que 65,4% dos policiais militares que trabalhavam no atendimento de emergência apresentam sintomas de estresse, 51,1% no grupo de policiamento ostensivo e 28,6% no grupo administrativo. Considerando os dados do estudo em reação a gênero, as autoras observaram que 72,7% das mulheres apresentavam sintomologia de estresse, enquanto os homens apresentaram uma porcentagem menor, equivalente a 50,9%.

Em um outro estudo realizado por Santos et al (2016), que avaliou o perfil epidemiológico de policiais militares, constatou-se que as doenças ortopédicas, cardiorrespiratórias e psiquiátricas constituíram as que mais tiveram policiais militares acometidos, sendo o que as doenças ortopédicas foram as que mais se destacaram, seguidas pelas doenças psiquiátricas, cardiorrespiratórias, gastrointestinais e, por último, as doenças dermatológicas ou renais.

Ao que se refere ao trabalho da polícia militar, em um estudo realizado por Ferreira, Bonfim e Augusto (2012,) que teve como título: “Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil”, os supracitados autores constataram que mais de 70% dos policiais militares (76,1%), que participaram do estudo, concordaram fortemente que o trabalho apresentava aspectos negativos para suas realizações, como: trabalho repetitivo, 74,3% concordaram que existia pouca liberdade para decidir; 72% afirmaram que era um trabalho de

ritmo acelerado; 58,2% consideravam que o trabalho exigia esforço físico em excesso; 62,7% estavam de acordo que as atividades realizadas, necessariamente exigiam rapidez física e contínuas; 66,9% concordaram que a profissão exigia a permanência por longos períodos, em posições inadequadas e incômodas para o corpo; 60,1% concordaram que a profissão exigia que se passasse muito tempo em posições inadequadas, gerando incômodos na cabeça e no braço.

No mesmo estudo citado acima, os autores observaram que, quando se tratava de lazer, os policiais militares sempre buscavam por atividades que não tinham que dispor de muito dinheiro e energia física, como assistir filmes e séries, que consistiam na principal fonte de lazer, para 73% dos envolvidos no estudo; por outro lado, 62% afirmaram que era dormir, 47% preferiam passeios em praias e clubes, 38,9% passeios com a família, 33,3% gostavam de ler e 31,3% preferiam ir à igreja.

Um outro ponto importante da pesquisa de Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) que merece destaque são os conflitos, nos quais os policiais militares se envolviam, sendo a família a principal; em seguida, estudavam os conflitos com os colegas de trabalho, amigos e vizinhos. Os conflitos gerados pelos profissionais em seu meio social e familiar podem estar associados com o estresse e ou, até mesmo, com outros transtornos psíquicos, em decorrência da sobrecarga de trabalho.

Em um estudo realizado por Couto et al (2012), que avaliou a saúde mental do policial militar e as relações interpessoais e estresse no exercício profissional, foram constatados dados preocupantes em relação à saúde dos profissionais; pois, 55,9% apresentaram sinais de estresse, sendo que 41,8% tinham sintomas características da fase de resistência e quase exaustão. Os autores destacaram que, quanto mais experientes os policiais militares, menos eram susceptíveis ao estresse.

Considerando que a saúde mental dos policiais militares é um fator chave que tem chamado atenção de muitos pesquisadores de diferentes áreas, está cada vez mais evidente a necessidade de ampliação dessa discussão. Silva e Sehnem (2018) realizaram um estudo que avaliou a saúde mental dos policiais militares através do Questionário de Saúde Geral de Goldeberg (QSG). O questionário avalia o quão saudável mentalmente se encontra o sujeito, sendo, no estudo realizado pelos supracitados autores, um dos indivíduos estudados apresentou percentil acima da normalidade, indicando um comprometimento ao funcionamento psíquico normal. O QSG também apontou para o estresse psíquico, sendo uma resposta fisiológica e

psicológica que comprometia o equilíbrio pessoal, enquanto um indivíduo apresentou percentil acima da normalidade. O desejo de morte também foi avaliado pelo instrumento; ou seja, a possibilidade de um suicídio, sendo que 11 indivíduos apresentaram percentis dentro da normalidade. O fator desconfiança no próprio desempenho, que avalia o quanto o sujeito se sente confiante e capaz de realizar as tarefas, sendo que um participante apresentou percentil acima da média. No que diz respeito aos distúrbios do sono, que estão relacionados com os problemas de insônia e pesadelo, dois indivíduos apresentaram percentis acima da média. Já sobre os distúrbios psicossomáticos, que são problemas orgânicos, 11 policiais militares que participaram da pesquisa estavam dentro da normalidade.

## **2.2. Reflexos na Família, na Perspectiva do Dano Existencial**

O dano existencial surgiu na Itália, tendo um pouco mais de 20 anos que se debate o tema com esse nome, anteriormente era chamada do dano moral. O dano existencial é reconhecido também em outros países, podendo ter outras denominações ou, até mesmo, outros ordenamentos jurídicos (NETO; WESENDONCK, 2012).

Melo (2016) entende que o dano existencial é uma espécie de dano extrapatrimonial ou imaterial, podendo ser configurado como a perda da qualidade de vida e, até mesmo, a impossibilidade de manter as atividades do cotidiano.

Em relação ao dano existencial na família, um estudo publicado por Bega (2019), abordou o tema: O dano existencial na perspectiva da pós-modernidade e da tecnologia, constatando que o dano existencial tem o poder de gerar um “efeito cascata” na vida do sujeito; ou seja, interfere na vida familiar, na saúde, no bem-estar e na dignidade humana.

Nascimento (2012) reconhece que o dano existencial pode ser acometido pela conduta patronal ilegal, causando danos nos projetos de vida do indivíduo e, conseqüentemente, o sentimento de frustração, uma vez que, ele deixa de conviver com a família e praticar atividades que proporcionariam prazer.

Em um estudo realizado por Molina (2015), que investigou o dano existencial por jornada de trabalho excessiva, constatou-se que o trabalho excessivo, mesmo que tenha a remuneração adequada, pode configurar o dano existencial, uma vez que, tira o direito de liberdade do trabalhador e da escolha de se relacionar no ambiente familiar e social.

Assim, configura-se dano existencial no ambiente de trabalho, quando:

o empregador impõe um volume excessivo de trabalho ao empregado, impossibilitando-o de estabelecer a prática de um conjunto de atividades culturais, sociais, recreativas, esportivas, afetivas, familiares, etc., ou de desenvolver seus projetos de vida do âmbito profissional, social e pessoal (BOUCINHAS FILHO; ALVARENGA, 2013. p.244).

Em um estudo realizado por Maciel e Lando (2021), concluiu-se que o dano existencial é atribuído a lesões provocadas no estado emocional e psíquico do sujeito. Os referidos autores ressaltaram que, mesmo estando relacionado com o dano moral, devem ser vistas como categorias diferentes.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcance dos objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa quali-quantitativa, pela sua complementariedade, com um viés descritivo, que identificou o perfil dos policiais militares, as condições de trabalho e seus reflexos na família, bem como os mecanismos relacionados ao adoecimento funcional.

A unidade de análise foi composta por policiais militares da cidade de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, sendo a amostra composta por 16 participantes. Como a corporação contava com uma média de 30 policiais militares, o total amostrado correspondeu a 53,3% da população total.

Para o contato com esses policiais foi feito uso da técnica metodológica snowball, também divulgada como snowball sampling (BIERNACKI; WALDORF, 1981), conhecida, no Brasil, como “amostragem em Bola de Neve” (a “Bola de Neve”) ou, ainda, como “cadeia de informantes” que, segundo Baldin e Munhoz (2011), consiste em técnica de amostragem por cadeias de referência, uma espécie de rede, de natureza não probabilística, tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra.

Conforme Albuquerque (2009), na técnica metodológica snowball ou “Bola de Neve”, os indivíduos iniciais do estudo (denominados de “sementes”) indicam novos participantes da sua rede de conhecidos ou amigos, que, por sua vez, indicam novos participantes e, assim, sucessivamente, até que seja alcançado o “ponto de saturação”, quando os conteúdos das respostas não acrescentam novas informações relevantes à pesquisa, comparativamente às entrevistas anteriores.

No que se refere às fases do estudo, foi inicialmente, aplicado um questionário que identificasse o perfil profissional e caracterizasse suas condições de trabalho e reflexo na família.

Esse questionário foi uma adaptação daquele proposto por Farias (2017), que foca no dano existencial, considerado por Ramos (2020), como aquele que atinge a qualidade de vida do indivíduo, pois pode impedir que os trabalhadores tenham dificuldades ou fiquem impossibilitados de desempenhar atividades cotidianas, tanto no âmbito pessoal, familiar quanto profissional.

Em um segundo momento, foi aplicado um questionário de saúde geral (QSG), que permite avaliar o nível de distúrbios psiquiátricos não psicóticos e a identificação de casos potenciais destes distúrbios na população geral considerada não clínica. O questionário, é de fácil aplicação, sendo autoaplicável, composto por 60 itens. Pasquali et al (1996) ressaltaram que esse instrumento foi criado por Goldberg, em 1972, com o nome General Health Questionnaire (GHQ).

Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva, em termos de médias, frequência e análises tabulares fazendo-se uso do software SPSS.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Perfil Familiar dos Policiais Militares**

A família é uma instituição que presta assistência, considerando alguns pontos fundamentais, além disso, é considerado um cuidado básico para o ser humano. A família pode proteger, ajudar, acelerar os processos de cura e aumentar a sobrevivência (DE MELLO FILHO; 2004). Na Tabela 1, abaixo apresentada, pode-se observar algumas das características da família dos policiais militares:

O tipo de família que mais representa a categoria profissional estudada é a nuclear (50%). Segundo Silva (2005), a família nuclear é um modelo formado por pai, mãe e filhos, correspondente a um modelo hegemônico historicamente construído com base na família tradicional burguesa, monogâmica e patriarcal e oficialmente formada por laços legítimos e legais. Em seguida, foi constatado o modelo de família extensa (30%) e 10% de outros tipos. Quanto ao tamanho, predominou a família com 3 a 4 membros, equivalente a 50%.

Ao analisar a composição familiar dos policiais militares, foi possível constatar que 62,6% dos entrevistados apontaram estar em uma família composta por esposas e filhos, que ainda moram com os pais; por sua vez, 6,3% disseram que a composição familiar era Amasia e

6,3% moravam com a irmã; além disso, outros 25% preferiram não responder sobre esse quesito. As idades referentes aos membros da família eram referentes às crianças e jovens, que corresponderam a 28,8%; adultos; (37,7%) e os idosos, com 18,8%. Os membros da família que trabalhavam correspondiam a 18,8%, enquanto outros 50% não estavam inseridos no mercado de trabalho.

**Tabela 1- Perfil familiar dos Policiais Militares, Visconde de Rio Branco/MG, 2021**

Variáveis	Respostas	Nº	%
Tipo de família	Extensa	3	30,0
	Nuclear	5	50,0
	Outro	1	10,0
Tamanho da familiar	2	1	10,0
	3	3	30,0
	4	2	20,0
Trabalha – membros da família	Não	8	50,0
	Sim	3	18,8
Idade - membros da família	Criança/jovem (0 a 19 anos)	3	28,8
	Adulto (20 a 59 anos)	6	37,5
	Idoso (acima de 60 anos)	3	18,8
	NSNR	4	25,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Considerando todos os riscos que a profissão oferece, a família tem um papel fundamental para que o policial militar tenha um melhor equilíbrio mental na realização de suas diversas tarefas no cotidiano (OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Nesse sentido, segundo Guest e Biasini (2001) a forma como o policial constrói o suporte social e familiar durante a sua vida, pode ajudá-lo diretamente na sua saúde, na sua percepção de segurança emocional e compromissos nas suas relações.

## 4.2 Condições de Trabalho e Reflexos na Família

Existem alguns fatores que podem influenciar nas condições de trabalho dos policiais militares e, conseqüentemente, refletem no seu convívio familiar. A capacitação inadequada, o relacionamento hierárquico insatisfatório, oportunidades de promoção que não são justas e os riscos que as atividades de trabalho proporcionam, sejam eles por morte ou por alguma doença infecciosa, consistem em alguns desses fatores que refletem na condição de trabalho dos profissionais (NOGUEIRA, 2012).

De acordo com Gama et al (2020), o Exército Brasileiro cita algumas peculiaridades do trabalho do policial, dispostas no site institucional da Força Expedicionária Brasileira, sendo elas: risco de vida, sujeição a princípios rígidos de hierarquias e disciplina, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, mobilidade geográfica, vigor físico e restrições a direitos trabalhistas. Segundos os supracitados autores, tais características pertencem às forças armadas brasileiras (exército, marinha e aeronáutica); entretanto, é incorporada nas forças auxiliares (polícia militar). Assim, no cotidiano das corporações militares, os profissionais são submetidos a um treinamento, denominado pelos autores de “castrense”, que tem como objetivo doutrinar e desenvolver sentimentos patrióticos e, principalmente, o respeito pelas hierarquias e disciplina.

Outro fator relevante que tem impactos diretos nas condições de trabalho dos policiais militares é o sucateamento dos órgãos de segurança pública. Para Gama et al (2020), tal feito leva os profissionais a se submeterem a uma realidade subumana e que tem como consequência a desvalorização da profissão por meio da opinião pública e afins, afastando a instituição da sociedade, além de construir para que a sociedade não ofereça apoio, o que torna mais difícil buscar soluções para melhorar a precarização da segurança pública.

Os referidos autores ressaltam que cabe o Estado a valorização dos profissionais, priorizando melhorias das condições de trabalho no ambiente das organizações. Nesse sentido, os policiais militares poderiam dar uma resposta positiva à sociedade oferecendo um trabalho de mais qualidade e, também, evitando o adoecimento dos mesmos em decorrência de suas atividades de trabalho.

Essas condições do trabalho dos policiais militares podem afetar a sua convivência com as famílias, pois, como já foi comentado, o bem-estar desses profissionais dependem da relação de equilíbrio entre trabalho e família, como exposto por Barham e Vanalli (2012).

Dessa forma, procurou-se examinar essa relação, Trabalho e Família, por meio de 15 questões, que associam a atividade realizada com as relações familiares, por meio de uma escala, que variou de 1,0 até 5,0 (Discordo plenamente, Discordo parcialmente, Indiferente, Concordo parcialmente, Concordo plenamente), cujos dados podem ser visualizados na Tabela 2, a seguir apresentada.

De acordo com a análise dos dados apresentados na Tabela 2, alguns pontos abordados na pesquisa demonstraram que existe interferência de atividades realizadas no convívio familiar; pois 10% disseram que se sentem pressionados a trabalhar depois da hora, ficando menos com a família. No entanto, 70% dos participantes disseram que conseguem acompanhar a vida escolar e social dos filhos; enquanto 10% concordaram que o funcionamento da família era afetado por causa do trabalho. Essa porcentagem 10% foi equivalente à resposta dos policiais, no sentido de que não conseguem dar atenção para o esposo e esposa. Quando perguntados sobre a sensação de não ter visto os filhos crescerem, somente 10% responderam positivamente; afirmando se sentirem cansados e sem ânimo para sair com a família, bem como 10% disseram que sentem esse comprometimento nas relações familiares.

. No que concerne ao trabalho comprometer as relações em casa, 20% disseram que pode haver um comprometimento; e, quando se tratava do comprometimento nas relações físicas dos policiais militares em sua família, os resultados também demonstraram, mesmo que em porcentagens mais baixas, que existe um certo comprometimento.

Tais resultados do estudo em questão vão de encontro com algumas pesquisas já realizadas, a exemplo dos autores Ferreira, Bonfim e Augusto (2012). Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada com uma amostra pequena, configurando em um estudo de caso, cujos resultados não podem ser generalizados, mas, apesar disso, não deixa de ser um alerta de que existe certo comprometimento nas relações familiares. Para uma melhor avaliação, considera-se que seria importante repetir o estudo com mais participantes e, em ambientes diferentes, considerando índices existentes diferenciados de insegurança pública.

**Tabela 2 – Condições de Trabalho e Reflexos na Família, Visconde de Rio Branco/MG, 2021**

	Discordo plenamente		Discordo parcialmente		Indiferente		Concordo parcialmente		Concordo plenamente		NSNR	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Frequentemente sou pressionado a trabalhar depois da hora, ficando menos tempo com a família	4	40,0	2	20,0	3	30,0	0	0	1	10,0	0	0
Raramente posso participar da vida escolar e social de meus filhos, por motivo de trabalho	7	70,0	1	10,0	1	10,0	0	0	0	0	1	10,0
Quando chego em casa, eu consigo relaxar e me “desligar” facilmente do meu trabalho	3	30,0	2	20,0	0	0	4	40,0	1	10,0	0	0
O funcionamento da família é afetado por causa do meu trabalho	2	20,0	6	60,0	1	10,0	0	0	1	10,0	0	0
O trabalho não me deixa, ele ainda fica na minha cabeça quando vou dormir	3	30,0	1	10,0	3	30,0	1	10,0	2	20,0	0	0
Existe dia ruins no trabalho, que me deixam nervoso e me fazem isolar ao chegar em casa	2	20,0	2	20,0	1	10,0	5	50,0	0	0	0	0
Fico frustrado (a) porque não consigo dar a atenção que minha esposa / marido merece de mim.	3	30,0	4	40,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0	0	0
Tenho a sensação de que não vi ou não estou vendo meus filhos crescerem	5	50,0	2	20,0	2	20,0	0	0	0	0	1	10,0
Não consigo dar assistência aos meus pais devido ao excesso de trabalho.	6	60,0	3	30,0	0	0	1	10,0	0	0	0	0
Estou sempre nervoso em casa e pouco disposto a dar atenção aos meus filhos	3	30,0	3	30,0	2	20,0	0	0	1	10,0	1	10,0
Estou sempre cansado e sem ânimo para sair com meus filhos ou com minha companheira (o).	3	30,0	3	30,0	2	20,0	1	10,0	0	0	1	10,0
Minha família me diz que meu trabalho afeta meu comportamento dentro de casa.	4	40,0	1	10,0	3	30,0	2	20,0	0	0	0	0
Minha família me diz que sabe quando acontece algo desagradável no trabalho, porque fico mal-humorado	2	20,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0	0	0	0	0

Pelo trabalho já adoeci, o que refletiu sobre o bem-estar da minha família	5	50,0	0	0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	0	0
Problema no trabalho afetam as relações e a comunicação entre os membros da família.	4	40,0	3	30,0	0	0	2	20,0	1	10,0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2021), adaptados de Farias (2017)

Reconhece que o município de Rio Branco, MG possui índice relativamente baixo de criminalidade; pois, segundos dados disponíveis no Site oficial da prefeitura de Rio Branco, o balanço indicou a queda de 33% no quantitativo de homicídios consumados durante o primeiro semestre de 2020 e, também, demonstrou que, ao longo desse mesmo período, houve uma diminuição de 24% no número de furtos e de 6% nas ocorrências de crimes violentos. Essa realidade poderia estar influenciando o baixo comprometimento do trabalho dos policiais nas relações familiares.

No que se refere os impactos do trabalho no adoecimento funcional dos policiais militares, especificamente, em sua saúde mental, os dados mostram claramente os comprometimentos, uma vez que 50% dos participantes disseram que, quando chegavam em casa não conseguiam relaxar e desligar totalmente do seu trabalho; além disso, outros 30% disseram que quando iam dormir ainda continuavam pensando no trabalho.

Paulino e Lourinho (2014) corroboram esses resultados, pois ao autores pontuam que ser policial militar faz com que os profissionais tenham mudanças psíquicas e emocionais, pelo simples fato de fazerem parte de uma instituição que preza pela extrema ordem e respeito.

Foi possível observar que tais mudanças psíquicas e emocionais foram refletidas no ambiente familiar, uma vez que 50% disseram que existiam alguns dias ruins, que faziam com que eles se isolassem ao chegarem em casa; enquanto 40% disseram que a família percebia quando acontecia algo desagradável no trabalho por causa do mal humor. Além disso, 40% relataram já ter adoecido em decorrência do trabalho, o que refletiu no bem-estar da família e 30% disseram que os problemas de trabalho afetavam a comunicação entre os membros da família.

Dessa forma, não é possível desassociar a família do trabalho, pois, os acontecimentos têm reflexos em ambos. Para Barham e Vanalli (2012), ao longo do tempo, as mudanças que estão sujeitas a acontecerem na vida do indivíduo, sejam elas, profissionais, familiares, saúde,

redes de apoios, dentre outras; ou seja, podem resultar em impactos psicológicos que vão afetar sua auto percepção e sua percepção sobre o outro.

Na perspectiva de Zedeck e Mosier (1990), no que diz respeito às relações familiares e trabalho, o conflito é a existência de diferenças entre trabalho que é realizado dentro de casa com o trabalho realizado fora de casa, sendo impossível ter uma participação ativa nos dois ambientes de forma satisfatória, visto que, as normas e condutas de um interferem diretamente no desempenho do outro.

### 4.3 Adoecimento Funcional dos Policiais Militares

O adoecimento funcional é uma condição determinante para o bem-estar das pessoas, pois, a falta de saúde pode trazer dificuldades para o convívio do sujeito, especialmente dificuldades de resolver problemas, ansiedade, depressão, desajustamento psicossocial, sofrimento psíquico, neuroses ou, em casos mais graves, podem evoluir para psicoses e transtornos mentais e comportamentais (SILVA; SEHNEM, 2018).

Para analisar essa questão, foi aplicado o Questionário de Saúde Geral de Goldeberg, com adaptação brasileira por Paquali et al (1996), que possibilitou avaliar o estado de saúde dos policiais militares estudados, cujos dados podem ser visualizados na Tabela 3.

**Tabela 3 – Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG), Visconde de Rio Branco/MG, 2021**

<b>Fator</b>	<b>Sujeitos com percentis limítrofe</b>	<b>Sujeito com percentis acima</b>
<b>Estresse psíquico</b>	1	1
<b>Desejo de morte</b>		
<b>Desconfiança no próprio desempenho</b>	1	
<b>Distúrbios do sono</b>	4	3
<b>Distúrbios psicossomáticos</b>	3	
<b>Saúde geral</b>	1	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados de Saúde Geral foram dimensionados, conforme Paquali et al (1996), por meio 5 fatores sintomáticos: Estresse psíquico, Desejo de morte, Desconfiança no próprio desempenho, Distúrbios do sono e Distúrbio psicossomáticos. Além desses fatores sintomáticos,

o questionário permite avaliar, de forma geral, a saúde dos envolvidos. Os resultados apresentados reportavam duas situações: os sujeitos que atingiram pontuação limítrofe, que corresponde àqueles que estão muito próximos de desenvolver um transtorno mental e, uma outra situação, refere-se àqueles que atingiram a pontuação estabelecida pelo autor, indicando a presença de um transtorno mental.

O estresse psíquico se caracterizou pela experiência de tensão, irritação, impaciência, cansaço e sobrecarga, que tornam a vida uma luta constante, desgastante e infeliz. Um dos sujeitos ficou no limítrofe, apresentando sinal de alerta, enquanto um outro já apresentava a presença do transtorno. De acordo com Garcia, Silva e França (2021), o ambiente de trabalho dos policiais militares tem a tendência de ser um ambiente estressor, potencializando o desenvolvimento de distúrbios psicológicos.

O Desejo de morte corresponde ao desejo de acabar com a própria vida, o que não foi observado na amostra pesquisada, já que todos os participantes apresentaram percentis dentro da normalidade.

A Desconfiança no próprio desempenho refere-se à consciência de ser capaz de desempenhar ou realizar as tarefas diárias de forma satisfatória, tendo sido observada essa situação em que um dos sujeitos ficou no limítrofe, indicando um sinal de alerta.

O distúrbio do sono refere-se a problemas relacionados ao sono, tais como, insônia e pesadelos, que foi o sintoma mais frequente entre os respondentes, estando 4 participantes no limítrofe e 3 já apresentando a presença do distúrbio. Os participantes indicaram que estava tendo dificuldades em permanecer dormindo, dificuldades de conciliar o sono, noites agitadas e mal dormidas, acordando antes da hora, perdendo o sono por preocupações e sonhos desagradáveis.

Segundo Alcanfor (2016), o sono funciona como o reflexo da saúde mental, estando seus benefícios associados com um bom desempenho do sistema nervoso, cardiovascular endócrino, respiratório, sexual e neurológico. Uma pessoa com o sono regulado consegue um melhor equilíbrio mental e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Os distúrbios psicossomáticos expressam problemas de ordem orgânica, como sentir-se mal de saúde, dores de cabeça, fraqueza e calafrios, o que foi observado em 3 participantes que apresentaram percentis no limítrofe, o que sinaliza um alerta. Os participantes afirmaram que tinham dores de cabeça, fadiga, irritação e exaustão.

Além desses fatores sintomáticos, os policiais foram avaliados quanto à saúde de forma geral, sendo que a maioria apresentou percentis satisfatórios, não apresentando sinais de comprometimento na saúde geral; existindo apenas um dos participantes que atingiu o percentil limítrofe, indicando um sinal de alerta, em termos de saúde geral.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As condições de trabalho que proporcionam uma qualidade de vida no trabalho, são consideradas essenciais para que os policiais militares consigam desenvolver suas atividades de trabalho em segurança. Além disso, quando as condições de trabalho são favoráveis, conseqüentemente, os trabalhadores terão mais possibilidades de oferecerem um serviço de mais qualidade, principalmente, quando se trata de segurança pública.

A falta de condições de trabalho favoráveis pode trazer impactos significativos na saúde mental e física dos policiais militares. Esse adoecimento funcional tem reflexos diretos na família; sendo, portanto, de responsabilidade do Estado zelar pelas condições de trabalho dos policiais militares para que eles tenham condições de oferecer um serviço de qualidade.

A família tem um papel fundamental como rede de apoio dos policiais militares. Assim, a unidade familiar é diretamente afetada ou sofre as conseqüências do adoecimento do membro familiar que pertence à categoria profissional. O tipo de família que mais representou os profissionais estudados foi a nuclear, formada por pai, mãe e filhos. As idades dos membros familiares variaram entre crianças e jovens de 0 a 19 anos, adultos de 20 a 59 anos e, também, idosos acima dos 60 anos. A grande maioria não trabalhava e o tamanho de suas famílias variou de 2 a 4 pessoas.

Os policiais militares não relataram dificuldades de prestarem assistência às famílias, em decorrência do trabalho, sendo possível conciliar a vida familiar e a vida laboral. Entretanto, reconheceram que a família percebe, como se sentem em decorrência do trabalho.

Além disso, em termos da avaliação da saúde dos policiais militares, pode-se concluir que existe um comprometimento, principalmente, no que se refere aos distúrbios do sono. Alguns dos policiais sinalizaram para um alerta no sentido de estarem caminhando para o desenvolvimento de transtornos mentais, referente ao estresse psíquico, distúrbios psicossomáticos e desconfiança do próprio desempenho, o que exige cautela e esforços para melhorias da saúde mental desses profissionais, por parte da organização.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** 2009, 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.

ALCANFOR, L. M. Qualidade de vida no trabalho policial: as estratégias organizacionais para minimizar os impactos da privação de Sono à saúde do Policial Militar que desempenha a radiopatrulha noturna. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, p.1-19, n. 1, 2016.

ALVES,L, VIEIRA. A. **A influência da saúde mental e física do policial militar na qualidade de sua prestação de serviço à comunidade.** Goiás: Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, Março 2018.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de Pesquisa Snowball (Bola De Neve). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 27, p. 46-60, julho a dezembro de 2011.

BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco de. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS.** 1999, 107f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Administração; Porto Alegre. 1999.

BARHAM. E.J; VANALLI. A.C.G. Trabalho e Família: Perspectivas Teóricas e Desafios Atuais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v.12, n.1, p 47-60, 2012.

BEGA, Mariana Ferruci. O Dano Existencial na Perspectiva da Pós-Modernidade e da Tecnologia. **Diretora Executiva**, v. 1, p. 19, 2019.

BIERNACKI, P.;WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 2, p. 141-163. November., 1981.

BOSWELL. W, OLSON-BUCHANAN.J, BRAD HARRIS. I cannot afford to have a life: employee adaptation to feelings of job insecurity. **Personnel Psychology**. v.67, p. 887-915. 2014.

BOUCINHAS FILHO, J. C.; ALVARENGA, R. Z. O dano existencial e o direito do trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. São Paulo, v.79, n. 2, p. 240-261, 2013.

BRASIL, **Ministério da Saúde. Representante no Brasil da OPAS/OMS.** Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Dias E. C. et al. (Org). Brasília, DF, 2001.

COUTO, Gleiber et al. Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento**, v. 30, p. 185-195 n. 68, 2012.

DA SILVA, Liliane Neris; SEHNEM, Scheila Beatriz. Avaliação da saúde mental de policiais militares. **Pesquisa em Psicologia-anais eletrônicos**, p. 43-60, 2018.

DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.187-196, jan./fev. 2004.

DOS SANTOS MACIEL, Álvaro; LANDO, Giorge. Desafios e perspectivas do mundo do trabalho pós-pandemia no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 63-74, 2021.

DOS SANTOS, Edivaldo Ferreira et al. Perfil epidemiológico de policiais militares de um grande comando de policiamento do interior. **Revista Univap**, v. 22, n. 39, p. 40-48, 2016.

FARIA, Carla Beatriz. **A possibilidade de existência de dano existencial na vida cotidiana da pessoa em razão da natureza do trabalho bancário. Um estudo de caso na comarca de Viçosa (MG)**. Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, MG. 2017.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. **Condições de saúde de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE**. 2009, 202f Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012.

FERREIRA, Mário César et al. (Ed.). **Diagnósticos em ergonomia no Centro-Oeste brasileiro: bem-estar no trabalho, eficiência e eficácia em questão**. Brasília: Editora UnB, 2013.

GAMA, Rogério Velasco Oliveira et al. Precarização do trabalho: análise sobre as condições laborais dos militares no âmbito estadual. **P2P e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 206-227, 2019.

GARCIA, Luiz Otavio R.; SILVA, Maria-Raquel G.; FRANÇA, Rudá Moreira. Estresse Ocupacional, qualidade do sono e obesidade em Policiais Militares-Revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e36510313485-e36510313485, 2021.

GUEST, Kristi Carter; BIASINI, Fred J. Middle childhood, poverty, and adjustment: Does social support have an impact?. **Psychology in the Schools**, v. 38, n. 6, p. 549-560, 2001.

LAETHEM.M, BECKERS.D, et al. Challenge and hindrance demands in relation to self-reported job performance and the role of restoration, sleep quality, and affective rumination. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**. v.92, p.225–254. 2019.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira et al. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020.

MELLO FILHO, J.; BURD, M. (Org.). **Doença e família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MELO, M. A. B. **O dano existencial na responsabilidade civil.** Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/02/05/o-dano-existencial-na-responsabilidade-civil/>>. 2016. Acessado em: 23/06/2021.

MINAS GERAIS **Queda no índice de criminalidade em VRB é registrada pela 111ª companhia de polícia militar.** Acesso em: <https://www.viscondedorio Branco.mg.gov.br/queda-no-indice-de-criminalidade-em-vrb-e-registrada-pela-111a-companhia-de-policia-militar/>. Acesso em: 21/06/2021.

MOLINA, André Araújo. Dano existencial por jornada de trabalho excessiva: critérios objetivos (horizontais e verticais) de configuração. Dano existencial por jornada de trabalho excessiva: critérios objetivos (horizontais e verticais) de configuração. **Revista TST**, Brasília, v.81, n. 4, p. 107-134, 2015.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Dano existencial nas relações de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, vol. 78, n. 08, p. 965/972, agosto 2014.

NETO, Eugenio Facchini; WESENDONCK, Tula. Danos existenciais: precificando lágrimas?. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 12, p. 229-268, 2012.

NETO, Eugenio Facchini; WESENDONCK, Tula. Danos existenciais: precificando lágrimas?. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 12, p. 229-268, 2012.

NOGUEIRA, GERALDA ELOISA GONÇALVES. Condições de trabalho e saúde mental do trabalhador da segurança pública. **Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, v. 1, p. 53-58, n. 4, 2012.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Boletim de Psicologia**, v. 59, n. 131, p. 153-166, 2009.

PASQUALI, L. et al. **Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG): adaptação brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 1996.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade, Fortaleza**, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014.  
PELEGRINI, Andreia et al. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 423-430, 2018.

RAMOS, Waldemar. **Dano Existencial trabalhista.** 2020. Disponível em: [saberolei.com.br/dano-existencial/](http://saberolei.com.br/dano-existencial/). Acesso em: 18/06/2021.

Silva, Célio Egídio da. **História e Desenvolvimento do conceito de família.** 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

WALDMAN D A; et al. Psychological and neurological predictors of abusive supervision. **Personnel Psychology**. v.71, p.399–421. 2018.

WAYNE. J; BUTTS. M; CASPER.W; ALLEN.T. in search of balance: a conceptual and empirical integration of multiple meanings of work–family balance. **Personnel psychology**. v.70, p.167–210. 2017.

ZEDECK, S; MOSIER, K.L. Work in the family and employing organization. **American Psychologist**, v.45, p.240-251, 1990.

## CONCLUSÃO GERAL

O presente trabalho procurou responder aos seguintes questionamentos de pesquisa: Qual o cenário do trabalho de policiais militares? Quais são as representações sociais sobre o trabalho dos profissionais militares, no discurso legal e midiático? O trabalho realizado pelos policiais militares tem gerado bem-estar? Quais são os reflexos do trabalho policial sobre as famílias?

Especificamente, para examinar o cenário do trabalho policial militar, foi realizada uma leitura técnica sobre o tema e, posteriormente, uma espacialização do número de mortes de policiais militares por estados brasileiros. Para tanto, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, censitária e documental, além de coletar dados sobre as mortes dos policiais militares no Anuário de Segurança Pública. Os resultados permitem concluir que o trabalho da polícia militar, considerando sua realidade e formação, podem gerar constantes pressões em seu ambiente laboral, com reflexos sobre o adoecimento funcional. Através da espacialização de mortes dos policiais militares, pode-se concluir que, no Brasil, os policiais militares vivem em uma situação de insegurança, principalmente, no Estado de São Paulo.

Para complementar essas informações, buscou-se examinar quais seriam as representações sociais sobre a profissão do policial militar, comparando o que revelam os discursos midiáticos e legais. Assim, foram examinados vídeos do Youtube, bem como foi feita uma interpretação do Estatuto da Polícia Militar. Em função da análise interpretativa dos referidos materiais, é possível concluir que a mídia tem um papel fundamental na divulgação de fatos acerca do trabalho desses profissionais, contribuindo para a circulação de diversas representações sociais a respeito da violência e o cotidiano da categoria profissional. Identificou-se também, que o Estatuto da Polícia Militar rege a profissão com muita precisão e rigidez. Dessa forma, o cotidiano dos policiais militares é cercado por pressões que contribuem para o acometimento de doenças físicas e psicológicas. Além disso, foi possível observar que a formação dos policiais militares apresenta falhas, permitindo que profissionais sem a capacitação adequada esteja atuando frente a sociedade civil; desse modo, favorece para que ocorram desvios de condutas aumentando a resistência social e, conseqüentemente, uma representação social negativa da categoria profissional.

O estudo também possibilitou contextualizar as condições de bem-estar no trabalho, em termos de significados, sentimentos e desempenho. Utilizando o questionário sobre o perfil pessoal e familiar e um outro sobre o bem-estar no trabalho, os resultados das análises permitem

concluir que o trabalho da polícia militar faz desenvolver alguns sentimentos que afetam a saúde mental e o desempenho dentro da organização. O significado do trabalho para os policiais militares foi traduzido em dignidade, expressando a função de sempre contribuir para algo ou alguém. O desempenho foi visto pela maioria que é possível alcançar todo o seu potencial; embora, tenha sido constatado por alguns entrevistados, que não conseguiram recompensas pelos esforços realizados, contribuindo para a desmotivação no trabalho.

No que tange o perfil familiar dos policiais militares e os reflexos das condições de trabalho, sobre as famílias, bem como sobre o adoecimento funcional, conclui-se que as condições de trabalho, que proporcionam uma qualidade de vida no trabalho, são consideradas essenciais para que os profissionais consigam oferecer um serviço de qualidade. A falta de condições adequadas pode trazer impactos significativos na saúde física e psicológica dos policiais. Entende-se que a família tem um papel fundamental como rede de apoio dos policiais militares, e, devido a isso, quando há adoecimento do profissional, a unidade familiar sofre com os reflexos do adoecimento. Sobre a saúde dos policiais militares, conclui-se que existe um comprometimento, principalmente ao que se refere aos transtornos do sono, derivados das situações de estresse vivenciadas.

Para os trabalhos futuros, recomenda-se que a pesquisa seja realizada com um número maior de policiais militares e que suas famílias sejam entrevistadas; sugere-se, também, a realização da pesquisa em cidades maiores que tenha um índice de criminalidade expressivo, que possibilitaria verificar com mais precisão acerca dos comprometimentos da profissão na saúde mental, bem-estar no trabalho e na família. Em decorrência da pandemia do COVID-19 não foi possível ter acesso a muitos policiais, principalmente em momentos mais críticos da pandemia em que era necessário fazer um revezamento dos profissionais no local de trabalho.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1- ROTEIRO DO PERFIL PESSOAL E FAMILIAR

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO POLICIAL MILITAR							
<b>Idade(n° anos):</b>	<b>Sexo:</b> ( )F ( )M		<b>Mora em casa Própria?</b> (Sim/Não): _____ <b>Valor do Aluguel:</b> _____				
<b>Porta alguma deficiência (Sim/Não):</b> _____	<b>Qual?</b> _____	<b>Escolaridade:</b>		<input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Alfabetizado			
<b>Estado Civil:</b>	<input type="checkbox"/> Solteiro	<b>N° Anos de Estudo:</b> _____		<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto			
	<input type="checkbox"/> Casado			<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo			
	<input type="checkbox"/> Divorciado			<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto			
	<input type="checkbox"/> Separado			<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo			
	<input type="checkbox"/> Viúvo			<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto			
	<input type="checkbox"/> Amasiado			<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo			
<b>Raça:</b>	<input type="checkbox"/> Branca	<b>Religião:</b>		<input type="checkbox"/> Ateu		<input type="checkbox"/> Católico	
	<input type="checkbox"/> Parda			<input type="checkbox"/> ( )Religiões		<input type="checkbox"/> Outros	
	<input type="checkbox"/> Amarela			Evangélicas		Qual: _____	
	<input type="checkbox"/> Negra			Qual: _____		Qual: _____	
TRABALHO/OCUPAÇÃO							
<b>Há quanto tempo Trabalha (Meses/Anos):</b> _____			<b>Posição da Ocupação:</b>	<b>Condição:</b>	<b>Tipo de Ocupação (especificar):</b>		
<b>Possui outra atividade além da Polícia Militar?</b> (Sim/Não): _____ <b>(Qual):</b> _____							
<b>Renda Mensal Aproximada:</b>	<input type="checkbox"/> menos de 1 S.M.		<input type="checkbox"/> Empregado	<input type="checkbox"/> Fixo			
	<input type="checkbox"/> 1 a 3 S. M		<input type="checkbox"/> Por conta própria	<input type="checkbox"/> Eventual			
	<input type="checkbox"/> 3 a 4 S. M.		<input type="checkbox"/> Empregador	<b>Tem Seguridade social?</b> (sim/Não) _____			
	<input type="checkbox"/> 5 a 10 S.M						
	<input type="checkbox"/> mais de 10 S.M.						
PERFIL FAMILIAR							
<b>Tipo de Família:</b>	<input type="checkbox"/> Nuclear		<b>Ciclo de Vida Familiar:</b>			<input type="checkbox"/> Formação	
	<input type="checkbox"/> Extensa					<input type="checkbox"/> Maturação	
	<input type="checkbox"/> Monoparental					<input type="checkbox"/> Dispersão	
	<input type="checkbox"/> Outro					<input type="checkbox"/> Ninho vazio	
<b>Outros Membros da Família</b>	<b>Idade (n° anos)</b>	<b>Mora com você? (Sim/Não)</b>	<b>Escolaridade (n° anos)</b>	<b>Trabalha (Sim/Não)</b>	<b>Ocupação (especificar)</b>	<b>Renda do Membro (salário mínimo)</b>	
<b>Tamanho da Família (N°):</b>			<b>Renda per capita:</b>				

**Questões sobre o trabalho:**

1- O que significa trabalhar para você?

---

---

2- Escreva três palavras que lhe venha à mente quando pensa em seu trabalho:

---

---

3- Você já tirou licença médica? ( ) Sim ( ) Não. Por qual motivo?

---

4- Já foi hospitalizado? ( ) Sim ( ) Não. Por qual motivo?

---

---

## ANEXOS

### ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE BEM-ESTAR.

Para responder a esta parte do questionário, utilize a escala abaixo e *escreva o número* que melhor expressa sua resposta ao lado de cada item.

Nem um pouco	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Extremamente
1	2	3	4	5

**Nos últimos seis meses, meu trabalho tem me deixado...**

- |                    |                       |                     |
|--------------------|-----------------------|---------------------|
| 1) alegre ____     | 8) animado ____       | 15) incomodado ____ |
| 2) preocupado ____ | 9) chateado ____      | 16) nervoso ____    |
| 3) disposto ____   | 10) impaciente ____   | 17) empolgado ____  |
| 4) contente ____   | 11) entusiasmado ____ | 18) tenso ____      |
| 5) irritado ____   | 12) ansioso ____      | 19) orgulhoso ____  |
| 6) deprimido ____  | 13) feliz ____        | 20) com raiva ____  |
| 7) entediado ____  | 14) frustrado ____    | 21) tranquilo ____  |

Agora você deve indicar o quanto as afirmações abaixo representam suas opiniões sobre o seu trabalho.

Para responder aos itens, utilize a escala seguinte e assinale o número que melhor corresponde à sua resposta.

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo em parte	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

**Neste trabalho...**

1) Realizo o meu potencial	1	2	3	4	5
2) Desenvolvo habilidades que considero importantes	1	2	3	4	5
3) Realizo atividades que expressam minhas capacidades	1	2	3	4	5
4) Consigo recompensas importantes para mim	1	2	3	4	5
5) Supero desafios	1	2	3	4	5
6) Atinjo resultados que valorizo	1	2	3	4	5
7) Avanço nas metas que estabeleci para minha vida	1	2	3	4	5
8) Faço o que realmente gosto de fazer	1	2	3	4	5
9) Expresso o que há de melhor em mim	1	2	3	4	5

**ANEXO 2- QUESTIONÁRIO DE SAÚDE GERAL-QSG (Adaptação brasileira).**

Neste questionário é apresentada uma série de 60 perguntas sobre o estado de saúde das pessoas em geral. Sua tarefa consiste em dizer se as afirmações se aplicam ou não a você. **POR FAVOR, RESPONDA TODAS AS PERGUNTAS.**

- 1- Tem se sentido perfeitamente bem e com boa saúde?
- 2- Tem sentido necessidade de tomar fortificantes (vitaminas)?
- 3- Tem se sentido cansado (fadigado) e irritação?
- 4- Tem se sentido mal de saúde?
- 5- Tem sentido dores de cabeça?
- 6- Tem sentido dores na cabeça?
- 7- Tem sido capaz de se concentrar no que faz?
- 8- Tem sentido medo de que vá desmaiar em um lugar público?
- 9- Tem sentido sensações (ondas) de calor ou de frio pelo corpo?
- 10- Tem suado (transpirado) muito?
- 11- Tem acordado cedo (antes da hora) e não tem conseguido dormir de novo?
- 12- Tem levantado e sentido que o sono não foi suficiente para lhe renovar as energias?
- 13- Tem se sentido muito cansado e exausto, até mesmo para se alimentar?
- 14- Tem perdido muito o sono por causa de preocupação?
- 15- Tem se sentido lúcido e com plena disposição mental?
- 16- Tem se sentido cheio de energias (com muita disposição)?
- 17- Tem sentido dificuldades de conciliar o sono (pegar no sono)?
- 18- Tem tido dificuldade em permanecer dormindo após ter conciliado o sono (após ter pego no sono)?
- 19- Tem tido sonhos desagradáveis ou aterrorizantes?
- 20- Tem tido noites agitadas e mal dormidas?
- 21- Tem conseguido manter-se em atividade e ocupação?

- 22- Tem gasto mais tempo para executar seus afazeres?
- 23- Tem sentido que perde o interesse nas suas atividades diárias?
- 24- Tem sentido que está perdendo o interesse na sua aparência pessoal?
- 25- Tem tido menos cuidado com suas roupas?
- 26- Tem saído de casa com a mesma frequência de costume?
- 27- Tem se saído tão bem quanto acha que a maioria das pessoas sairia se estivesse no seu lugar?
- 28- Tem achado que de um modo geral tem dado boa conta de seus afazeres?
- 29- Tem se arrastado para chegar ao seu trabalho ou para começar seu trabalho em casa?
- 30- Tem se sentido satisfeito com a forma pela qual você tem realizado suas atividades (tarefa ou trabalho)?
- 31- Tem sido capaz se sentir calor humano e afeição por aqueles que o cercam?
- 32- Tem achado difícil conviver com outras pessoas?
- 33- Tem gasto muito tempo batendo papo?
- 34- Tem tido medo de dizer algumas coisas às pessoas e passar por tolo (parecer ridículo)?
- 35- Tem sentido que está desempenhando uma função útil na vida?
- 36- Tem se sentido capaz de tomar decisões sobre suas coisas?
- 37- Tem sentido que você não consegue continuar as coisas que começa?
- 38- Tem se sentido com medo de tudo que tem fazer?
- 39- Tem se sentido constantemente sob tensão?
- 40- Tem se sentido incapaz de superar suas dificuldades?
- 41- Tem achado a vida uma luta constante?
- 42- Tem conseguido sentir prazer nas suas atividades diárias?
- 43- Tem tido pouca paciência com as coisas?
- 44- Tem se sentido irritado e mal-humorado?
- 45- Tem ficado apavorado ou em pânico sem razões justificadas para isso?
- 46- Tem se sentido capaz de enfrentar seus problemas?

- 47- Tem sentido que suas têm sido excessivas para você?
- 48- Tem tido a sensação de que as pessoas olham para você?
- 49- Tem se sentido infeliz e deprimido?
- 50- Tem perdido a confiança em você mesmo?
- 51- Tem se considerado como uma pessoa inútil (sem valor)?
- 52- Tem sentido que a vida é completamente sem esperança?
- 53- Tem se sentido esperançoso quanto ao seu futuro?
- 54- Considerando-se todas as coisas, tem se sentido razoavelmente feliz?
- 55- Tem se sentido nervoso e sempre tenso?
- 56- Tem sentido que a vida não vale a pena?
- 57- Tem pensado na possibilidade de dar um fim em você mesmo?
- 58- Tem achado algumas vezes que não pode fazer nada porque está muito mal dos nervos?
- 59- Já se descobriu desejando estar morto e longe (livre) de tudo?
- 60- Tem achado que a ideia de acabar com a própria vida tem se mantido em sua mente?

Fonte: Goldberg (1972).

### ANEXO 3 –ROTEIRO CONDIÇÕES DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA FAMÍLIA –QUESTIONÁRIO DE DANO EXISTENCIAL

**As questões devem ser respondidas com base na seguinte escala:** Discordo plenamente=1, Discordo parcialmente =2, Indiferente=-3, Concordo parcialmente=4, Concordo plenamente=5

1. Frequentemente sou pressionado a trabalhar depois da hora, ficando menos tempo com a família.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
2. Raramente posso participar da vida escolar e social de meus filhos, por motivo de trabalho.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
3. Quando chego em casa, eu consigo relaxar e me “desligar” facilmente do meu trabalho.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
4. O funcionamento da família é afetado por causa do meu trabalho.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
5. O trabalho não me deixa, ele ainda fica na minha cabeça quando vou dormir.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
6. Existe dia ruins no trabalho, que me deixam nervoso e me fazem isolar ao chegar em casa.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
7. Fico frustrado (a) porque não consigo dar a atenção que minha esposa / marido merece de mim.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
8. Tenho a sensação de que não vi ou não estou vendo meus filhos crescerem.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
9. Não consigo dar assistência aos meus pais devido ao excesso de trabalho.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
10. Estou sempre nervoso em casa e pouco disposto a dar atenção aos meus filhos.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
11. Estou sempre cansado e sem ânimo para sair com meus filhos ou com minha companheira (o).  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
12. Minha família me diz que meu trabalho afeta meu comportamento dentro de casa.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
13. Minha família me diz que sabe quando acontece algo desagradável no trabalho, porque fico mal-humorado.  
( )1    ( )2    ( )3    ( )4    ( )5
14. Pelo trabalho já adoeci, o que refletiu sobre o bem-estar da minha família.

1    2    3    4    5

15. Problema no trabalho afetam as relações e a comunicação entre os membros da família.

1    2    3    4    5

---

Fonte: Faria (2017) com adaptações